



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**INGRID GOMES MARTINS**

**DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM PRETUGUÊS: A PRÁXIS DAS**  
**COORDENADORAS DO MTST NAS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO DISTRITO**  
**FEDERAL**

**BRASÍLIA, DF**

**2023**

**INGRID GOMES MARTINS**

**DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM PRETUGUÊS: A PRÁXIS DAS  
COORDENADORAS DO MTST NAS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO DISTRITO  
FEDERAL**

**Dissertação** apresentada para fins de exame de defesa, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Linha de Pesquisa – Democracia, Constitucionalismo, Memória e História

**Orientador:** Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior

**BRASÍLIA, DF**

**2023**

**Ingrid Gomes Martins**

**DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM PRETUGUÊS: A PRÁXIS DAS  
COORDENADORAS DO MTST NAS COZINHAS SOLIDÁRIAS DO DISTRITO  
FEDERAL**

Dissertação apresentada para fins de exame de defesa, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília. Linha de Pesquisa – Democracia, Constitucionalismo, Memória e História.

**Banca Examinadora**

---

Dr. José Geraldo de Sousa Júnior (PPGDH/UnB)

Orientador

---

Dr.<sup>a</sup> Lívia Gimenes Dias da Fonseca (FD/UnB)

Avaliadora interna

---

Dr.<sup>a</sup> Isis Dantas Menezes Zornoff Táboas (MMulheres/Governo Federal)

Avaliadora externa

---

Dr.<sup>a</sup> Talita Tatiana Dias Rampin (FD/UnB)

Suplente

Aprovação em  
BRASÍLIA, DF

2023

### **Por que ocupamos**

ocupamos porque  
plantamos,  
mas não podemos comer  
fabricamos,  
mas não podemos comprar  
construímos,  
mas não podemos morar

[...]

já ocupamos  
navios, capitânicas, cercanias,  
vilarejos, quilombos, cortiços,  
mucambos, escombros, bairros  
e terras,  
estamos hoje em  
vuelas, favelas, juntando alegrias  
na grande nação  
periferia

(SOUZA, 2021, p. 12)

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é cria de uma década de extensão e de advocacia popular com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Razão pela qual agradeço, primeiramente, às Coordenadoras do MTST do Distrito Federal pela generosidade, parceria e aprendizado. Em nome de Maria Zezé, Biza, Jurailde, Socorro, Regina, Mara, Ulianne e Duda, saúdo a garra das mulheres sem-teto, mulheres negras, mãe solas, avós, que constroem luta em cada canto do Brasil-Periferia e que nos lembram, cotidianamente, que cozinhar é ato político que alimenta e promove vida e esperança.

Como o pessoal é político, agradeço à minha base: minhas famílias cearense e gonçalense radicada no DF. Em nome de Clarete Gomes e Thiago Vilela, agradeço pelo amor que, como cunhou bell hooks, é ação. Obrigada pelos atos de carinho e cuidado que foram constantes ao longo da escrita, por me alimentarem, por compreenderem as ausências e me encorajarem do início ao fim. Agradeço também minha companhia canina, que sabe ser colo e escuta atenta à sua maneira, Gal. Esse trabalho não seria possível sem vocês ao lado.

Agradeço ao Direito Achado na Rua – DAnR, em nome do meu orientador Professor José Geraldo de Sousa Júnior e da minha coorientadora Talita Dias Rampin, por propiciar a base epistemológica da minha formação jurídica, que concebe os movimentos sociais como fonte do direito. Às minhas referências feministas no DAnR, Lívia Gimenes Dias da Fonseca e Isis Menezes Táboas, agradeço pela parceria acadêmica desde a graduação, por participarem da banca de defesa do trabalho e por abrirem caminhos nos debates de movimentos sociais, direito e gênero para mim.

À Thula Pires, referência teórica imprescindível para pensar a construção de direitos humanos no Brasil a partir do protagonismo do povo negro e da influência do legado de Lélia Gonzalez para o pensamento social brasileiro, que, gentilmente, aceitou participar da banca de qualificação dessa pesquisa e aportou contribuições metodológicas e teóricas imprescindíveis para reorientar a rota e o diálogo com as sujeitas da pesquisa.

Agradeço também às minhas companheiras de Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho e de Candanga Assessoria Popular, especialmente a Pedro Mendonça, Érika Lula de Medeiros e Karoline Martins, que dividiram a práxis da assessoria jurídica popular com o MTST e foram interlocutoras ao longo de todo o processo - da seleção no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – PPGDH/UnB, ao trabalho de campo e à defesa dessa dissertação. Costumo dizer que vocês sempre entendiam minhas dúvidas e propunham caminhos junto, como verdadeiras coorientadoras do chão da luta.

Por fim, agradeço ao meu amigo Gustavo Belisário, por me inspirar e incentivar na caminhada da pós-graduação pandêmica, repleta de telas que jamais substituirão a potência dos encontros nos corredores da nossa amada UnB. Obrigada por cada troca acadêmica e afetiva que tornou esse processo menos solitário e árido diante das circunstâncias que se impuseram.

## RESUMO

Esta dissertação é resultado de pesquisa realizada sobre as práticas e saberes das Coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) para a promoção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA). Como lócus de pesquisa, foram eleitas as Cozinhas Solidárias do MTST-DF, tecnologias sociais de distribuição de almoços gratuitos e de realização de atividades de cuidado comunitárias. Para tanto, foram investigadas as percepções das mulheres sem-teto sobre as influências de gênero, raça e classe na vivência da fome e sua permeabilidade nas políticas públicas de promoção de segurança alimentar e nutricional. Neste trabalho, o MTST emerge como sujeito coletivo de direitos (SOUSA JUNIOR, 2011) e é representado pela maioria social que se organiza no movimento: mulheres negras, mães, avós, trabalhadoras do cuidado, trabalhadoras desempregadas ou informais. A partir da negação dos pressupostos materiais e imateriais para a fruição de vida digna pelas mulheres negras periféricas, sua organização e a luta social para conquistá-las são dotadas de capacidade instituinte de direitos. Uma vez que há prevalência da fome em famílias chefiadas por mulheres negras e estas também se consolidam como linha de frente da referida iniciativa comunitária para combatê-la, propõe-se observar a agência afrodiáspórica dessas sujeitas na construção dos direitos humanos, a partir da categoria de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988) e da proposta epistemológica de traduzir direitos humanos em pretuguês de Thula Pires (2017). O ponto de chegada da referida dissertação é a proposta de tradução do direito humano à alimentação e nutrição adequada em pretuguês a partir do protagonismo social das Coordenadoras do MTST no Distrito Federal.

**Palavras-chaves:** Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; DHANA; Amefricanidade; Sujeito Coletivo de Direitos; Direitos Humanos em Pretuguês.

## **ABSTRACT**

This dissertation is the result of research carried out on the practices and knowledge of the Coordinators of the Homeless Workers Movement (MTST) to promote the human right to adequate food and nutrition (DHANA). As a research locus, the MTST-DF Solidarity Kitchens were chosen, social technologies for distributing free lunches and carrying out community care activities. To this end, homeless women's perceptions of the influences of gender, race and class on the experience of hunger and their permeability in public policies to promote food and nutritional security were investigated. In this work, the MTST emerges as a collective subject of rights (SOUSA JUNIOR, 2011) and is represented by the social majority that is organized in the movement: black women, mothers, grandmothers, care workers, unemployed or informal workers. From the denial of material and immaterial assumptions for the enjoyment of a dignified life by peripheral black women, their organization and the social struggle to conquer them are endowed with the capacity to establish rights. Since there is a prevalence of hunger in families headed by black women and they are also consolidated as the front line of the aforementioned community initiative to combat it, it is proposed to observe the Afro-diasporic agency of these subjects in the construction of human rights, from the category of amefricanidade by Lélia Gonzalez (1988) and the epistemological proposal of translating human rights into Portuguese by Thula Pires (2017). The point of arrival of this dissertation is the proposal to translate the human right to food and adequate nutrition into Portuguese based on the social protagonism of the MTST Coordinators in the Federal District.

**Keywords:** Homeless Workers Movement; DHANA; Amefricanidade; Collective Subject of Rights; Human Rights in Portuguese.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>1 MULHERES EM MOVIMENTO: gênero, raça e classe na luta do MTST ....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto .....</b>	<b>15</b>
<i>1.1.1 “Criar, criar poder popular”: movimento territorial anticapitalista .....</i>	<i>18</i>
<i>1.1.2 “Governos são iguais feijão, só funciona na panela de pressão”: repertório e consolidação do MTST no Distrito Federal.....</i>	<i>21</i>
<b>1.2 “Eles não querem que pessoas pobres e pretas tenham direitos iguais, porque não vão ter pessoas pra escravizar, pra ir lá e dar mais-valia pra eles”: reflexões sobre o capitalismo brasileiro .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 Quem são as trabalhadoras sem teto do Distrito Federal?.....</b>	<b>30</b>
<i>1.3.1 “Ou pagava o aluguel ou colocava comida na mesa pros meus filhos”: o ingresso na luta por moradia.....</i>	<i>32</i>
<i>1.3.2 “Já entrei pela porta dos fundos de gente que ontem não me olharia e respeitaria”: trabalhos de cuidado e luta por moradia.....</i>	<i>36</i>
<i>1.3.3 “Esse movimento empodera as mulheres”: as mulheres sem teto como sujeito coletivo de direitos<sup>42</sup></i>	
<b>2 COZINHAS SOLIDÁRIAS: enfrentamento à fome, cuidado e comunidade ..</b>	<b>48</b>
<b>2.1 “Atualmente somos escravos do custo de vida”: a racionalidade neoliberal e a precarização da vida das mulheres no Sul Global .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 “A horta pra mim é vida: eu planto alface e remédio também”: a racionalidade política dos comuns como contraponto à racionalidade neoliberal.....</b>	<b>53</b>
<b>2.3 “A Cozinha é o coração e o cérebro das ocupações”: a centralidade das Cozinhas na luta por moradia .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4 “É a própria comunidade quem faz, quem come da mesma comida”: das Ollas e Comedores Populares às Cozinhas Comunitárias e Solidárias do MTST .....</b>	<b>62</b>
<i>2.4.1 Cozinhas Comunitárias: resistência ao desmonte social do Governo Temer.....</i>	<i>62</i>
<i>2.4.2 Cozinhas Solidárias: enfrentamento à pandemia e ao genocídio no Governo Bolsonaro</i>	
<i>65</i>	
<i>2.4.3 Solidariedade Sem Teto como ética do cuidado coletivo .....</i>	<i>72</i>
<b>3 DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM PRETUGUÊS: o projeto de soberania alimentar periférica do MTST .....</b>	<b>76</b>

3.1	“Quando a máscara de tecido incomoda, pensem o que a máscara de ferro não fez”: Colonialidade alimentar e o sistema mundo moderno-colonial de gênero .....	76
3.2	“Uma mãe que trabalha o dia inteiro, aí ela chega em casa cansada e faz miojo”: a fome na periferia é negra, mãe solo e infantil .....	83
3.3	“Comida sem sabor não alimenta também”: Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional .....	90
3.4	“Pra que cada um tenha um pedaço de terra pra plantar e pra morar”: a Soberania Alimentar Periférica.....	101
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE A– ROTEIRO DO GRUPO FOCAL .....	124
	APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	126
	ANEXO A – RESPOSTA VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – GDF .....	128
	ANEXO B – RESPOSTA VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – GOVERNO FEDERAL .....	131

## INTRODUÇÃO

A dissertação propõe realizar uma sistematização, a partir das falas das Coordenadoras do Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Teto (MTST), da práxis desse movimento social no enfrentamento à fome nas periferias urbanas do Distrito Federal. Quais as percepções das mulheres sem teto sobre as influências de gênero, raça e classe na vivência da fome a partir de seus saberes e fazeres comunitários? Haveria necessidade de a formulação de políticas públicas levar em conta esses marcadores sociais da diferença para a promoção de segurança alimentar e nutricional? Quais papéis o Estado e o MTST assumiram, durante a pandemia de covid-19, no enfrentamento à fome em Sol Nascente e Planaltina (DF)?

Inspirada em pesquisa de dissertação de Isis Táboas (2014), que investigou a práxis do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no enfrentamento à violência doméstica e familiar, o sumário do presente trabalho reflete a troca de saberes realizada entre as lideranças comunitárias do MTST e a pesquisadora, sistematizando as dimensões de gênero, raça e classe que perpassam o ingresso das mulheres sem teto no movimento, os contextos de exploração e opressão por elas vivenciados e suas compreensões sobre a fome nas ocupações urbanas e nas Cozinhas Solidárias.

As Cozinhas Solidárias de Planaltina e do Sol Nascente, como se verá adiante, são uma das tecnologias sociais comunitárias que as mulheres sem teto lançaram mão durante a pandemia de covid-19 e que persistem em funcionamento, por meio da distribuição de refeições diárias prontas e da promoção de atividades relacionadas à saúde, à educação, à agroecologia e à qualificação profissional. Revelam-se verdadeiros centros do bairro ou centros da vida coletiva, que reconstituem vínculos de solidariedade social em meio ao avanço do hiperindividualismo neoliberal.

Neste trabalho, o MTST emerge como sujeito coletivo de direitos (Sousa Júnior, 2011) e é representado pela maioria social que se organiza no movimento: mulheres negras, mães, avós, trabalhadoras do cuidado, trabalhadoras desempregadas ou informais. A partir da negação dos pressupostos materiais e imateriais para a fruição de vida digna pelas mulheres negras periféricas, sua organização e a luta social para conquistá-los são dotadas de capacidade instituinte de direitos.

Uma vez que há prevalência da fome em famílias chefiadas por mulheres negras e estas também se consolidam como linha de frente da referida iniciativa comunitária para combatê-la, propõe-se observar a agência afrodiaspórica dessas sujeitas na construção dos direitos

humanos, a partir da categoria de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988) e da proposta epistemológica de traduzir direitos humanos em pretuguês de Thula Pires (2017).

O ponto de chegada da referida dissertação é a proposta de tradução do direito humano à alimentação e nutrição adequada em pretuguês, a partir do protagonismo social das Coordenadoras do MTST no Distrito Federal.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa empírica de abordagem qualitativa, em que já havia vínculo estabelecido com os sujeitos da pesquisa – Coordenadoras do MTST –, o que possibilitou a realização de diálogos individuais com as lideranças, participação em atividades do movimento e realização de grupo focal com as mulheres que frequentam as Cozinhas Solidárias do Distrito Federal (MTST, [2021d]; Boulos, 2021). O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio do método estudo de caso, para investigação de caso significativo de pluralidade do direito no enfrentamento à fome durante a pandemia de covid-19 nas Cozinhas Solidárias de Planaltina e Sol Nascente, no Distrito Federal.

O estudo de caso é apresentado como escolha metodológica, tendo em vista possibilitar a abordagem sistêmica e sociológica à pesquisadora para o aprofundamento do fenômeno estudado, sem, contudo, gerar generalização estatística. Desse modo, os resultados empíricos coletados são atinentes à investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, a fim de promover a elaboração sobre a explicação de ligações causais de situações singulares (Yin, 2005).

O processo de elaboração da pesquisa guiou-se pela produção de conhecimento comprometida com o projeto histórico construído pelos sujeitos da pesquisa, o que Rita Segato (2021, p. 21) nomeia de “antropologia por demanda”:

Nesse momento, uma crise disciplinar tornava-se inevitável e restava apenas um caminho – o caminho de uma antropologia “por demanda”, ou seja, uma antropologia sujeita à demanda daqueles e daquelas que antes haviam sido objeto de nossa observação; uma antropologia atenta e interpelada por aquilo que esses sujeitos nos solicitam como conhecimento válido, que lhes pudesse servir para aceder a um bem-estar maior, a recursos e, sobretudo, à compreensão de seus próprios problemas. Penso que esse potencial sempre foi constitutivo do projeto antropológico, o que faltava era a abertura a essa demanda do outro sobre nós como método, teorizada, deliberada e inscrita no discurso teórico. Essa reflexão, não por acaso, coincidiu, no meu caminho, com a necessidade de pensar a raça no continente, o gênero em um cenário de guerra informal em expansão e o caráter permanentemente colonial do Estado, para colaborar na resolução dos problemas que me foram colocados por grupos de interesse na sociedade com cujas causas eu concordava.

O desenvolvimento do estudo percorreu diferentes fontes, que foram abordadas com ferramentas metodológicas específicas, o que permitiu a complementação de informações e análises sobre o tema estudado.

A *revisão bibliográfica* sobre o tema possibilitou a identificação do estado da arte, necessário para compreender a localização do estudo, assim como sua abordagem na atualidade.

Também foi uma ferramenta de apoio para todo o desenvolvimento da pesquisa empírica, da coleta de dados à fase de análise e sistematização.

A *pesquisa exploratória* realizada adquiriu contornos específicos na pesquisa, de modo a permitir a delimitação do tema e a identificação dos atores e assuntos relacionados ao fenômeno investigado. Também viabilizou que a pesquisadora visitasse os espaços de construção das Cozinhas Solidárias, revisitando dinâmicas e sujeitos de potencial participação na pesquisa e refletindo sobre as técnicas de pesquisa que poderiam ser aplicadas em observância aos objetivos da pesquisa.

A pesquisa exploratória contou com a realização de conversas informais da pesquisadora com coordenadoras do MTST e militantes atuantes nas Cozinhas Solidárias, a observação direta das interações estabelecidas no seu espaço, o mapeamento de evidências sobre o fenômeno investigado – das quais chamaram atenção os materiais produzidos pelo próprio movimento social e as representações e simbologias das atividades, espaços e dinâmicas desenvolvidas nas ocupações e nas Cozinhas.

Foi dessa etapa que emergiu a necessidade de incluir a *análise de documentos*, como é o caso de fotografias que retratam os símbolos mobilizados pelo movimento social, e dos Boletins das Cozinhas Solidárias – *zines* elaborados com relatos de atividades desenvolvidas nas Cozinhas Solidárias pelo país e que trazem elaborações sobre a fome, suas causas e reflexões do MTST sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

No âmbito do trabalho de campo, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com as sujeitas da pesquisa, Coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Destas, cinco entrevistas foram realizadas com mulheres sem teto que são lideranças comunitárias locais em Planaltina e Sol Nascente e atuam diariamente nas Cozinhas Solidárias como cozinheiras e coordenadoras. Complementarmente, foram entrevistadas duas Coordenadoras de outras unidades da federação, envolvidas em tarefas nacionais de suporte ao conjunto das Cozinhas Solidárias e Hortas Urbanas do MTST pelo país, a fim de observar as aproximações e as singularidades destas experiências com as demais.

A *observação participante* das atividades desenvolvidas pelas Coordenadoras e militantes apoiadoras nas Cozinhas possibilitou descrever e analisar a atuação comunitária de enfrentamento à fome e de promoção de direitos humanos nas localidades. No que tange ao debate de segurança alimentar e nutricional, foi de especial contribuição o acompanhamento da “Oficina Gente é pra Brilhar, não pra morrer de fome”, facilitada por Coordenadora do MTST-SP em Planaltina e Sol Nascente, que abordou o acúmulo do movimento social quanto à

insegurança alimentar, à soberania alimentar e sobre os custos e a (in)acessibilidade dos alimentos nas duas regiões.

A pesquisadora realizou um *grupo focal* com a presença de coordenadoras e mulheres que frequentam a Cozinha Solidária em Planaltina (DF), o que permitiu analisar em que medida as vivências das organizadoras do espaço se aproximam ou distanciam dos relatos das usuárias do espaço comunitário.

## 1 MULHERES EM MOVIMENTO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA LUTA DO MTST

Neste capítulo, contamos a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto a partir da trajetória das sujeitas da pesquisa: as coordenadoras do movimento social. Para tanto, contextualizamos a criação do movimento nos idos dos anos 1990 em São Paulo, imergimos em sua agenda política e em sua consolidação no Distrito Federal.

Na sequência, são apresentadas as percepções das mulheres sem teto sobre as desigualdades de gênero, raça e classe em nossa sociedade e os impactos em suas vidas – de que formas se relacionam ao seu ingresso no MTST, na sua atuação profissional e no acúmulo de trabalhos produtivos e reprodutivos. O capítulo é encerrado com reflexões sobre a participação política das mulheres sem teto e os impactos na vida privada e pública.

### 1.1 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Retomar as origens do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto requer compreender que a luta contra a concentração fundiária no campo e na cidade é uma só. É o que conta Maria José Almeida (Zezé), Coordenadora Nacional do Movimento e liderança comunitária da cidade de Planaltina (DF). Em Planaltina, localizada a 40 km do centro político brasileiro, coexistem assentamentos rurais e urbanos de dois movimentos cujas histórias estão umbilicalmente relacionadas, a saber: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto:

O 8 de março... eu contribuí um pouco na luta, por um ano. Em 2012, eu já tava na Ocupação de Nova Planaltina, eu, a Diomara, o companheiro dela que já tava lá na época, a gente foi pro 8 de março e ficamos junto com eles na luta por um ano, ajudando, fortalecendo a luta. **A gente tem um bom diálogo com o MST, tanto regional quanto nacional, e é essa a questão desse debate, desse grito de ordem que sempre a gente diz: “quando o campo e a cidade se unir, a burguesia vai cair”. De fato, a luta precisa ser unida, a luta por moradia urbana e por terra rural, sem o rural a urbana não tem alimento, é fundamental ter essa unidade. Então é fundamental que tenha essa unidade e que sejam garantidos terra pros sem-terra e moradia pros sem-teto** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

Acima, Zezé declara que já estava na Ocupação Nova Planaltina – ocupação espontânea que mais tarde adentraria o MTST – quando contribuiu com o Acampamento 8 de março, dos trabalhadores sem terra. Àquela época, ela e outras companheiras do MTST passariam um ano fortalecendo a luta por reforma agrária popular no local. Ali aprenderiam que a luta contra a



burguesia passa pela unidade entre trabalhadores espoliados no campo e na cidade, que lutam por acesso à terra para produzir alimentos e reproduzir suas vidas.

A gênese do MTST no Brasil é também o MST. Isto é, a deliberação do MST em São Paulo de que deveria destacar militantes para participar ativamente de ocupações espontâneas de trabalhadores por moradia em áreas abandonadas da cidade de Campinas (SP) e, a partir dessa experiência, formular as estratégias e as táticas da luta urbana. O ano era 1997, e o avanço do neoliberalismo contribuía para o crescimento urbano acelerado e o aumento da pobreza na região (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 24-25).

O processo de urbanização e o êxodo rural se intensificavam de modo a complexificar a classificação do espaço entre o rural e o urbano e as demandas sociais. O MST-SP se deparou com um perfil crescente de famílias que não queriam retornar ao campo e à agricultura de subsistência, mas sim instalar-se nas cidades com condições de habitabilidade, empregabilidade e acesso à infraestrutura urbana e a serviços públicos (Martins, 2015, p. 64-69).

Em livro organizado e escrito por membros da Coordenação Nacional do MTST (Simões; Campos; Rafael, 2017), que narra o processo de fundação e nacionalização do movimento social, constata-se o inchaço das cidades como decorrência da desagregação no campo:

Quem acha que essa história não impacta a vida nas cidades se engana muito. **O inchaço das periferias e a consequente precarização da vida urbana para os mais pobres são resultados da desagregação da vida no campo e da ausência de alternativas para as maiorias.** Assim, o problema urbano tem relação direta com a história da questão agrária, e é com ela que a existência do MTST tem relação direta (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 22).

A advogada popular e pesquisadora Karoline Martins (2015), em dissertação sobre a construção social do direito à moradia e à cidade pelo MTST-DF, ressalta a complementaridade entre a luta para erradicar as desigualdades sociais no campo e na cidade. A “fixação da população trabalhadora no campo contribuiu para a redução do êxodo rural e dos conflitos enfrentados nas cidades no tocante à pauperização das/os trabalhadoras/es e à exploração de sua mão de obra” (Martins, 2015, p. 66).

O reconhecimento nacional do movimento popular, contudo, se daria apenas anos depois. Em 2001, em articulação com Comunidades Eclesiais de Base e estudantes universitários de Arquitetura e Urbanismo, mais de 2 mil famílias ocuparam um imenso terreno na periferia de Guarulhos (SP), na Ocupação Anita Garibaldi. Com essa ocupação, houve a reinvenção da forma de organização e das táticas de reivindicação de terra em meio urbano. A

herança política e organizativa do MST foi atualizada para a tática de travamento de vias e ocupação de terrenos abandonados próximos a vias de grande circulação, para visibilizar a luta por moradia:

A herança política e organizativa do MST possibilitava uma leitura sobre as diferenças entre a luta pela Reforma Agrária, no campo, e a luta urbana, caracterizada por uma dinâmica acelerada e caótica, como é o cotidiano nas periferias das grandes cidades. **Nesse sentido, atuar com ocupações próximas a grandes e importantes rodovias passou a ser um dos objetivos táticos da luta, para tornar visível o problema da moradia a partir da ameaça à circulação e à reprodução do capital (força de trabalho e mercadorias).** Tanto é que, nos anos seguintes, o travamento de rodovias tornou-se uma das principais táticas de luta (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 27, grifo nosso).

Quando indagadas sobre o porquê de existirem trabalhadores sem terra e sem teto num país de dimensões continentais, as Coordenadoras do MTST são unânimes: a concentração fundiária decorre das desigualdades sociais e da anuência do Estado para manter privilégios de uma minoria em detrimento dos direitos de uma maioria social.

Para Jurailde, a desigualdade social se verifica, uma vez que “poucos têm muito e muitos não têm nada”. A Coordenadora do MTST-DF, que é liderança da Cozinha Solidária Sol Nascente e integra o Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST, observa que “**é desigualdade social porque quem tem muita terra nem dá tanto valor, e muitas pessoas que não têm nada realmente, quer só um pedacinho de terra,** uns para morar e outros para plantar”.

Para Ana Paula, Coordenadora Nacional do MTST e das Cozinhas Solidárias, há uma elite rural e urbana arcaica e avessa às políticas de distribuição de renda no enfrentamento à miséria vivenciada pelos povos indígenas e pela população periférica:

Josué de Castro, Carolina de Jesus e outros intelectuais já diziam: a gente tem uma elite que é muito atrasada. **Uma elite urbana e rural muito atrasada, que não enxerga que o povo ter o básico é importante para o país, é como enxergar que o Brasil precisa continuar nesse estado de miséria pra que eles não percam os privilégios.** A gente sabe que não é isso, se houvesse uma distribuição de renda ainda assim a gente teria um país muito desigual, porque é muito discrepante, acho que a culpa do nosso país está do jeito que tá é porque não tem distribuição de renda e porque a nossa elite é muito atrasada. Que pra ter os privilégios que tem a gente precisa ter os indígenas, a população periférica do jeito que tá, é uma conta muito razoável da gente fazer. A gente sabe que tem condição de ter distribuição de renda, ter alimento na casa de todo mundo (Entrevista 02 – Ana, grifo nosso).

Maria Zezé, Coordenadora Nacional do MTST e do Movimento Negro Raiz da Liberdade, ressalta que essa mesma elite rural e urbana lucra com o latifúndio improdutivo e com a especulação imobiliária, e conta com a conivência do Estado nos conflitos sociais:

**O Estado, o Judiciário, quem apoia a especulação imobiliária e tá do lado dos grileiros, de quem tem a mais valia, que faz essa justiça cega ser cega...** Então, assim que eu vejo que tem muita terra, pouca gente com muita terra e muita gente sem nada de terra, aquela questão que é a mais valia. Eu estava comentando isso ontem com a Mara. A gente tava conversando lá na minha laje, porque agora cobri a casa e tem a laje, e a gente tava conversando lá de cima no entardecer. E aí eu tava falando pra ela: **Mara, você acha que o Estado fica feliz de ver eu, preta, retinta, nordestina, construir uma casa e colocar laje?** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

A Cartilha de Princípios (MTST, 2013, p. 5), documento que sistematiza a agenda política e a forma de organização interna do MTST, assevera que a conquista de um pedaço de terra é apenas um dos objetivos de uma luta mais ampla contra o modo de produção capitalista. Sob essa forma de organização social, os direitos dos trabalhadores são transformados em mercadorias e apenas uma minoria dispõe de condições dignas de vida e é atendida pelo Estado.

Há, portanto, uma dívida do Estado com as maiorias sociais desde o período colonial. As populações pobres, descendentes de indígenas e africanos, foram alijadas de direitos em prol da manutenção de privilégios de pequenos grupos, formados por herdeiros de proprietários de terras que detêm poder econômico e poder político.

### *1.1.1 “Criar, criar poder popular”: movimento territorial anticapitalista*

Em entrevista concedida por Natália Szermeta para Deborah Cavalcante Costa (2020), cuja dissertação investigou a consolidação do Movimento na Grande São Paulo, a Coordenadora Nacional do MTST diz que a cisão entre o MST e o MTST deu-se por divergência sobre como deveria se dar a inserção dos movimentos de trabalhadores nas cidades; para o MST, o fator aglutinador seria o trabalho e não a moradia (Costa, 2020, p. 41):

Nessas avaliações de desgaste e de falta de acúmulo e de força, o MST tirou o pé e concluiu que era preciso se manter nas cidades, mas que **o centro de organização era o trabalho e não a moradia**. E foi construir o MTD [Movimento dos Trabalhadores Desempregados]. Mas alguns companheiros que já não vinham mais do MST, que vieram de ocupações que o MTST já havia feito com a bandeira do MTST, resolveram permanecer e fazer novas tentativas.

O risco de maior criminalização decorrente da presença do tráfico de drogas nos territórios periféricos e da baixa participação nas ocupações devido às longas jornadas de trabalho teria sido um impasse inicial levado em conta pelo MST na ruptura (Costa, 2020). É em 2003, com o final do acampamento Santo Dias em São Bernardo, que o MTST passa a contar com instâncias próprias. Naquele mesmo ano, Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico do ABC paulista, assumiria a presidência da República e levaria consigo movimentos sociais para ocupar espaços dentro do aparato estatal (Goulart, 2011).

Diferentemente dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, que se organizavam em torno de categorias profissionais e por meio de sindicatos, para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, a reestruturação produtiva, com a flexibilização do trabalho, implicou maiores taxas de desemprego e informalidade de ocupação. Nesse novo cenário, além da organização de trabalhadores formais em torno do local do trabalho, ganha força a organização de trabalhadores desempregados ou informais em torno dos locais de moradia – as periferias urbanas.

A partir dos anos 1990, é a subproletarização que caracteriza a base social do movimento, devido ao número crescente de trabalhadores que deixam de ser um exército industrial de reserva na Grande São Paulo e vivenciam piores condições de trabalho:

Os movimentos sociais urbanos trabalhavam com uma base social cuja predominância era de trabalhadores produtivos ou improdutivo, que estavam de alguma forma, sendo absorvidos pela necessidade de força de trabalho das indústrias em expansão, sobretudo na Grande São Paulo, especificamente nas periferias destas cidades, onde havia, como mostramos, a ausência de investimento estatal e privado para a construção de infraestrutura. **No final da década de 1990, a base social do MTST é diferente, porque a classe trabalhadora se transformou.** Trabalha mais horas, recebe menos, está mais instável em termos de emprego ou ocupação, tem maiores dificuldades para garantir a reprodução de sua força de trabalho e **a moradia passa a ser um dos itens da “cesta de consumo”, que mais onera o salário do sem-teto** (Goulart, 2011, p. 190).

Em um contexto no qual o desemprego estrutural dita os rumos do mercado produtivo, a esfera reprodutiva é impactada com a piora das condições de vida e a luta por moradia ganha dinâmica como unificadora do subproletariado. Para a maioria das famílias que recebem até um salário mínimo, não é possível arcar com os custos da moradia para apenas um núcleo familiar ou sem que o baixo nível de consumo seja comprometido. Cresce o número de coabitação entre núcleos familiares, de despejos e de endividamento decorrente do pagamento do aluguel, que, como se verá adiante, são componentes do déficit habitacional.

Para a cientista social Débora Goulart (2011), o anticapitalismo do MTST insere-se no anticapitalismo do século XXI, caracterizado principalmente pela antimercantilização da vida, o que o qualifica como anticapitalismo antineoliberal. Além do perfil social de quem compõe as fileiras do movimento, o projeto político construído pelo MTST, mobilizado pela luta por moradia, objetiva a construção de poder popular no enfrentamento ao capital e ao Estado enquanto agente da sociedade capitalista.

Nas palavras do movimento (MTST, 2013, p. 5), sob o capitalismo, os trabalhadores não detêm poder, pois são submetidos a longas jornadas de trabalho e não usufruem dos frutos de seu trabalho.

Capitalismo é nosso inimigo. A sociedade em que vivemos é capitalista. O que isso quer dizer? Quer dizer que as leis, o Governo e a Justiça foram organizados para beneficiar um pequeno grupo de gente muito rica, que é a classe capitalista. **Os patrões, proprietários de terra e banqueiros têm o poder por terem dinheiro. E têm dinheiro por explorarem nosso trabalho.** No capitalismo é assim: muitos trabalham e poucos têm dinheiro, por isso lutamos contra ele.

A saída anticapitalista proposta pelo movimento territorial é a construção do poder popular enquanto organização autônoma dos trabalhadores nas periferias (MTST, 2013, p. 6):

**“Criar poder popular” é mais que um grito de ordem, é nosso grande objetivo.** Somos a maioria, mas o poder não está com a gente e sim com os capitalistas. Construir o poder popular, que é o nosso poder, é a forma de transformar isso. Como? Com muita organização e luta. Precisamos nos organizar nos bairros, nas ocupações, no trabalho, em todos os lugares. Levando adiante a ideia de que só precisamos da nossa força para mudar a realidade.

Embora o elemento aglutinador seja a crescente demanda por moradia entre os segmentos populares, a luta social não se encerra na conquista da moradia; o objetivo primordial é a construção do poder popular como contrapoder anticapitalista. A solução para os problemas dos trabalhadores está na organização da maioria que detém a força de trabalho e, sob o modo de produção capitalista, é alijada das riquezas produzidas por seu próprio trabalho.

A conquista de direitos não será uma concessão dessa minoria que aparelha o Estado para servir aos seus interesses e estabelece com as maiorias sociais uma relação clientelista, mas sim fruto da organização e da luta social dos próprios trabalhadores.

### 1.1.2 *“Governo é igual feijão, só funciona na panela de pressão”*: repertório e consolidação do MTST no Distrito Federal

A melhor alegoria utilizada pelas coordenadoras do MTST para explicar a relação estabelecida entre o movimento e o Estado é a do cozimento de feijão, que se dá de forma mais rápida e eficiente quando em panela de pressão. Ou seja, é a pressão exercida pelo movimento social que possibilita a conquista de direitos sociais. No escopo do repertório mobilizado pelo MTST – aqui compreendido no sentido cunhado por Tilly (1977), como conjunto de formas de ação utilizadas em determinado contexto de conflito político –, a atuação extrainstitucional ganha centralidade.

Diversamente de outros movimentos urbanos da década de 1990, que centravam sua atuação na luta por cidadania e na atuação institucional (Goulart, 2011), o MTST adotou preferencialmente a ação direta como forma de ação. Privilegiou a realização de trancamentos de vias públicas, de ocupações de terrenos vazios que servem à especulação imobiliária e de ocupações de órgãos públicos para exigir políticas públicas de habitação popular que absorvam a demanda de moradia crescente nas periferias entre o subproletariado.

O MTST, polo organizador de uma maioria de trabalhadoras informais ou desempregadas entre o primeiro Governo Lula e o segundo Governo Dilma, desinvestiu esforços na construção de conselhos de participação social que detinham caráter consultivo e não possuíam orçamento próprio, e priorizou outras formas de diálogo junto ao Governo Federal e aos governos estaduais, para incidir na formulação de políticas públicas, especialmente do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

A autonomia do movimento social em relação ao Estado não implicou uma recusa de diálogo junto ao poder público, mesmo porque o reconhecimento e o atendimento das demandas materiais de moradia permitem a própria existência e a capilaridade do movimento social. A auto-organização dos sem-teto nos espaços do movimento social e a estratégia de confronto político possibilitaram que o MTST dialogasse com o Estado por meio da participação extrainstitucional. Outros movimentos sociais, por seu turno, optaram por disputar por dentro os espaços de conselhos e do próprio Partido dos Trabalhadores (Costa, 2020).

O MTST, portanto, não se diluiu na institucionalidade ocupada pelos demais movimentos urbanos e pelo Partido dos Trabalhadores, tendo uma localização estratégica na disputa das contradições de programas de conciliação de classes – como o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades –, na oposição de esquerda ao Governo Federal e nos atos de junho de 2013.

No que diz respeito ao Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Ministério da Fazenda e pela Casa Civil para aquecer o setor da construção civil em meio à crise mundial de 2008, a luta do movimento se orientou para reivindicar mais recursos orçamentários para a modalidade entidades, o que permitia um controle social dos futuros moradores da construção dos empreendimentos. Por meio da Ocupação Copa do Povo, em São Paulo, o movimento abriu uma negociação direta com o governo federal sobre o programa.

A estratégia era reivindicar que o Minha Casa Minha Vida – Entidades não se desse exclusivamente para beneficiar as construtoras e que garantisse a participação das entidades em todo o processo. Para tanto, o MTST passou a desenvolver os projetos por meio de suas assessorias técnicas e a apresentá-los para a construção por empreiteiras e construtoras, mantendo a fiscalização pelos moradores e assessoria técnica. Com os mesmos recursos que as empreiteiras entregavam apartamentos de 39 a 42 m<sup>2</sup>, o movimento garantiu apartamentos de 60 m<sup>2</sup> (Costa, 2020, p. 92).

Na principal obra em que o MTST conta a sua história, “MTST: 20 anos de história, luta, organização e esperança nas periferias do Brasil” (Simões; Campos; Rafael, 2017), é destacada a importância de se estabelecer como um movimento popular no Distrito Federal. À medida que o movimento lança mão de mobilizações de massa para pressionar o Estado a garantir direitos sociais, a aproximação do centro político do país é estratégica.

A Ocupação Bela Vista, iniciada em Brazlândia em 2009, foi a primeira ocupação do MTST na capital federal. Em 2011, a Ocupação Gildo Rocha, na BR-070, reuniria 250 famílias. Neste mesmo ano, a bandeira do MTST seria erguida em Planaltina, por meio da adesão de famílias de uma ocupação preexistente às regras e princípios do movimento, como conta a coordenadora Maria Zezé:

Aí a gente fez três grupos: um ia para a administração de Planaltina, outro ia pro CRAS, falar com a conselheira tutelar, e o outro para ir à Terracap a fim de saber quem era o dono daquela área. E aí eu fui nesse último grupo, que ia pro Plano junto com mais duas pessoas. Aí, quando a gente chega no Plano, era dia 20 de Agosto, data simbólica pra história. **A gente chega na frente do Buriti e está lá uma aglomeração gigante de pessoas, e todo mundo de camisa do MTST. A gente não conhecia, e era muita gente. Estavam tentando fazer uma ocupação no Buriti, e aí a gente parou, não chegou nem a ir lá na Terracap.** Aí a gente ficou perguntando o que era, o que que era, e aí apresentaram para a gente um coordenador. Aí a gente conversou com ele, explicou o que tava acontecendo, trocamos contato, ele falou que viria fazer uma reunião com a gente e assim foi. Passaram duas semanas e, na primeira conversa, até o Vitor Chokito tava. **Aí a gente conversou, eles explicaram o que era o Movimento, falaram que a gente podia marcar uma próxima, pra vir fazer assembleia com todas as famílias e, se as famílias decidirem que concordam com as regras do movimento, o MTST**

**coloca uma bandeira aqui.** As linhas, os princípios, a gente segue a luta. A partir daí foi um prazo de dois, três meses, pra eu me integrar no MTST. Mas aí eles falaram: Olha, mas aí vocês precisam **eleger uma pessoa para representar vocês.** E aí, quando eles falaram o povo, **todo mundo falou: a negona, a Zezé** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

Em 2012, o movimento realizaria a Ocupação Pinheirinho em Ceilândia, como resposta ao massacre de Pinheirinho em São José dos Campos, e se instalaria na maior região administrativa do Distrito Federal, cujo nome remonta à Campanha de Erradicação de Invasores – política de estado para expulsar do centro de Brasília os trabalhadores que ergueram a cidade. A Ocupação retornaria na sequência a se instalar num esqueleto de *shopping* abandonado em Taguatinga. Em junho de 2013, na abertura da Copa das Confederações, o movimento realizaria um travamento de vias em todo o Plano Piloto, que seria fortemente reprimido.

Enquanto parte das coordenadoras entrevistadas em Planaltina ingressaram no MTST em 2011, foi em 2015 que as coordenadoras entrevistadas no Sol Nascente conheceram o movimento e participaram como acampadas de suas primeiras ocupações. Naquele ano, o MTST organizou cinco ocupações simultâneas em diferentes partes do Distrito Federal: Rosa Luxemburgo (Taguatinga), Anita Garibaldi (Recanto das Emas), Maria da Penha (Planaltina), Olga Benário (Samambaia) e Dorothy Stang (Brazlândia), totalizando 1.500 famílias.

Jurailde, coordenadora do MTST e da Cozinha Solidária do Sol Nascente, conta que a primeira ocupação de que participou foi em 2015, próximo ao Tatico, supermercado localizado em Samambaia (DF):

Eu voltei pra casa e uma amiga minha, a Neta, falou assim: “Eu conheço um rapaz que ele está fazendo reunião lá perto do Tatico e ele é de um movimento”. Aí eu falei: “Não, não quero participar de movimento nenhum”. E ela falou: “Não, vai que eu acho que esse movimento é sério”. Aí ela disse a data que eles iam ocupar, né? Aí eu falei: “Não, eu vou pra mim ver”. Aí, quando chegou lá, ela falou: “Vamos participar da Assembleia para você ver”. A gente foi lá, e o Eduardo estava lá falando aí assim, pelo que ele estava falando, era uma causa justa. E aí lá eu fui. Mas **eu comecei a participar, e a gente ocupou lá atrás do Tatico, em 2015. E aí eu conheci o MTST, me apaixonei pelo movimento e tou nele até hoje** (Entrevista 03 – Jurailde, grifo nosso).

A escolha política de homenagear mulheres representantes de lutas sociais no Brasil partiu da coordenação do MTST-DF. No caso de Planaltina, Maria Zezé recorda que a homenagem a Maria da Penha foi fruto de uma deliberação das acampadas após participação em um cinedebate realizado pela Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho, para discutir o enfrentamento à violência contra as mulheres nas ocupações:



O da Maria da Penha foi depois de um cine debate, que teve, que debateu sobre mulheres na ocupação. Aí depois escolheu o nome da Maria da Penha. Algumas pessoas falaram da questão da violência doméstica e foi falado quem era Maria da Penha e da lei que garante a vida das mulheres. Então foi isso, o nome da ocupação foi escolhido assim, a partir da história de muitas mulheres que sofriam e muitas que ainda sofrem (Entrevista 01 – Maria Zezé).

Até hoje, lideranças femininas como Maria da Penha, Anastácia, Carolina Maria de Jesus e Rosa Luxemburgo são referências constantes em discursos e símbolos adotados pela comunidade que tomam forma em faixas e pinturas nas paredes das Cozinhas Solidárias em Planaltina e Sol Nascente (DF).

A conquista definitiva do direito à moradia, em Planaltina e Ceilândia, ocorreria entre os anos 2017 e 2018, quando o Governo do Distrito Federal (GDF) realizou a entrega dos termos de posse de lotes, em processo de regularização fundiária, para 69 famílias em Nova Petrópolis (Planaltina), 22 famílias de Nova Planaltina (Planaltina) e 109 famílias na Quadra 209 (Sol Nascente). Nas quadras em que conquistaram suas moradias, as trabalhadoras sem teto ergueram muros das Cozinhas Solidárias que, durante a pandemia de covid-19, alimentaram diariamente mais de 150 pessoas em cada região administrativa.

Estar na capital federal não só possibilitou ao MTST exercer maior pressão junto ao Governo Federal, inclusive por meio da realização de ocupações na Esplanada dos Ministérios, como também expor as contradições de uma cidade planejada à base da expulsão do centro dos trabalhadores que vieram de várias partes do país, especialmente do Nordeste, para construir Brasília.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), Brasília é a cidade mais segregada do mundo, estando à frente de Emufuleni (África do Sul) e Memphis (Estados Unidos). Em que pese o Distrito Federal tenha uma população majoritariamente negra (com 57,4% da população assim autodeclarada), a segregação sociorracial é fundante da capital modernista (Lemos, 2022), resultando na concentração da classe média branca em áreas centrais e da população negra pobre em cidades localizadas a cerca de 30 km do centro do Plano Piloto.

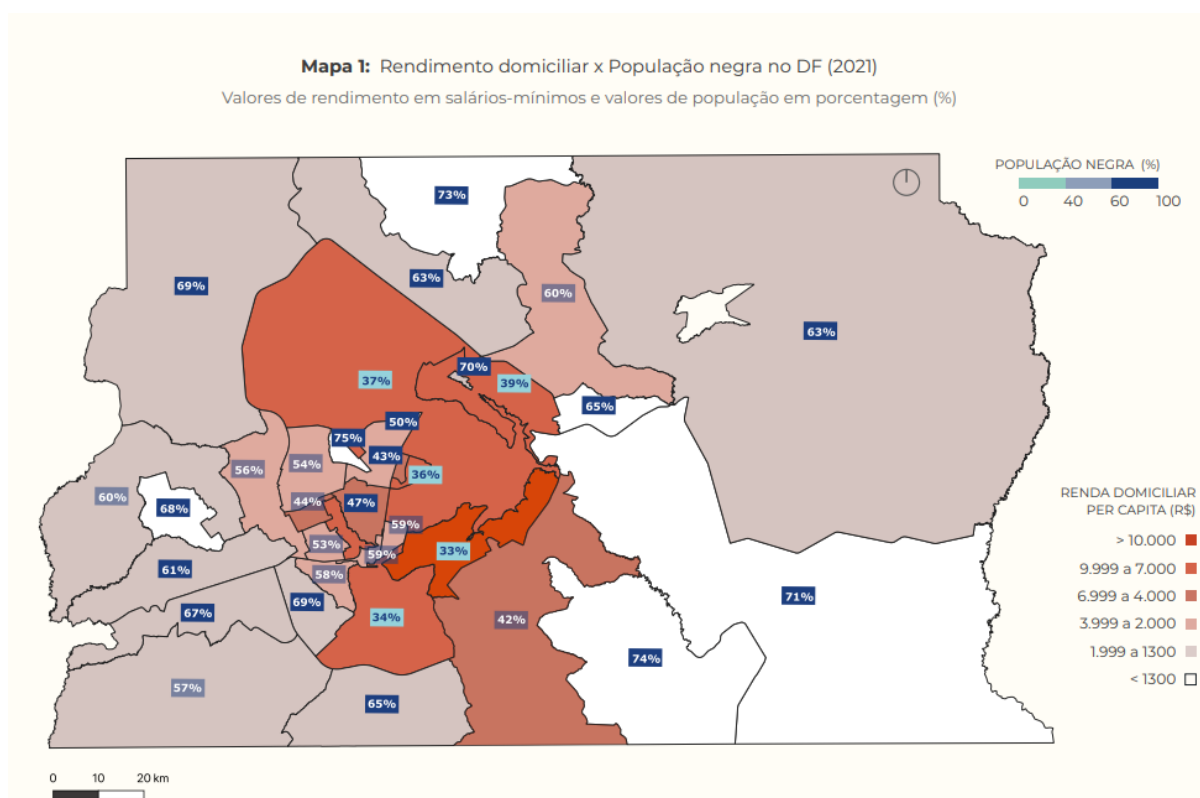
O lançamento da Campanha de Erradicação de Invasores, que nomeou a mais populosa região administrativa, se deu em 1970. Apenas entre 1971 e 1972, relatórios oficiais dão conta de 80 mil pessoas atingidas por remoções forçadas (Lemos, 2022).

A tese do historiador Guilherme Lemos (2022) ressalta o caráter higienista e racista da mobilização do argumento da preservação ambiental. Pessoas que residiam em assentamentos espontâneos (invasões ou favelas) foram removidas sob o pretexto de poluição das águas do

lago Paranoá, mas, até 1984, a administração de Brasília não tomara providências quanto ao despejo de dejetos oriundos de habitantes da Asa Sul e Asa Norte nas mesmas águas.

Em publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), denominada “Mapa das Desigualdades” (INESC, 2023), é possível observar a permanência da segregação sociorracial no Distrito Federal, conforme a figura 1, adiante.

Figura 1 – Rendimento domiciliar x população negra



Fonte: Mapa das Desigualdades (INESC, 2023), com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD/DF), de 2022.

Apenas nove regiões administrativas não possuem mais de 50% de seus habitantes autodeclarados pretos ou pardos: Lago Sul, Lago Norte, ParkWay, Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto, Águas Claras, Jardim Botânico, Cruzeiro e Guará. Nas demais regiões administrativas, a população autodeclarada negra (preta ou parda) varia entre 50% e 75%; onde é maior a concentração populacional negra, menores são os salários, a cobertura por infraestrutura e serviços públicos, e maior é a violência estatal (INESC, 2023).

As regiões administrativas que, atualmente, contam com famílias organizadas no MTST-DF são Planaltina, Sol Nascente/Pôr do Sol, Ceilândia e Samambaia. No caso das

regiões administrativas do DF onde há Cozinhas Solidária – Planaltina e Sol Nascente/Pôr do Sol – há, respectivamente, registros de 63% de população negra com renda média mensal de R\$ 1.300 a 1.999; e de 68% de população negra com renda média mensal inferior a R\$ 1.300.

## 1.2 “Eles não querem que pessoas pobres e pretas tenham direitos iguais, porque não vão ter pessoas pra escravizar, pra ir lá e dar mais-valia pra eles”: reflexões sobre o capitalismo brasileiro

Maria Zezé recorda que a promessa constitucional do direito à moradia e ao trabalho digno no Brasil esbarra num modo de produção capitalista que superexplora e alija as mulheres negras da garantia de direitos sociais e do exercício de sua liberdade:

Porque, na realidade, uma grande parcela não quer que a gente tenha esse direito, de verdade. **Tem muita gente que não quer que pessoas pobres e pretas tenham esses direitos iguais, porque a partir do momento que toda mulher preta, mãe solo, nordestina, de religião de matriz africana ou de qualquer que seja a religião, a partir do momento que ela se empodera, ela tem a moradia dela garantida, se tem direitos básicos.** Essa pessoa, essa família, já se empodera de um jeito inexplicável. Aí imagina também se ela tem também saúde, educação, alimentação garantida. Esse direito que está na Constituição vai ser garantido, 100%. **A mais-valia não quer isso, porque se eles fazem isso, não vão ter pessoas pra escravizar. Eles não vão ter pessoas para ir lá e está dando mais-valia pra eles** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

O conteúdo político contundente de sua fala enfatiza o tema da exploração como fundamento de uma sociedade de classes. Para Lise Vogel (2022), uma das precursoras da Teoria da Reprodução Social, Marx contrapôs o mais-trabalho e o trabalho necessário exercido por seus produtores diretos em termos de tempo de jornada despendido. Dessa forma, identificou o trabalho necessário como “a parte da jornada de trabalho da qual o trabalhador extrai sua própria reprodução. A parte restante da jornada é o trabalho excedente, apropriado pela classe exploradora” (Vogel, 2022, p. 333).

O capitalismo quer, portanto, que o trabalhador produza cada vez mais e custe cada vez menos. Contudo, para o trabalhador assalariado produzir, ele precisa se reproduzir. Assim, “toda produção é ao mesmo tempo reprodução”, pois “a reprodução social exige que haja sempre uma oferta de força de trabalho disponível para pôr em movimento o processo de trabalho” (Vogel, 2022, p. 325). É a reprodução social que repõe a força de trabalho necessária à produção, não sendo a reprodução da força de trabalho, contudo, uma forma própria de produção (Vogel, 2022, p. 326).

Nesses termos, seria o trabalho doméstico feminino não remunerado, que cumpre papel central na reprodução social, capaz de ser explicado pela teoria do valor marxista? Esse debate é iniciado por feministas materialistas francesas e anglo-saxônicas, lançando as bases das teorias da dualidade – em que se reconhece a coexistência do modo de produção capitalista com o modo de produção doméstico –, e da teoria trina, segundo a qual os modos de produção doméstico e capitalista são complementados pelo modo de produção colonialista/racializado.

Enquanto teoria unitária, em contrapartida, a Teoria da Reprodução Social vislumbra o capitalismo, o modo de produção doméstico e o colonialismo como um mesmo modo de produção, já que o capitalismo depende do trabalho doméstico e da racialização da força de trabalho para se sustentar. Retomar a totalidade é partir da premissa de que “a classe não interage ou se ‘intersecta’ com a raça e o gênero ou quaisquer outros elementos. A classe contém raça e gênero, assim como o gênero contém raça e classe, e assim sucessivamente” (Machado, 2020, p. 82).

A classe social para a TRS é uma categoria histórica e dialética que impõe observar como é vivida por sujeitos concretos. Ao ser interpelada sobre a prevalência de mulheres nas ocupações por moradia do MTST, uma das companheiras do MTST Planaltina, no grupo focal, relaciona-a ao exercício não remunerado dos trabalhos de cuidados com filhos e familiares em geral e ao exercício do trabalho remunerado precário:

As pessoas às vezes pensa que tá sendo dono do poder, mas poder mesmo só Deus que tem. **Fica tudo ali só pra gente cuidar. Muitas vezes é não só filho, é também parente, a gente tá sempre procurando um jeito de pagar aluguel. Às vezes tá parada sem trabalho ou ganha pouco.** Eu mesma pagava aluguel, o dinheiro que ganhava na semana não dava pra pagar no dia certo. Fui despejada duas vezes porque não conseguia pagar o aluguel em dia, né? Mas assim, a gente que é mulher, a gente busca força, né? Mesmo tando triste, cansada, passando por várias dificuldades, a gente vai procurar. O homem esquece que tem os filhos pra poder lutar e trazer o sustento, uma diferença pra casa, e aí fica assim. **Eu creio que por isso tem mais mulher, que elas sofrem muito porque tem que cuidar de uma família, e tem o cuidado de estar sempre por perto. O trabalho dos homens é um só; dorme mais que trabalha.** Às vezes nem sabe como o filho passou o dia, como que a mulher, dona de casa, passou o dia. Entra e diz que tá cansado, nunca tem uma comunicação, e fica assim (Grupo Focal realizado pela pesquisadora em Planaltina/DF).

À medida que “o trabalho dos homens é um só” – o trabalho assalariado –, as mulheres assumem triplas – ou mesmo quádruplas jornadas de trabalho – quando exercem o trabalho assalariado, o trabalho doméstico não remunerado, os cuidados com familiares em casa e com a comunidade ao exercerem suas tarefas no movimento social.

Para compreender o contexto de superexploração vivenciado pelos sujeitos da pesquisa – coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – e sua agência na organização social para superá-lo, é necessário historicizar o capitalismo enquanto unidade contraditória no Brasil. Para tanto, a historiadora Bárbara Araújo Machado (2020) propõe a imersão na obra de Lélia Gonzalez e nas contribuições da teoria marxista da dependência a partir das lentes da teoria da reprodução social.

Em “Por um feminismo afro-latino-americano”, Lélia Gonzalez condensa as elaborações de mulheres negras sobre o “racismo por omissão” nos movimentos de mulheres e o sexismo presente em movimentos étnico-raciais. Nesta toada, qualifica as desigualdades sociais na região como forjadas pelo “**capitalismo patriarcal-racista dependente**” (Gonzalez, 2020, p. 145-146). Uma vez que “esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano” (Gonzalez, 2020, p. 146).

A princípio, entre a década de 1970 e o início da década de 1980, a obra de Lélia Gonzalez centrou-se no diálogo com os autores da teoria da massa marginal, como o politólogo argentino José Nun, e com teóricos da dependência, como o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, para interpretar o Brasil a partir do trabalho negro.

Em oposição ao exército industrial de reserva, composto por trabalhadores desempregados que podem ser absorvidos a baixos custos quando o capitalismo necessitar aumentar a força de trabalho, a massa marginal seria composta por trabalhadores excluídos da economia formal (Nun, 1969).

Para Lélia, num país de capitalismo desigual e combinado/dependente como o Brasil, os trabalhadores negros são a massa marginal. As mulheres negras, em especial, desempenham atividades generificadas e racializadas voltadas à prestação de serviços domésticos em casas de famílias de classe média e alta, e à prestação de serviços de baixa remuneração, socialmente nomeados como “serventes”, em supermercados, escolas ou hospitais (Machado, 2019, p. 10). A reflexão da autora nos idos dos anos 1980 segue atual quando se observam os ofícios desempenhados pela maioria das mulheres negras periféricas brasileiras.

Nesse contexto, o capitalismo dependente surge como expressão do capitalismo monopolista na periferia do capitalismo. Florestan Fernandes reitera que o capitalismo dependente se viabiliza por meio da junção da superexploração do trabalho, da fragilização da democracia interna e da ordem autocrática que reprime as reivindicações populares.

Não há que se falar, contudo, em monopolização do excedente econômico pela burguesia local, uma vez que a dependência implica a intensificação da apropriação e da expropriação inerentes ao capitalismo em benefício das economias centrais e dos setores sociais dominantes das economias periféricas (Fernandes, 1972, p. 45-46).

Para o sociólogo brasileiro, o funcionamento e a perpetuação da dependência são propiciados pela atuação da burguesia local como sócia menor e subordinada ao capital internacional, bem como pela exasperação das relações de classe em âmbito interno, levando à precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores assalariados e daqueles que nem sequer conseguem ingressar no mercado de trabalho (Fernandes, 1972, p. 50-57).

Nos países capitalistas periféricos, a superexploração da classe trabalhadora seria manejada para reduzir sua remuneração abaixo dos custos de sua reprodução:

A superexploração está, portanto, diretamente ligada ao padrão reprodutivo-social existente nos países periféricos, uma vez que o determina e produz nestas economias uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das hierarquias e desigualdades sociais e a definição interna da forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade, aprofundando as características já próprias de qualquer economia capitalista em sua fase monopolista. Concretamente, isso significa afirmar que a superexploração só pode ser garantida através de um padrão reprodutivo-social sempre rebaixado, onde impera a regulação estatal militarizada, via políticas sociais e criminais racial-generificadas que garantam, continuamente, um grau elevadíssimo de expropriação e neutralização social (Fonseca; Alencar, 2021, p. 324).

É necessário observar que nem sempre os conflitos que perpassam a luta de classes se darão em relação a melhores salários ou às condições do local de trabalho, já que a extração de mais-valor ocorre também em razão das condições de reprodução da classe trabalhadora, por meio da precarização do transporte, moradia, meio ambiente ou pelo aumento das opressões de gênero, raça e sexualidade (Góis, 2020, p. 24).

De outro giro, a própria reestruturação produtiva na era da financeirização e neoliberalização capitalistas tem feito as entidades de classe, como os sindicatos, perderem a centralidade na organização da classe trabalhadora. Cada vez mais, cresce a informalidade das atividades produtivas, o desemprego e o subemprego, bem como a solidariedade social é atacada pela lógica hiperindividual do “empreendedorismo de si” (Bhattacharya, 2017 *apud* Góis, 2020, p. 24):

Como conclui Bhattacharya (2017, p. 85), em determinados momentos da história é possível que a classe trabalhadora não tenha condições de lutar por melhores condições no local de trabalho especificamente. Os sindicatos podem não mais existir, ou podem ser fracos e cooptados, ou a fragmentação

e a reestruturação produtiva podem transformar o local de trabalho de forma a não mais se apresentar como um foco de aglutinação de trabalhadoras. Contudo, onde a luta por melhores salários não é possível, outras formas de disputa social podem eclodir. Esse fenômeno, apesar de atravessar toda a história da disputa da classe trabalhadora, se tornou explícito quando das transformações do capitalismo em sua fase de financeirização e neoliberalização. Como indaga a autora: “É de admirar que, na era do neoliberalismo, quando os sindicatos que agitam no ponto de produção (por salários) sejam fracos ou inexistentes em grandes partes do globo, tenhamos crescentes movimentos sociais em torno de questões das condições de vida?” (Bhattacharya, 2017, p. 86).

A luta de classes, no âmbito da reprodução social, tem ganhado força nos movimentos populares que lutam por moradia, segurança alimentar, acesso a creche, assistência médica e renda básica, nas campanhas de sindicalização de trabalhadoras domésticas e cuidadoras que atuam em casas de repouso, assim como nas reivindicações que pleiteiam menores jornadas de trabalho e ampliação das licenças parentais (Góis, 2020, p. 25-26).

Durante a realização do Grupo Focal, em Planaltina-DF, Bibi, que conquistou sua moradia na luta do movimento e já foi coordenadora do MTST, relata como a reprodução social impacta na vida das mulheres:

**Escola pras crianças, as crianças e as mães precisam disso. Mulher não tem medo de trabalhar. Teve a creche, mulher vira peão de obra, capina um lote, faz qualquer coisa pra sustentar um filho.** Mas ela se sente limitada por conta de filho. Você vai pagar uma pessoa pra olhar um filho, pra quatro crianças, vai cobrar 300 reais. Aí uma mulher que vive de 1.200 reais e ainda paga aluguel, isso é muito. Aí fica todo mundo falando como se ela não quisesse trabalhar, não é isso. É igual meu filho: deu trabalho pra eu conseguir, foi três meses, e foi ficando em cima. Quando eu falei “eu sei quais são meus direitos... se ele ficar sem estudar, vocês vão na porta da minha casa me cobrar. E eu sempre ia nos lugares e pedia um comprovante. Eu tenho assinatura de todos vocês que eu fui no CRAS, fui em todos lugares, **eu preciso trabalhar e meu filho precisa estudar, senão a gente vai passar fome**” (Grupo Focal realizado pela pesquisadora em Planaltina/DF, grifo nosso).

Sem o acesso à educação assegurado para as crianças, são as mães que têm suas rendas prejudicadas. Pois, quando o Estado se ausenta de sua responsabilidade de garantir vagas em creches e escolas públicas, o cuidado em tempo integral com os filhos é compulsoriamente atribuído à maternidade.

### 1.3 Quem são as trabalhadoras sem teto do Distrito Federal?

As mulheres negras são maioria nas fileiras dos movimentos sociais urbanos. As coordenadoras nacionais do MTST, ao escreverem o prefácio do livro que narra os vinte anos

de suas lutas, afirmam que a história do MTST é a história das mulheres na periferia. Nesta oportunidade, lançaram as bases do feminismo popular no enfrentamento às desigualdades no país com maior número de empregadas domésticas do mundo e com mais imóveis ociosos e desocupados do que pessoas sem moradia digna:

Mulheres negras, pardas, brancas, jovens, mais velhas, mães, avós, tias, irmãs, filhas, esposas, amantes, amadas, companheiras e trabalhadoras pobres, oprimidas, violentadas, violadas, exploradas. Aliás, excessiva e continuamente exploradas. Segundo a **Organização Internacional do Trabalho**, o **Brasil** é o país com maior número de trabalhadoras domésticas: são cerca de 6,7 milhões. Trata-se de uma das ocupações que as sem-teto mais exercem. Seria uma profissão como outra qualquer não fossem os abusos que elas enfrentam nas casas alheias, tais como a obrigação de trabalhar fora do período combinado, o exercício de outras tarefas – babás ou cuidadoras de idosos –, tudo encarado pelo patrão ou patroa como favores. Enfim, heranças do período escravocrata (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 8).

A forma de ingresso no movimento social se dá por meio da participação direta nas ocupações por moradia – da montagem do barraco de lona preta ao envolvimento nas tarefas comunitárias – ou pelo envolvimento nas brigadas de apoiadores do movimento para a manutenção do trabalho de base comunitário. Em ambos os casos, a formação política é vinculada à experiência prática na luta pelo direito à cidade, afinal, “quem sabe mais luta melhor”.

Nesta pesquisa, observam-se dois perfis diferentes entre as coordenadoras do MTST entrevistadas. As responsáveis por tarefas nacionais das Cozinhas Solidárias e do Setor de Hortas e Segurança Alimentar possuem maior grau de instrução formal – ensino superior completo –, foram criadas em famílias de classe média, e a razão primordial de seu ingresso no MTST foi a participação em atividades organizadas na universidade e na Avenida Paulista voltadas a apoiadores do movimento social.

Atualmente, Ana Paula e Juliana realizam visitas e permanecem em contato periódico com as Cozinhas Solidárias e as Hortas, que se localizam em 14 estados brasileiros, dando suporte em questões operativas e formativas às demais coordenadoras do movimento e cozinheiras.

O que trouxe Maria Zezé, Jurilde, Sirleide, Regina e Valdete ao movimento de luta pelo direito à cidade, por sua vez, foi a necessidade concreta de sair do aluguel e conquistar a casa própria. Como se verá adiante, suas trajetórias de vida foram mais profundamente impactadas pela origem humilde de suas famílias e pela ausência de garantia de direitos sociais e oportunidades por parte do Estado.



Nesta seção, sistematiza-se o conteúdo político das falas das coordenadoras do MTST-DF para compreender em profundidade: i. a motivação do ingresso na luta por moradia; ii. as atividades laborais que desempenharam para sustentar a si e a suas famílias e iii. a participação política das mulheres sem teto no Movimento.

### 1.3.1 *“Ou pagava o aluguel ou colocava comida na mesa pros meus filhos”*: o ingresso na luta por moradia

No Distrito Federal, as mulheres sem teto afirmam que o pagamento de aluguel onerava excessivamente sua subsistência e a de suas famílias, e que prover melhores condições de vida para seus filhos as motivou a ingressar na reivindicação coletiva do direito à moradia.

Jurailde diz que pagar aluguel comprometia sua renda no que tange, inclusive, à compra de alimentos e de remédios para a sua filha:

É porque eu não tinha onde morar, eu morava de aluguel e ali não estava dando mais, né? Ou eu pagava o aluguel ou colocava comida na mesa pros meus filhos. E ali eu não estava mais conseguindo dar conta de ficar pagando aluguel e colocar o alimento que eles preferiam na mesa. E minha filha também não era boa de saúde. Eu tinha que comprar os medicamentos pra ela (Entrevista 03 – Jurailde).

Para Maria Zezé, o ímpeto para lutar por moradia foi o nascimento de seu filho. Com a criança aos seis meses de idade, ela montaria seu primeiro barraco numa ocupação espontânea de trabalhadores em Planaltina, que mais tarde deliberaria o ingresso no MTST. Além do pagamento de aluguel para morar, ela relata que pagava aluguel e passagem de ônibus para trabalhar e que, no fim do mês, não sobrava nada:

Fui para a luta por moradia em 2010, com a chegada do Henrique, porque antes eu trabalhava no salão e ganhava minimamente bem, mas não sobrava nada, porque tinha que pagar aluguel. Pagava aluguel pra trabalhar, pagava aluguel pra morar, a passagem cara, material então, não sobrava. Ficava elas por elas. Quando chegou Henrique, em seis meses eu comecei minha jornada de luta por moradia. E como eu comecei isso? Um dia a minha irmã me ligou pra dizer que tava tendo uma invasão aqui perto do postinho. Eu tava no meu trabalho e disse: vou sair daqui e vou ir (Entrevista 01 – Maria Zezé).

Tanto nas entrevistas com as coordenadoras do MTST-DF quanto no grupo focal realizado em Planaltina com mulheres que frequentam a Cozinha Solidária Maria da Penha Resiste, foi constante o relato de que tomaram conhecimento sobre o movimento e foram convidadas a nele ingressar por outras mulheres – suas vizinhas ou familiares. Regina, por

exemplo, foi convidada por sua cunhada para conhecer e integrar o Acampamento Maria da Penha.

A fala de Regina revela que o medo inicial da criminalização pela polícia se dissipou quando ela conheceu o Movimento e compreendeu que não se tratava de cometimento de crime, mas sim de lançar mão da ocupação para garantir direitos:

Eu conheci o movimento através da minha cunhada; a minha cunhada, ela já estava no Acampamento Maria da Penha. Aí um certo dia ela me chamou: “Vamos lá conhecer. Você não quer ir lá, não?”. Eu disse: “Não sei, eu tenho medo dessas coisas”. **Eu não conhecia ainda o Movimento, mas através dela fui conhecer o Movimento, o MTST. Foi onde eu entrei e fiquei. Porque, assim, as pessoas falavam que invasão, né, invadir, vinha logo polícia.** Mas eu não entendia ainda como era o Movimento. **Aí, a partir do momento que eu entendi o que era o Movimento, que a gente não invadia, a gente ocupa para a gente ter o nosso direito de moradia, aí eu fui entender** (Entrevista 04 – Regina, grifo nosso).

A contragosto de seu então marido, que também receava a criminalização da ocupação, Amparo relata no grupo focal que já possuía inscrição na Companhia de Habitação do Distrito Federal (CODHAB) e se encontrava na fila do provimento habitacional quando se somou à Ocupação Maria da Penha, nas margens da BR-020:

Quando eu entrei no movimento, eu já tinha a inscrição na CODHAB, mas entrei quando tava ali na 020. Um dia passei e vi o pessoal lá. Um dia passei e tava tendo reunião, aí eu fui pra reunião e eu fiquei lá e fui ficando, uns três meses. Só durante o dia, porque não podia ficar à noite, ficava com os meninos. **Eu ia escondida, porque o pai dos meninos não sabia, e tinha medo. Ele era meio cagão assim, tinha medo de polícia, medo de dar problema. Aí eu fiquei indo três meses sem ele saber e depois ele descobriu, mas eu continuei mesmo ele sem querer.** Aí, quando foi pra UNAF, eu ia na luta, participava das reuniões, só não conseguia ficar direto. Aí com uma luta de todo mundo, a gente conseguiu, aí vim pra cá, conquistei e construí aqui dois cômodos (Grupo Focal realizado pela pesquisadora em Planaltina/DF).

A maioria de mulheres negras na linha de frente do MTST se correlaciona com o déficit habitacional brasileiro – majoritariamente feminino e negro. É o que demonstra pesquisa da Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional no Brasil de 2016 a 2019. Com a nova ponderação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a análise quantitativa do déficit habitacional elaborada, desde 1995, pela Fundação, incorporou variáveis sobre faixa de renda domiciliar, sexo, cor/raça do responsável pelo domicílio (FJP, 2021).

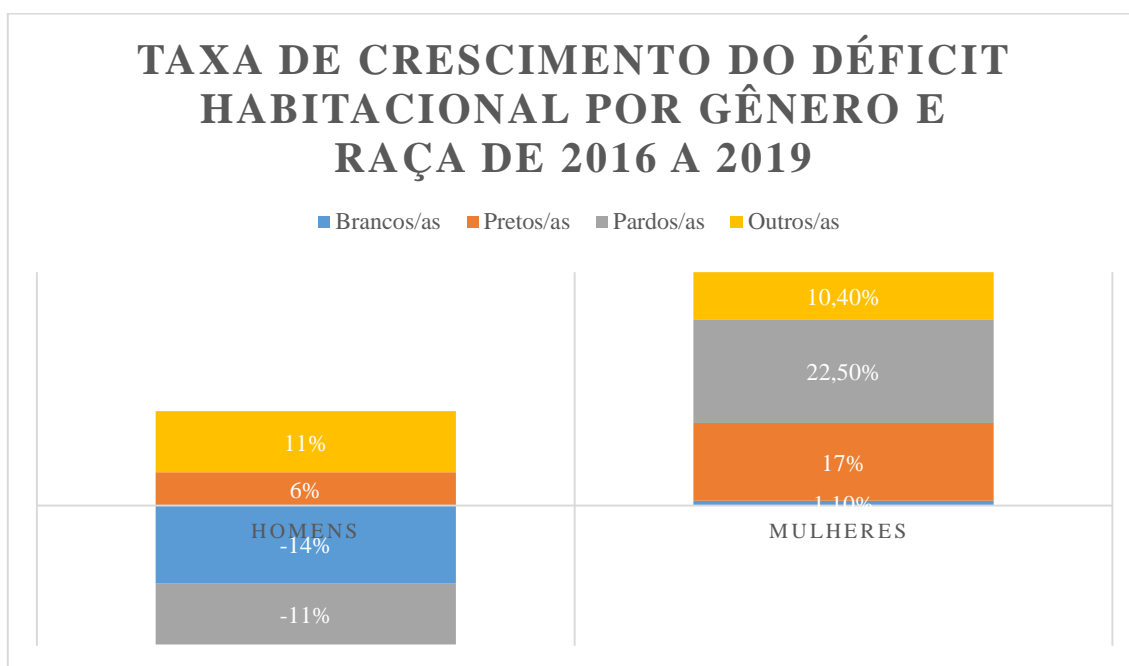
Para calcular o déficit habitacional brasileiro, isto é, a quantidade de domicílios faltantes para suprir a demanda da população, a Fundação realiza uma soma entre os componentes

“Habitação Precária”, “Coabitação” e “Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano” (FJP, 2021, p. 24). A parte mais expressiva do déficit habitacional é composta por famílias cujo gasto com aluguel onera 30% ou mais de sua renda mensal e, portanto, sofrem os efeitos do ônus excessivo com aluguel urbano. Este componente saltou de 2,814 milhões de domicílios, em 2016, para 3,035 milhões, em 2019, representando mais da metade do déficit habitacional total neste ano (51,5%).

Não têm o direito à moradia assegurado, igualmente, as famílias secundárias que dividem maioria com famílias principais (coabitação) e que vivem em domicílios alugados com mais de três indivíduos por dormitório (adensamento excessivo de domicílios alugados).

Com os dados da Pesquisa “Déficit Habitacional Brasileiro no Brasil por cor ou raça (2016-2019)” é possível mensurar a taxa de crescimento do déficit habitacional levando em conta gênero e raça. No geral, houve redução do déficit habitacional em 8% nos domicílios chefiados por homens, enquanto naqueles chefiados por mulheres registrou-se um aumento de 51% de 2016 a 2019.

Figura 2 – Taxa de crescimento do déficit habitacional por gênero e raça de 2016 a 2019



Fonte: elaboração própria com dados da FJP.

Entrecruzando gênero e raça com renda média familiar, a Fundação João Pinheiro (FJP) apresenta ainda o contraste expressivo do déficit habitacional entre domicílios chefiados por homens brancos e mulheres pardas que auferem renda mensal de até um salário-mínimo. Para homens brancos, houve uma estabilidade no segmento de até um salário-mínimo e redução nas

demais faixas de renda; já as mulheres no segmento de até um salário mínimo registraram notável aumento em todas as cores/raças, especialmente quando os lares eram chefiados por mulheres pardas (FJP, 2022, p. 93).

Entre as razões que explicam a feminização do déficit habitacional, pesquisadoras do LabCidade da Universidade de São Paulo (Lacerda, Guerreiro, Santoro, 2021) destacam o crescimento, desde a década de 1960, de famílias monoparentais com filhos entre os principais arranjos familiares, a desigualdade salarial de gênero e raça e a concentração de terras na titularidade de homens brancos proprietários.

As autoras mencionam dados do IBGE de 2018 para localizar as mulheres negras nesse cenário: elas são 61% dos 11 milhões de mães solas brasileiras, e 63% dos lares por elas chefiados, com filhos até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza. O mesmo dado relativo às famílias chefiadas por mulheres brancas atinge o percentual de 39,6%, evidenciando as desigualdades entre as mulheres e suas experiências habitacionais e urbanas.

Concluem, por fim, que, ao auferir baixos salários e se verem sobrecarregadas com trabalhos produtivos e reprodutivos, as mulheres – especialmente as mulheres negras – não conseguem arcar com os custos da moradia. Ainda que se insiram em redes de solidariedade comunitárias, requerem maior atenção do Estado para ter suas autonomias restabelecidas (Lacerda, Guerreiro, Santoro, 2021).

Essa visão vai ao encontro da expressa pelas coordenadoras nacionais do MTST quando afirmam que a luta por moradia é mobilizadora para as mulheres porque representa a busca por sobrevivência e autonomia afetiva:

A **luta por moradia** é mobilizadora para as mulheres, pois é a luta pela sobrevivência e pela autonomia afetiva. Para nós mulheres, o lar não é um teto, uma renda, uma propriedade; o **lar** é a possibilidade de uma vida mais feliz. Felicidade não é luxo, não é uma compra de altas cifras. Para nós, trabalhadoras sem teto, a felicidade é prover e usufruir de um espaço agradável, digno, com a família que estabelecemos na vida, que pode ser com homem ou com mulher, com filhos ou com cachorros e gatos, ou simplesmente com nossa alma. Enquanto a vida cotidiana na cidade é de sofrimento, a luta é a busca por essa felicidade. E mesmo quando a vida política destrói afetividades, a presença da mulher as reinventa. Nós, **mulheres sem teto**, encontramos em nossas ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 10-11, grifo nosso).

O fazer político das mulheres sem teto é, portanto, um compromisso afetivo e político com transformar a vida cotidiana de sofrimento nas cidades, que as expõe a exploração e

opressão, na privação do direito à moradia digna, nas violências de gênero em espaço público e privado e na precarização das vidas de suas famílias pelo sucateamento dos serviços públicos.

*1.3.2 “Já entrei pela porta dos fundos de gente que ontem não me olharia e respeitaria”:  
trabalhos de cuidado e luta por moradia*

Os trabalhos de cuidado remunerados estão entre as principais profissões exercidas pelas mulheres sem teto. Enquanto herança do período escravocrata, trabalhadoras domésticas têm seus direitos trabalhistas sistematicamente violados, sendo expostas por seus empregadores a trabalharem fora dos horários e das atribuições para as quais foram contratadas (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 8).

Em pesquisa sobre a regulamentação jurídica do trabalho de cuidado à luz da trilogia de Carolina Maria de Jesus, Raquel Santana (2020) anota que a Classificação Brasileira de Ocupações não conta com classificação específica sobre os trabalhos de cuidado remunerados no Brasil. Realizados majoritariamente por mulheres negras, com o objetivo de promover o bem-estar de indivíduos, esses trabalhos se relacionam a cuidados com o corpo e com a manutenção das condições de vida de quem é cuidado.

Embora haja previsão constitucional de que o Estado, a família e a comunidade são responsáveis por prover cuidado, as políticas estatais de cuidados são insuficientes, o que acarreta sua absorção quase integral pelo ambiente privado das famílias. Num país de raízes coloniais e escravocratas, tem-se, então, a contratação de empregadas domésticas negras para exercer o cuidado em “casas de família”. Diante da regulamentação tardia da profissão – que se deu por meio da Lei Complementar 150/2015 (Brasil, 2015) – e da ainda existente desproteção trabalhista, a autora realiza uma analogia com duas categorias de Carolina Maria de Jesus – o quarto de despejo e a sala de visitas:

O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos [...]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo [...]. Estou no quarto de despejo. [...] porque eu também sou favelada. Sou rebotalho (Jesus, 1960, p. xx).

Há um abismo que separa a “sala de visita” do “quarto de despejo”. Enquanto na “sala de visita”, o trabalho digno é uma promessa constitucional a todas as trabalhadoras brasileiras, no “quarto de despejo”, também nomeado enquanto zona do não-ser e de abjeção, o racismo e o sexismo, também mediatizados pelo direito, operam violações de toda sorte.

Em âmbito nacional, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), ao compilar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua entre 2019 e 2021, identificou 5,7 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico no Brasil. Destas, 92% são mulheres; 65% das mulheres trabalhadoras domésticas são negras. Houve aumento, ainda, na quantidade de trabalhadoras domésticas que chefiam famílias, perfazendo 2,9 milhões (DIEESE, 2022).

Todos os sujeitos da presente pesquisa, coordenadoras do MTST que atuam nas Cozinhas Solidárias do Distrito Federal, já exerceram o trabalho doméstico remunerado como forma de prover sustento a si e a seus filhos, seja quando adultas, seja em contexto de exploração de trabalho escravo infantil.

É o caso de Maria Zezé, mulher negra e maranhense que migrou para o Distrito Federal em busca de oportunidade de trabalho e de melhores condições de vida e experienciou em sua trajetória o trabalho doméstico nas duas formas acima relatadas:

Já trabalhei de babá, já trabalhei de cuidar de idoso e já limpei casa de pessoas. Entrei pela porta dos fundos de gente que hoje, se fosse ontem, não me olharia e não me respeitaria, né? **Dentro de toda essa caminhada de trabalhar, saí do Maranhão. Tinha dez anos, meu pai faleceu, então eu fui para a casa de uma tia terceira. É que tinha muito isso no Maranhão: de vou levar para estudar. Na realidade, isso não acontece. Eles trazem as crianças para trabalhar, ser doméstica em casa, e a meninada não estuda** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

Assim como Maria Zezé, Sirleide (Biza) é uma mulher negra e nordestina, liderança do MTST no Distrito Federal, cuja trajetória de vida é permeada pela perda precoce de mãe e pai e pela experiência do trabalho doméstico desde a infância. Inicialmente exercido sem remuneração, em contrapartida de morar na casa de familiares e, em seguida, de forma remunerada, a partir dos 13 anos de idade:

Antes de entrar no movimento, eu achava que pra ter uma moradia eu tinha que trabalhar e comprar, que era coisa minha. Eu não sabia que eu tinha direito de ter uma moradia. Só que, como a oportunidade pra todo mundo não é igual, eu perdi minha mãe e meu pai muito cedo. Comecei a trabalhar de doméstica com dez anos, isso de graça; remunerada, só a partir dos 13. **Mas dos dez até os 13 era de graça que eu trabalhava, era pra parente, não tinha dinheiro e não deixava eu estudar. Aí, depois que eu passei a trabalhar fora, que eu passei a ser remunerada**, mesmo assim eu não consegui estudar. Se você não consegue estudar, ter uma boa educação, pra você conseguir um emprego é difícil. Não tem. Então não tem como você comprar uma moradia (Entrevista 02 – Biza, grifo nosso).

Em ambos os casos, as promessas feitas por seus familiares de que proveriam condições para que elas estudassem e se qualificassem profissionalmente não se cumpriram.

Num imaginário racista e sexista, a representação ideal das mulheres negras seria a da “mãe preta”, a trabalhadora doméstica que reconhece sua inferioridade em relação aos brancos e os ama a ponto de desempenhar o papel materno nos cuidados das crianças brancas, sem que isso implique ter autoridade sobre estas ou sobre as crianças negras que pariu (Lopes, 2020, p. 19).

O que pautou a negação de direitos das trabalhadoras domésticas, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, foi precisamente esse imaginário racista e sexista de que a trabalhadora doméstica é “quase da família” e deve estar a serviço da elite branca. A supressão de parte do texto constitucional que proibia o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, sob o pretexto de educação e criação, como ocorrera com Maria Zezé e Biza, é exemplo disso. Para os parlamentares, a gratuidade do trabalho nem sempre implicaria exploração, pois, neste caso, seria uma retribuição à família que a hospedou e garantiu alimentação e moradia (Lopes, 2020, p. 28).

É Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga e intelectual orgânica do movimento de mulheres negras, quem formula a categoria de “mãe preta”, ao refletir sobre as representações sociais destas numa sociedade de passado colonial e escravocrata recente. Ao afirmar que as mulheres negras de hoje seriam as netas das mucamas de ontem, a autora questiona: o que há em comum entre essas representações sociais?

Em diálogo com autores da psicanálise, Gonzalez (2020) aduz que o racismo constitui a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesta toada, as imagens da mulata, da doméstica e da mãe preta seriam expressão da articulação entre racismo e sexismo que denota a violência simbólica exercida pelo mito da democracia racial sobre as mulheres negras.

A mulata e a doméstica são, em verdade, atribuições de um mesmo sujeito. O cotidiano das mulheres negras é permeado pela redução à representação de empregada doméstica e, excepcionalmente, à mulata enquanto fruto do endeusamento carnavalesco. Isso porque é no Carnaval que o povo negro sai das colunas policiais e é promovido a capa de revista; a mulata é “produto de exportação”, enquanto símbolo de uma cultura amefricana alegre, descontraída e com samba no pé (Gonzalez, 2020, p. 91).

A doméstica de hoje, por sua vez, é a “mucama permitida”, a que presta serviços e bens e é o oposto da exaltação, pois presente no cotidiano em que mulheres negras são representadas como “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 2020, p. 82).

São as mulheres negras periféricas que provêm o sustento de suas famílias enquanto trabalhadoras do cuidado que mais sentem os trágicos efeitos da culpabilidade branca

(Gonzalez, 2020), convivendo, ainda, com a perseguição policial sistemática aos homens negros de suas famílias – companheiros, irmãos ou filhos.

Para Maria Zezé, a conquista da moradia é a realização de um direito básico que permite às mulheres negras a fruição de outros direitos, inclusive o direito de trabalhar perto de casa e maternar seus próprios filhos. O Estado e o “filho do bacana” que elas ninam servem aos interesses da classe dominante, cujo projeto de manutenção do *status quo* opera para criminalizar o filho da trabalhadora sem teto:

Assim, eu entendo que **o Estado nega esses direitos porque, se ficar todo mundo igual, não vai ter a pessoa pra ser a doméstica, não vai ter a pessoa para ser a babá, porque aquela mulher, ela não vai precisar sair cinco da manhã e largar o filho.** Ela pode ir três vezes na semana trabalhar, colocar o salão na frente da casa dela, colocar o dindim, fazer bolo e ela vai sobreviver ali. **Ela vai conseguir acompanhar a criação dos filhos dela, porque de aluguel ela deixa os filhos jogados na sorte, por conta do Estado, que é a rua, e vai cuidar do filho do bacana que tá lá e no fim do mês dá o resto pra ela.** Então esse filho desse bacana que a mãe larga o filho e vai cuidar hoje, amanhã ele se torna um juiz que vai prender e condenar o filho dela, que ficou jogado na sorte. É muito sinistra a questão do Estado (Zezé, grifo nosso).

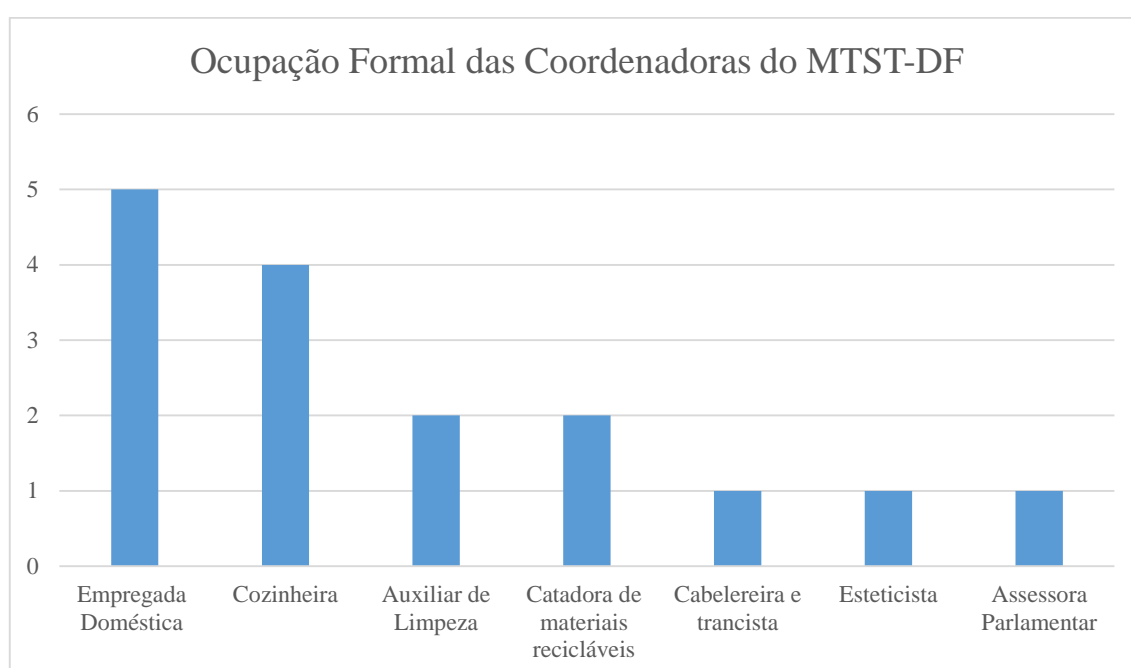
Seu relato vai ao encontro do potencial subversivo que Lélia Gonzalez atribui à mãe preta. Longe da passividade pretendida pela branquitude, é a mãe preta quem cria verdadeiramente os filhos da elite branca e lhes transmite valores e a língua materna. Nesses marcos, ela é também a mãe da cultura brasileira, que traz ao português heranças africanas e forja o “pretuguês” como língua genuinamente brasileira:

O que a gente quer dizer é que ela [a mulher negra] não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. **Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe.** E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem (Gonzalez, 2020, p. 87-88, grifo nosso).



Em que pese a unanimidade nas trajetórias das coordenadoras do MTST-DF seja o trabalho doméstico remunerado, outras ocupações relacionadas ao exercício de trabalhos de cuidados se verificam, como é o caso do cuidado com crianças e idosos e o desempenho de funções de auxiliar de cozinha ou de limpeza. Para fins ilustrativos, segue abaixo um gráfico contendo as ocupações citadas por elas nas entrevistas realizadas. O relato colhido não diz respeito exclusivamente à última ocupação exercida, de modo que uma mesma trabalhadora pôde citar diversas ocupações remuneradas que já desempenhou.

Figura 3 – Ocupação formal das coordenadoras do MTST-DF



Fonte: elaboração própria com dados extraídos de entrevistas semiestruturadas.

É digno de nota que duas delas, Biza e Jurailde, que outrora residiram em Samambaia (DF) e hoje são Coordenadoras do MTST-DF e Cozinheiras da Cozinha Solidária Sol Nascente, encontraram na catação de materiais recicláveis o sustento diante da escassez de ofertas de trabalho.

Eu já trabalhei muito tempo de empregada doméstica. Trabalhei oito anos, depois trabalhei mais cinco anos de empregada doméstica, depois fui serviço geral, fui balconista e fui auxiliar de padaria. Aí fui auxiliar de cozinha e, depois de tudo, eu fui e trabalhei em reciclagem. **Quando não tinha mais um emprego, fui trabalhar de reciclagem e agora tou trabalhando na Cozinha Solidária** (Entrevista 03 - Jurailde, grifo nosso).

Agora na pandemia, eu parei de trabalhar com reciclagem. Depois que eu peguei covid, fiquei doente, também não tinha mais tanta força pra ir. **Mas,**

**graças a Deus, veio a cozinha, então eu vim trabalhar aqui** (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

Ambas encontraram, na ajuda de custo mensal da Cozinha Solidária, a possibilidade de ter uma renda fixa, trabalhar perto de suas casas e servir à sua comunidade. A Cozinha instalada na região atende a população da maior favela brasileira, pois, conforme os dados da prévia do Censo de 2022 (IBGE, 2022), o Sol Nascente ultrapassou a Rocinha (Rio de Janeiro) no número de domicílios na categoria de aglomerados urbanos com baixa infraestrutura e padrão urbanístico (Rodrigues; Benevides, 2023).

A desproteção dos trabalhos de cuidado remunerado no Brasil é um dos entraves ao exercício da maternidade negra e periférica. As violências estatais contra as mulheres e a juventude negras são exemplificadas, ainda, pela ausência de políticas públicas eficientes na atenção e cuidado com as crianças, pela esterilização forçada para fins de controle populacional, pela alta taxa de mortalidade materna e violências obstétricas perpetradas contra mulheres negras ao parir. O extermínio da juventude negra, por fim, ceifa prematuramente as vidas de homens negros, principais vítimas da violência letal no Brasil (Borges, 2021). Isso expressa um processo de desumanização de corpos negros que a mera interrupção formal da colonização e da escravização, sem medidas reparatórias substanciais, não foi capaz de sustar por decreto.

A imposição da maternidade como destino biológico às mulheres brancas nas famílias nucleares euro-estadunidenses guarda distância da negação da maternidade às mulheres negras, que seguem na luta pela subsistência de suas famílias e comunidades, e pela transformação social das opressões estruturais de raça, gênero e classe que precarizam suas vidas (Borges, 2021):

Assim, embora para algumas, a maternidade possa configurar um obstáculo à liberdade, violência e impotência, para outras mulheres, a maternidade é capaz de promover a elevação pessoal, sendo, inclusive, catalisadora para o ativismo social. Mulheres lutam por melhorias de vida para si e para suas famílias. Mulheres lutam por educação, sustento e pela liberdade de seus filhos. As mães, sejam as de sangue, de criação, sejam as afetivas ou comunitárias, querem e podem fazer do mundo um lugar melhor. O pensamento ancestral africano de que “ter filhos é considerado a bênção suprema de orixás e ancestrais” não diz respeito a um projeto individualista, mas sim a uma ética do cuidado e crescimento do coletivo.

Dos terreiros de religiões de matrizes africanas às ocupações de luta por terra e teto no Brasil, as mulheres negras têm gerido e gestado organizações ancestrais, sociais e políticas, assumindo papel de liderança espiritual e política, como verdadeiras matrigeradoras e matrigestoras de famílias extensas e de suas comunidades (Ribeiro, 2020).

O exercício da maternidade por mulheres organizadas no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que se mobilizam para conquistar seus lares e alimentar seus filhos e comunidades durante a pandemia de covid-19 prefigura o princípio oxunista da matripotência, cunhado na obra de Oyèrónké Oyěwùmí (2016). Pois, em que pese a experiência da maternidade negra no Brasil contemporâneo ser ainda permeada por heranças coloniais e escravistas de desumanização de corpos negros, expressas desde a construção comunitária da redistribuição de trabalhos reprodutivos com vistas à maternidade coletiva, ela não perde o horizonte da reivindicação de políticas públicas multissetoriais de apoio às mulheres negras periféricas ao maternar.

### 1.3.3 *“Esse movimento empodera as mulheres”*: as mulheres sem teto como sujeito coletivo de direitos

Ter uma composição majoritariamente feminina e negra, como é o caso das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, não faz do movimento social necessariamente feminista e antirracista. É preciso que a equidade de gênero e raça seja um horizonte no seu fazer político, com garantia de participação efetiva de mulheres negras nos espaços de decisão, de representação política e com a inclusão de suas reivindicações na agenda política do movimento.

A princípio, é possível afirmar que a participação política e a conquista da moradia contribuem para a promoção de autonomia das mulheres sem teto, possibilitando o rompimento de relações abusivas com companheiros, namorados e esposos.

Para além da autonomia financeira possibilitada pela conquista da casa própria, no MTST as mulheres passam a conhecer e a reivindicar seus direitos não apenas em relação ao direito à moradia e à cidade. Maria Zezé relembra casos em que, seja entre as mulheres da coordenação ou da base, os parceiros pediram, por diferentes razões, para que elas interrompessem a participação política:

Na ausência da luta coletiva, muito caso quando tem marido, **muitas vezes a mulher não vem porque eles vêm, escutam e sabem que esse movimento empodera as mulheres**. E ainda vem com um papo pra iludir a mulher, **dizer que não querem que vá pra ocupação porque é perigoso, porque têm ciúme, mas não querem que vá porque não querem que tenha outras amigas, pra você não saber de direitos**, não saber como ferrar com ele caso ele te agredir fisicamente ou verbalmente. Muitas mulheres acham que ser estuprada é só por desconhecido, mas não é. Eles não querem que as mulheres saibam dos crimes que eles cometem na surdina, disfarçado de amor (Zezé, grifo nosso).

Por meio da luta coletiva, as mulheres sem teto participam da reivindicação e da criação de direitos humanos, gerindo espaços coletivos como cozinhas e escolas comunitárias, que são alvos de ataques por parte do Estado:

**O que eu vejo é que o Estado é negacionista em diversos campos, né, nega o direito à moradia, à alimentação, à saúde, à educação.** Porque chegar dentro de uma ocupação e o Estado derrubar uma escolinha popular que tá alfabetizando pessoas e uma cozinha que tá alimentando pessoas, é um dos maiores crimes (Zezé, grifo nosso).

A atuação do movimento social parte, justamente, da negação de direitos por parte do Estado. Sem orçamento público, o MTST provê alimentação, cuidado e moradia nas periferias brasileiras, de modo a comprovar que, havendo vontade política, o Estado poderia atender à demanda da população em situação de vulnerabilidade social:

O que eu entendo é que o Estado é para garantir todos os direitos, a pessoa ali, o governante que está representando o Estado, que representa a população, ele é para garantir e não garante. **O movimento social chega ele passa a fazer sem nenhum recurso, sem nenhum dinheiro público, passa a fazer e garantir muitos direitos que o Estado tem todo o aparato para fazer e garantir, mas não garante.** Como a questão da alimentação, do cuidado, da moradia (Zezé, grifo nosso).

As falas acima de Maria Zezé vão ao encontro do que José Geraldo de Sousa Júnior (1990) considera como emergência sociológica de sujeitos coletivos de direitos. A percepção da carência social, representada pela negação de direitos, impulsiona a luta social para conquistá-los.

O jurista retoma a emergência de movimentos populares nos anos 70, a partir do trabalho desenvolvido pela Igreja católica, nos quais sobressaem os laços de vizinhança, solidariedade e parentesco, mobilizados para discutir problemas concretos vivenciados nas periferias urbanas brasileiras.

Os chamados “novos movimentos sociais” conjugam a formulação da identidade coletiva, no exercício de suas autonomias, com um projeto político de transformação social.

No caso em tela, a rejeição das injustiças como naturais e cotidianas pelas mulheres sem teto, como é o caso da falta de moradia e de alimentos na mesa do povo brasileiro, propicia a valorização da dignidade a partir da luta coletiva contra as injustiças.

Para “O Direito Achado na Rua”, compreender a atuação jurídica dos novos movimentos sociais requer analisar as experiências populares de criação de direito, com vistas a: a) determinar o espaço político das práticas sociais que enunciam direitos; b) definir a natureza jurídica do sujeito

coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e uma representação teórica enquanto sujeito coletivo de direito; c) propiciar a criação de novas categorias jurídicas, a partir das práticas sociais do direito, que contribuam para a construção de relações solidárias e de superação de toda forma de exploração e opressão (Sousa Júnior, 1990, p. 10).

José Geraldo de Sousa Júnior (2011) explica que as formas de mobilização e organização dos novos movimentos sociais instauram práticas políticas novas que abrem espaços sociais inéditos, bem como revelam novos atores na cena política dotados de capacidade instituinte de direitos.

É digno de nota que, entre as publicações d'O Direito Achado na Rua, existem trabalhos anteriores que retratam o MTST como sujeito coletivo de direitos (Lima, 2014; Martins, 2015). Nosso objetivo é focar no protagonismo das mulheres negras na organização social e na criação de direitos pelo referido movimento social. É por meio do conteúdo de suas falas que se torna possível desvelar o impacto de gênero, raça, classe e território na construção do direito humano à alimentação e nutrição adequada.

No que tange à participação política das mulheres sem teto, antes do Golpe de 2016, o movimento social privilegiou a participação extrainstitucional, com a realização de protestos e ocupações para pressionar o poder público. É em 2018 que o movimento social se propõe a construir uma plataforma programática para as eleições presidenciais – a Plataforma Vamos – e a lançar sua principal figura pública, Guilherme Boulos, à Presidência da República.

A aliança entre os movimentos sociais que encabeçaram a chapa – MTST e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – e os partidos políticos – Partido Socialismo e Liberdade e Partido Comunista Brasileiro – inaugurou um novo período, com a eleição do primeiro mandato coletivo à deputada estadual encabeçado por uma trabalhadora sem teto (Costa, 2020).

Na ocupação da política institucional, Jô Cavalcanti – ex-trabalhadora doméstica e ambulante – encabeçou em Pernambuco uma chapa composta por cinco mulheres de diferentes partes do estado, eleitas com mais de 39 mil votos para o exercício de mandato parlamentar. Entre as pautas, o mandato priorizou os direitos à moradia, à educação e as políticas para as mulheres (Meireles, 2018).

Nas eleições de 2022, seria a vez de eleger, pelo estado de São Paulo, Guilherme Boulos, com 1 milhão de votos, o primeiro deputado federal do MTST, e Ediane Maria, com mais de 150 mil votos, a primeira deputada estadual sem teto na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Nas pautas comuns entre os parlamentares, a coordenadora Ana Paula destaca o direito à moradia e o combate à fome.

Para ela, a ocupação da política institucional seria a oportunidade de trazer para o macro aquilo que o movimento social “faz dentro de casa”, ao construir direitos humanos de forma enraizada nos territórios e fomentar a autogestão dos trabalhadores. No caso do mandato de Ediane Maria, outra centralidade temática é a do trabalho doméstico, tendo em vista que a deputada é também a primeira empregada doméstica eleita para um mandato parlamentar na ALESP:

A gente quer fazer o que a gente faz dentro de casa, né? De uma visão macro das coisas. Queremos transformar as cozinhas como uma parte estruturante das políticas de combate à fome, e pra isso a gente quer enxergar essa política de uma maneira bem enraizada, bem próxima da população e feita por parte da sociedade. Isso é radicalizar a democracia, fazer com quem já atua na comunidade, com grupos que já fazem e precisam ser valorizados. Então eu acho que isso tem muita condição de dar certo, né? A ideia é que o PL consiga abarcar a logística da onde vem a comida até a cozinha solidária e conte com as entidades das periferias para executar. E as bandeiras vão ser essas, né? [...]. Da Ediane tem muito a ver também com a questão do trabalho, porque ela é a representação dessa mulher periférica que sofre a questão do racismo, do trabalho que não é enxergado como trabalho digno, que não pode ter direitos, que tem de estar localizado como resquício da escravidão. Então ela também vai ter essas pautas muito concretas da questão da moradia e da alimentação, mas também do racismo e do trabalho. Eu acho que de fato tamos levando o que é nosso, interno, pro institucional, né? (Entrevista 05 - Ana).

Ediane Maria é muitas, porquanto representa as mulheres negras que constroem ativamente as ocupações do MTST em vários estados brasileiros. O espaço hegemonicamente reservado nas cidades a mulheres como ela é a periferia, onde o Estado se faz presente por meio da polícia e não da política pública. No caso das casas da classe média branca, corpos como o seu ocupam os “quartos de empregada”, cuja ausência de janelas é só mais uma herança do período escravista.

A esmagadora maioria das trabalhadoras sem teto já foram ou são empregadas domésticas. E na campanha da Ediane a gente mergulhou nesse mundo, foi um mergulho inclusive pra ela, de coisas que ela havia esquecido. Ela refletiu muito o que foi pra ela esse trabalho e qual é esse lugar abandonado, esquecido, sufocante que é esse trabalho, das vezes que ela falou dos quartos sem janela por que ela passou. É um trabalho realmente que não tem nenhum reconhecimento no nosso país. Acho que o que a Dilma fez foi muito importante; só de ela ter feito isso no governo dela já bastou pra todos os processos, até dos equívocos que ela teve. Só de ter encarado essa regulamentação do emprego doméstico de frente e ter feito já foi fundamental, porque é inacreditável como ainda se vive com tão pouco e sem direitos. E isso segue acontecendo, porque, ainda que a patroa assine a carteira, ela ainda continua fazendo coisa a mais, excedendo as horas de trabalho, ela ainda continua cuidando dos filhos da patroa, ela é contratada para limpar e cuida dos idosos e crianças da casa. É uma sequela da escravidão ainda muito grande e muito forte na nossa sociedade (Entrevista 05 – Ana).

Ana Paula destaca como o principal legado de Dilma – primeira e única mulher brasileira a ocupar o cargo de presidente da República – a regulamentação do trabalho doméstico por meio da promulgação da Lei Complementar nº 150/2015, que garantiu direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego e salário-família.

Nos primeiros seis meses incumbida da função de deputada estadual, Ediane Maria criou a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho Doméstico e de Cuidados e aprovou o Projeto de Lei que cria a Casa da Doméstica – espaço de acolhimento, voltado à orientação em direitos e prestação de serviços de utilidade pública, por meio de articulação com o Ministério Público do Trabalho, a ser instalado em Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e em postos do Poupatempo em São Paulo (Primeira [...], 2023).

Assim, é possível inferir que o MTST incorpora as pautas feministas e antirracistas ao seu projeto político, pois objetiva a ocupação de espaços eletivos por mulheres negras que representam a maioria dos sem-teto nas periferias urbanas. Duas experiências de mandatos parlamentares estaduais foram encabeçadas por coordenadoras negras do movimento social.

De outro giro, ainda há desafios para que se rompa com a divisão sexual e racial do trabalho na esfera da micropolítica, isto é, entre a militância organizada em suas fileiras. Exemplo disso é que há um baixo envolvimento de homens na preparação e distribuição de alimentos nas ocupações e Cozinhas Solidárias. Completado um ano da experiência das Cozinhas Solidárias no Brasil, a organizadora nacional contabilizava apenas um homem que recebia ajuda de custo para atuar nesse equipamento social comunitário.

Se, por um lado, o predomínio de mulheres entre as cozinheiras e auxiliares é positivo, pois revela que se está investindo mais recursos na empregabilidade e formação profissional e política de mulheres sem teto, por outro, anuncia os limites da coletivização do trabalho reprodutivo exclusivamente entre as mulheres de uma comunidade. A inclusão dos homens nesse processo possibilitaria avançar na compreensão de que cuidar é inerente à vida e deve ser responsabilidade coletiva, e não obrigação moral das mulheres em sociedade – quer em suas casas, quer em suas comunidades.

Sendo maioria nas fileiras do MTST, as mulheres sem teto conjugam, portanto, a construção de sua identidade social com o protagonismo que assumem na instituição de direitos, como os direitos à moradia e ao trabalho digno, o direito a viver sem violência doméstica e familiar e o direito à alimentação e nutrição adequadas. Na busca cotidiana pela sobrevivência ante a exploração e a opressão dos patrões, do Estado e dos homens, essas mulheres

desenvolvem estratégias para o reconhecimento de suas demandas e instituem um projeto político de vida digna para as mulheres negras e suas comunidades.



## 2 COZINHAS SOLIDÁRIAS: ENFRENTAMENTO À FOME, CUIDADO E COMUNIDADE

Neste momento, são sistematizados os saberes e fazeres das mulheres sem teto para o enfrentamento à fome nas ocupações do movimento e nas Cozinhas Solidárias. Buscou-se investigar de que forma as experiências das cozinhas das ocupações se relacionam com as Cozinhas Solidárias inauguradas durante a pandemia de covid-19.

É apresentada revisão bibliográfica de iniciativas similares de alimentação comunitária protagonizadas e utilizadas em sua maioria por mulheres racializadas diante do avanço do neoliberalismo e de seus efeitos para a precarização da vida das mulheres do Sul Global.

A Solidariedade Sem-Teto, que nomeia a iniciativa de alimentação comunitária, é também objeto de caracterização, para que se possa vislumbrar o papel das Cozinhas Solidárias no projeto de sociedade do MTST e de qual forma ela se contrapõe à racionalidade neoliberal.

### 2.1 “Atualmente somos escravos do custo de vida”: a racionalidade neoliberal e a precarização da vida das mulheres no Sul Global

Figura 4 – Boletim das Cozinhas Solidárias n. 4



Fonte: cedido pelo MTST ([2021a]).

A palavra de ordem “O arroz tá caro, o feijão tá caro, o que o povo quer? Fora Bolsonaro!”, ecoou, na manhã de 13 de novembro de 2021, no trajeto entre a praça em frente ao Restaurante Comunitário da Ceilândia, cidade mais populosa do Distrito Federal, e o supermercado da região, e marcou a Marcha Nacional contra a Fome na capital do Brasil.

Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a iniciativa denunciava a alta da inflação e o impacto da política econômica do Governo Bolsonaro sobre o custo de vida das trabalhadoras/es e contou com a adesão de outros movimentos sociais e entidades que compõem a Frente Nacional Povo Sem Medo e a Pastoral do Povo de Rua, da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

Um dos cartazes empunhados pelas manifestantes estampava a foto de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe, favelada, cuja trilogia atemporal de livros publicados versou sobre as condições precárias das moradias e a fome nas periferias brasileiras.

Em setembro do mesmo ano, era lançada a Campanha “Tá tudo caro, a culpa é do Bolsonaro”, com ações na sede da Bolsa de Valores em São Paulo e na Mansão de Flávio Bolsonaro, envolvido em escândalos de corrupção. Nesta ocasião, mulheres negras, linha de frente nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, empunhavam ossos como símbolo do Brasil que retorna ao Mapa da Fome, enquanto o agronegócio e os milionários lucravam expressivamente.

Cenas que se tornaram rotineiras em nosso país, entre 2020 e 2021, como filas de pessoas que semanalmente catam restos de alimentos em caminhões de lixo ou sobras de ossos e carnes de supermercados e frigoríficos, corroboram os dados relatados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), no 2º Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil, de que 125,2 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar e 33 milhões de brasileiros enfrentam a fome (PENSSAN, 2022).

Para aplacar a miséria que atinge milhões de pessoas, a América Latina tem um histórico de criação de *Ollas Populares* (panelas comuns), revisitadas pelo MTST com a criação de Cozinhas Comunitárias e Cozinhas Solidárias, que distribuem gratuitamente comida com qualidade nutricional nas periferias urbanas.

O que se investiga aqui é: de que maneira a racionalidade neoliberal contribui para consolidar a governamentalidade e as subjetividades fundadas na destruição da solidariedade social e na imposição do hiperindividualismo, que precarizam sobremaneira a vida das mulheres? Podem as experiências de *Ollas Populares* e Cozinhas Solidárias, protagonizadas

por mulheres no Sul Global, contribuir para a reconstrução de vínculos de cooperação mútua, para a politização e a coletivização dos trabalhos reprodutivos?

Antes de adentrar propriamente na precarização da vida das mulheres do Sul Global sob o neoliberalismo, parte-se da definição do que o neoliberalismo não é e do que ele representa de alteração substancial para a lógica de governar e de existir em sociedade. O neoliberalismo não é um conjunto de práticas que se cinge ao campo econômico ou uma fase específica do capitalismo, tal qual retratado sobretudo em abordagens marxistas ortodoxas (Laval, 2020).

É em “Nascimento da Biopolítica”, seminário de Michel Foucault ministrado no Collège de France, entre 1978 e 1979, que são lançadas as bases da compreensão de neoliberalismo enquanto racionalidade política adotada neste trabalho. Numa perspectiva foucaultiana, forjada em uma conjuntura anterior à ascensão de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan ao poder, o neoliberalismo “emerge, antes, de um certo modo de governo dos homens e da produção dos sujeitos, e mesmo de uma das formas e das fases da invenção do sujeito moderno enquanto homem econômico” (Laval, 2020, p. 40).

O neoliberalismo constitui uma variante do liberalismo surgido nos anos 1930 para responder à crise da doutrina do *laissez-faire*, na qual o Estado deveria restringir sua atuação aos interesses não econômicos. Desregulamentação, redução de tributos, privatização de bens e serviços e desmonte de direitos sociais e trabalhistas (Brown, 2019, p. 20) descortinam a farsa de que, sob o neoliberalismo, não haveria intervencionismo estatal, já que este é mobilizado para constantemente salvar o mercado das crises cíclicas do capitalismo.

Ocorre que, com a substituição do princípio do valor de troca pela primazia do princípio da livre concorrência, o meio social é produzido como mercado e o Estado e os indivíduos também se guiam pela operação máxima do jogo da concorrência (Laval, 2020, p. 43). Nesse sentido, os vínculos de solidariedade social dão lugar ao empreendedorismo de si, de modo que o *homo economicus*, “aquele que é eminentemente governável” (Foucault, 2008, p. 369), assume a totalidade da responsabilidade por seu sucesso ou fracasso enquanto agente econômico individual e tem a própria existência mercantilizada à medida que deve atuar para a maximização de seu capital humano. A competição entre os semelhantes e a destituição do senso de comunidade ocorrem à medida que as pessoas são subjetivadas na forma empresa e assumem de forma exclusiva a responsabilidade por aumentar sua eficácia e produtividade (Dardot, Laval; 2016).

A produção desse sujeito neoliberal chama atenção para a necessidade de olhar a retroalimentação entre a macro e a microeconomia, ou seja, compreender que existe um neoliberalismo construído de cima para baixo – impulsionado pelos grandes centros

imperialistas –, mas também um “neoliberalismo de baixo pra cima” – que interpenetra as subjetividades populares guiadas pela mesma lógica do que é calculável. A experiência dos “governos progressistas” na América Latina é também atravessada pela financeirização da vida popular, pois a inclusão social se dá por meio da mediação financeira e da ampliação do poder de consumo (Gago, 2018).

As experiências do neoliberalismo real e existente apontam, ainda, que as políticas “neoliberais de cima para baixo” caminham de mãos dadas com a supressão de regimes democráticos e de textos constitucionais. Assim, o Estado de Exceção, expresso na austeridade e na retirada de direitos, segundo Antônio Casimiro Ferreira (2016, p. 236), evidencia que

[...] difíceis combinações manifestas e latentes de capitalismo e democracia, entre o econômico e o político, que foram matizando o “governo do povo, pelo povo e para o povo” nos últimos dois séculos soçobram perante um novo relacionamento entre o capitalismo e a espera sociopolítica, marcado pela ideia do “governo dos mercados, pelos mercados e para os mercados”.

A ditadura chilena de Pinochet é exemplificativa disso. Nela, o cerceamento das liberdades democráticas coexistiu com a “terapia de choque”, responsável pela implementação de uma agenda econômica e social de retiradas de direitos, privatização de empresas públicas e capitalização da Previdência. Qualquer forma de questionamento e reivindicação antiausteridade era prontamente reprimida. Em que pese o país tenha obtido crescimento econômico após as reformas, a precariedade da vida dos trabalhadores, especialmente dos aposentados, restou nítida pela expansão da pobreza e pela queda na qualidade de vida (Bernardino Costa, [2023?], p. 17).

Mesmo no caso brasileiro, em que a redemocratização resultou na Constituição de 1988, comprometida com a erradicação das desigualdades e a ampliação da inclusão social, e inseriu o paradigma do Estado Social e Democrático de Direito, a racionalidade neoliberal impactou sobremaneira na realização das promessas constitucionais. Logo após a promulgação do texto constitucional, na década de 1990, erigiu-se uma retórica de que o país seria ingovernável caso observasse o que dispunha a Constituição de 1988. Uma série de desnaturações, seja na forma de proposta de emenda à Constituição, seja na sua inobservância quando da aplicação, condicionou a promoção de direitos sociais e trabalhistas às regras de responsabilidade fiscal.

As políticas neoliberais acompanharam governos de diferentes matizes políticos, concomitantemente à expansão das políticas de inclusão social e de participação popular nos governos do Partido dos Trabalhadores. Para Saad Filho e Morais (2018), durante esses governos em que se expandiram políticas sociais e a qualidade de vida da população foi

incrementada, o neoliberalismo impactou na subjetividade dos diferentes estratos da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora formal teve seu emprego preservado, mas percebeu o declínio do sentido de solidariedade à medida que as mudanças no sistema produtivo enfraqueceram o papel dos sindicatos. As pessoas cuja ocupação se dá na informalidade foram incentivadas a empreender como alternativa de sustentação. Ademais, a classe média se viu distante da ascensão social pretendida e se sentiu ameaçada pelo incremento do consumo da classe trabalhadora formal, guiando-se por mecanismos de concorrência e exclusão (Saad Filho, Morais, 2018, p. 187-192).

A promulgação da Emenda Constitucional nº 95, durante o Governo Temer, expressa, justamente, esse processo de captura dos direitos sociais pela racionalidade neoliberal e rompe o pacto de proteção social para esta e as futuras gerações que, progressivamente, se verão alijadas do investimento estatal nas garantias aos direitos à saúde, educação e assistência social (Paixão, 2018). Com a privatização dos bens comuns e o desmonte dos serviços públicos em áreas estratégicas, onde falta Estado na coletivização dos trabalhos de cuidado, sobra trabalho doméstico feminino não remunerado.

Tampouco há que se falar em neoliberalismo apartado de expressões do conservadorismo, pois:

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (Brown, 2019, p. 133).

Para ilustrar a simbiose entre o neoliberalismo e o conservadorismo, a autora relata a dupla implicação da mobilização por *vouchers* educacionais. Ao romper com o controle público sobre a educação primária e secundária, os pais buscam nas escolas conveniadas instituições com “valores alinhados” com suas famílias, contra um ensino público secular e plural, cujas promessas de igualdade e diversidade são também contestadas (Brown, 2019, p. 133).

O processo de recristianização da esfera pública, que se exprime por meio do controle exercido pela moral cristã conservadora sobre os corpos e vidas das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras, em especial com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, é acompanhado pela oneração primordial das mulheres racializadas do Sul Global pelos programas de ajuste estrutural (Brown, 2019; Vèrges, 2021).

São essas mulheres que sofrem as consequências das dimensões colonialistas, racistas e imperialistas do capitalismo, sendo mais impactadas pela redução das despesas públicas para

arcar com o pagamento da dívida pública e pela hiperglobalização e expansão desenfreada da lógica extrativista, tendo a expectativa de vida ameaçada enquanto “vítimas de epidemias, do endividamento, do colapso dos serviços de saúde e educação e das consequências dos desajustes climáticos” (Vèrges, 2021, p. 22-23).

As mesmas potências globais que pilharam, saquearam e escravizaram as terras e os povos africanos, ao invés de promover hoje uma política de reparação histórica destinada às mulheres africanas, responsabilizam-nas pela gestão dos efeitos negativos dos programas de ajuste estrutural e as transformam em devedoras do sistema bancário ocidental (Vèrges, 2021, p. 55-56):

O femoimperialismo definitivamente adotou a noção de gênero (que designa aqui exclusivamente as mulheres, consideradas como um todo) e fórmulas feministas (liberdade de circulação, de dispor do próprio corpo) para levar uma política de integração das mulheres africanas a um sistema bancário e econômico dominado pelo Ocidente, enquanto continua responsabilizando as mulheres africanas pelo estado do continente [...]. As qualidades que o patriarcado enxerga como femininas – ser comedida, séria, econômica – e que justificaram a posição inferior das mulheres são agora traduzidas em termos econômicos.

As políticas que promovem o empreendedorismo como única solução para que as mulheres racializadas do Sul Global sejam livres, autônomas e iguais encobrem o real objetivo do neoliberalismo de, ao atribuir às mulheres o peso das privações e das vulnerabilidades que as atravessam, promover o individualismo (Vèrges, 2021).

Aborda-se, a seguir, o protagonismo dessas mulheres racializadas do Sul Global em ações comunitárias que promovem segurança alimentar, na América Latina, diante do avanço da precarização das vidas pelas crises sociais e econômicas. A hipótese a ser verificada é se essas iniciativas regeneram a comunidade, na contramão da subjetivação neoliberal, que responsabiliza as pessoas individualmente por seus sucessos ou fracassos e resulta na competição entre os semelhantes. Em outras palavras, se a solidariedade comunitária faz frente ao hiperindividualismo neoliberal.

## **2.2 “A horta pra mim é vida: eu planto alface e remédio também”: a racionalidade política dos comuns como contraponto à racionalidade neoliberal**

Ao passo que a racionalidade neoliberal é globalizada, de modo a generalizar a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação (Dardot; Laval,

2016), movimentos sociais se insurgem contra a apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida.

O altermundialismo, desde os anos 80, tem ecoado a confluência de lutas anticapitalistas, antissistêmicas e ambientalistas de oposição ao neoliberalismo. A reivindicação da “recuperação coletiva e democrática dos recursos e dos espaços açambarcados por governos e oligopólios privados” (Dardot; Laval, 2017, p. 102) tem, igualmente, sido um ponto de encontro entre lutas recentes por direito à cidade e democracia direta nas praças de Nova Iorque, Cairo e Istambul, por educação pública no Chile e por gestão comunitária das águas na Bolívia.

O neoliberalismo agressivo pôs em xeque, no contexto pós-Guerra Fria, as conquistas sociais instituídas pelo protagonismo político de atores na luta por emancipação e afetou o acesso aos bens materiais e imateriais necessários à dignidade da vida nos países em que se consolidaram Estados de Bem-Estar Social, bem como nos países do Sul Global, como o Brasil, em que nem sequer foram reunidas condições políticas e econômicas para redistribuir de forma igualitária os recursos, e que até hoje, por meio da “armadilha da dívida”, são onerados geopoliticamente para financiar o desenvolvimento do Norte Global (Flores, 2009, p. 65-71).

Sob um Estado austeritário, a um só tempo avança o enxugamento das despesas públicas e as privatizações, pois para o Estado-empresa os direitos sociais são vistos como custo e não como investimento, e são fomentadas a criminalização de mobilizações antiausteridade e a supressão de regimes democráticos e da participação social. Num discurso pretensamente técnico-científico, a austeridade é apresentada como única solução para a crise e retira do cidadão o direito de decidir sobre os rumos da política econômica.

São as instâncias do mercado, e não o povo, que decidem o controle e o destino de milhões de vida, a exemplo da atuação do Fórum Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Fórum de Davos no pós-crise de 2008 mundo afora (Bernardino Costa, [2023?], p. 8-18).

Diante do aprofundamento da mercadorização e do controle das vidas pelo neoliberalismo, indaga-se: por qual racionalidade alternativa passa a construção de uma nova ordem global? Seriam soluções viáveis o retorno à promessa do Estado de Bem-Estar Social e às fórmulas keynesianas ou a construção do Comunismo de Estado?

Em “Comum: Ensaio sobre a Revolução do Século XXI”, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval rechaçam as fórmulas do Estado de Bem-Estar Social e do Comunismo de Estado como saídas antineoliberais e vislumbram, nos movimentos, lutas e discursos que se opuseram em várias partes do mundo à racionalidade neoliberal o princípio político do comum enquanto “buscas coletivas de formas democráticas novas” (Dardot; Laval, 2017, p. 18).

Interrogar o comum como princípio filosófico, conforme conceituado por Hardt e Negri, não se trata de regressar a um passado idílico da vida em comunidade pré-capitalista, ou lidar com a natureza imanente de determinados bens. Os autores rompem com a perspectiva de comum do Medieval e o inscrevem no devir político contemporâneo, que anuncia um novo desenvolvimento, decorrente da prática biopolítica da multidão. Esta, por sua vez, na forma de rede aberta e em expansão, age para possibilitar o trabalho e a vida em comum (Hardt; Negri, 2005, p. 14).

É em Dardot e Laval, contudo, que o comum abdica da dimensão de resultado para assumir a de ação política forjada em processos colaborativos. Esta se expressa como *princípio político, práxis instituinte e governo*. Enquanto *princípio político*, “o comum exige que a participação numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a coatividade seja o fundamento da coobrigação” (Dardot; Laval, 2017, p. 480). Como *práxis instituinte*, determina o que é inapropriável, ou seja, aquilo não pode ser apropriado, pois é reservado ao uso comum, de tal modo que “cada comum deve ser instituído por uma prática que abra certo espaço ao definir suas regras de funcionamento [...] e deve ser sustentada ao longo do tempo por uma prática que tenha a possibilidade de modificar as regras por ela própria estabelecidas” (Dardot; Laval, 2017, p. 481). Ao *governo do comum* cabe tratar da superação dos conflitos sociais por meio de decisão calcada nas regras coletivamente instituídas (Dardot; Laval, 2017, p. 481).

O retorno às bases do Estado de Bem-Estar Social é insuficiente para dar cabo das mazelas neoliberais, pois é parte central do problema. Para os autores franceses, o sistema de *welfare*, ao tentar conciliar o regime da propriedade privada e certa solidariedade social com os mais vulneráveis, em verdade opera a despolitização e a pacificação das relações sociais. A desproletarização da população e a desmercadorização do trabalho caminham em sentido oposto à necessária organização cidadã dos explorados e oprimidos contra a governamentalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2017, p. 481).

A realidade escancarou que o Estado não é neutro nos conflitos que, historicamente, antagonizam os 99% dos trabalhadores e das trabalhadoras que sobrevivem do trabalho assalariado, dos trabalhos informais ou do trabalho doméstico não remunerado, que lutam por direitos, e o 1% que detém os meios de produção e concentra riquezas e privilégios.

De igual forma, os autores aduzem o risco de captura do comum pelo Comunismo de Estado, o que verificam ter ocorrido no stalinismo e no maoísmo, regimes nos quais a burocratização e o sufocamento das forças democráticas resultaram na recuperação das forças monopolizadas pelo Estado e pelo capital na criação de um Estado-Partido totalitário, que dirige



de cima para baixo seu modelo de desenvolvimento e resume simplesmente o comum à propriedade estatal (Dardot; Laval, 2017, p. 66). Nessas experiências, o próprio Estado atuou na contramão da enunciação de outra sociedade possível.

Assim como não há que se falar em comum sem a refundação das formas democráticas, tampouco há que fazê-lo prescindindo das lutas e formulações feministas e anticoloniais que questionam a concentração exclusiva das análises marxistas no trabalho assalariado e no papel de vanguarda do proletariado industrial metropolitano (Federici, 2021, p. 93). A partir da contribuição teórica da italiana Silvia Federici, indaga-se: qual o lugar das pessoas escravizadas, colonizadas e não assalariadas na acumulação capitalista, bem como no processo de resistência imiscuído pela práxis instituinte do comum?

De início, importa desmascarar o pressuposto falacioso de que as trabalhadoras não assalariadas e os países subdesenvolvidos seriam atrasados e deveriam experienciar níveis tecnológicos mais elevados, tais quais os relacionados ao trabalho fabril, para que os países pudessem se inserir num processo mais avançado de exploração capitalista e as trabalhadoras identificarem-se como “verdadeira classe trabalhadora” (Federici, 2019).

O que, se de um lado vai na contramão do viés anticapitalista, pois defende um suposto aumento da exploração a que são submetidas, de outro encobre a centralidade dos trabalhos de reprodução da mão de obra para a acumulação capitalista. Como se funcionasse à parte da produção de riquezas no capitalismo, esses trabalhos, em especial o trabalho doméstico não remunerado, são naturalizados como um atributo da feminilidade e destituídos da sua dimensão laborativa para serem resumidos à expressão de afetividade das mulheres em âmbito doméstico e familiar.

Por ocasião das mobilizações do dia 8 de março de 2017, as argentinas do *#NiUnaMenos*, as estadunidenses da Marcha das Mulheres e as mulheres polonesas lançaram um chamado à construção de uma greve internacional de mulheres. O “Se nossas vidas não valem, que produzam sem nós” contou com mais de trinta países, nos quais as mulheres reivindicaram a greve como ferramenta política para denunciar a violência de gênero e raça ao redor do mundo e visibilizar o papel dos trabalhos reprodutivos e produtivos que desempenham na ordem de produção capitalista.

Para Federici, diante do caráter de indissociabilidade, impõe-se colocar os trabalhos reprodutivos no centro da produção capitalista. A desvalorização da força de trabalho no lar coexiste com a desvalorização da força de trabalho empregada nas plantações que o capitalismo estabeleceu nas regiões colonizadas e nas áreas centrais da industrialização, numa linha de montagem global desenhada para reduzir os custos dos trabalhos relacionados à reprodução da

vida e, por conseguinte, das mercadorias que a mão de obra assalariada consome (Federici, 2021, p. 101).

O contraponto à racionalidade neoliberal aponta para uma racionalidade do comum que revaloriza conhecimentos e tecnologias locais e específicos, de modo a converter a relação entre as pessoas e a natureza pela reestruturação da reprodução num terreno de transformação das relações e instituição de formas mais cooperativas do trabalho de cuidado em comunidade (Federici, 2021, p. 120-121).

Quanto à agência feminista na alternativa política e societária à racionalidade neoliberal, a economista argentina Verônica Gago nomeia a razão feminista como contraponto às opções de subjetivação neoliberal legadas às mulheres:

À razão neoliberal se contrapõe, hoje, uma razão feminista (que é sensibilidade, modo de cálculo, estratégia e produção de sentido): isto é, um modo de pensar, fazer, lutar e desejar que extravasa a opção imposta entre serem vítimas ou empreendedoras (ambas opções de subjetivação do catálogo neoliberal) (Gago, 2018, p. 12).

Federici (2019) destaca a importância do protagonismo feminino no processo de criação de comuns. Não de modo a essencializar os corpos feminilizados como naturalmente imbuídos dos trabalhos de cuidado, mas para valorizar os conhecimentos, as tecnologias e as lutas das mulheres historicamente relacionados aos trabalhos reprodutivos.

Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina; é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo. Reconectar-se com essa história é hoje um passo crucial, para homens e mulheres, tanto para desfazer a arquitetura de gênero de nossas vidas quanto para reconstruir nossas casas e nossas vidas como comuns (Federici, 2019, p. 353).

Se são as mulheres que sofrem violações sistemáticas dentro das casas relacionadas ao patriarcado e ao capitalismo, que não reconhecem o valor do seu trabalho e naturalizam a violência contra seus corpos e vidas, devem ser elas a lançar as bases para a subversão da casa como componente espacial da opressão das mulheres e retomá-la como “centro de vida coletiva”, permeado por múltiplas pessoas, posse comunitária, segurança sem isolamento no âmbito da família nuclear capitalista e formas de cooperação social.

Segundo Federici (2019, p. 315): “As mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens”. A

produção dos comuns com protagonismo feminino e feminista, ao passo que é resposta imediata à precarização da vida, constrói direitos humanos das mulheres, pois garante o compartilhamento dos bens materiais e imateriais que propiciam uma vida digna de ser vivida.

Ganha especial relevo a construção comunitária dos direitos humanos à alimentação e à moradia adequadas, à terra e a viver sem violência doméstica e familiar contra as mulheres e as meninas. Em “O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (Federici, 2019), a feminista italiana exemplifica a construção dos comuns pelas mulheres que, destituídas do acesso à terra, plantaram mandioca e milho em lotes vazios nas cidades africanas, rompendo a separação ocidental entre campo e cidade.

A manutenção do tecido comunitário dá-se pelas mulheres sem terra que, ao serem contempladas com lotes da reforma agrária popular, requisitaram a construção das casas num complexo único que lhes permitisse manter a divisão dos trabalhos de reprodução com outras mulheres e homens, bem como proteger companheiras em situação de violência doméstica e familiar. E, por fim, a construção de *ollas comunes* para garantir o direito à alimentação, ante a alta inflação em contextos de crise econômica e social na América Latina:

Um exemplo extraordinário são as *ollas comunes* que as mulheres no Chile e no Peru organizavam nos anos 1980 quando, por causa da alta inflação, já não conseguiam mais comprar comida individualmente. Como o reflorestamento coletivo e a retomada da terra, essas práticas são a expressão de um mundo onde os laços comunais ainda são fortes. Seria um erro, no entanto, considerá-las algo pré-político, “natural”, um resultado da “tradição”. Na verdade, como nota Leo Podlashuc em “Saving Women: Saving Commons” [Salvar as mulheres, salvar os comuns], essas lutas moldam uma identidade coletiva e constituem um contrapoder em casa e na comunidade (Federici, 2019, p. 315).

À luz dessas experiências, conclui-se que a reconstrução das casas, dos espaços públicos e das vidas como comuns, mediatizada pela reapropriação e reorganização do trabalho reprodutivo, transcende a questão de identidade e representa “uma questão de trabalho, de poder e de segurança” (Federici, 2019, p. 323) para as mulheres e as comunidades.

### **2.3 “A Cozinha é o coração e o cérebro das ocupações”: a centralidade das Cozinhas na luta por moradia**

O protagonismo de mulheres na criação de comuns relacionados às práticas de plantar, cozinhar e distribuir alimentos saudáveis nas periferias urbanas liga-se umbilicalmente à história do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Muitas mulheres iniciam sua militância social envolvendo-se na partilha das tarefas com as cozinhas das ocupações e, a partir daí,

inserem-se em outras tarefas do Movimento, sejam elas de organização interna, sejam elas de negociação política com o poder público, e adentram nas coordenações políticas estaduais, distritais e nacionais do MTST.

As coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e as cozinheiras da Cozinha Solidária Maria da Penha e da Cozinha Solidária Sol Nascente são unânimes em reconhecer a centralidade das cozinhas nas ocupações urbanas do Movimento. Num paralelo com o funcionamento de órgãos vitais do corpo humano, ora reivindicam a cozinha como o coração, ora como o cérebro da luta coletiva por moradia. É por isso que a cozinha é a primeira estrutura a ser montada:

A cozinha é o coração do acampamento, né? Porque é o primeiro local que a gente monta, que consegue reunir todo o povo lá, dar alimentação pro povo. Porque quem tá na ocupação dificilmente consegue ir na casa de parente, nas casas em que tá de favor, pra pegar alguma coisa pra comer. Então é dali que a gente consegue dar comida pro povo. Não tem acampamento sem a cozinha, não tem como (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

A fala de Biza, da Cozinha Solidária Sol Nascente, revela que, uma vez na ocupação, a cozinha deixa de ser um cômodo interno de uma residência em que uma família nuclear habita, para ganhar contornos comunitários. Demonstra que, na luta por moradia, as famílias sem teto constituem uma família extensa que coabita uma terra pública ociosa ou uma área privada que não cumpre sua função social. As casas se comunicam entre si nos espaços compartilhados de divisão de trabalhos de cuidado e de socialização.

Embora a cozinha comunitária do MTST seja uma tecnologia social de cunho emancipatório, as cozinhas como cômodos externos remontam às casas senhoriais. A arquitetura colonial-escravista segregou a área de serviço às proximidades da senzala: a cozinha funcionava ao ar livre, sem água corrente, sem estrutura de armazenamento de alimentos, próxima a fossas e a acúmulo de lixos. Na virada do ciclo econômico da cana-de-açúcar para o café, a área de serviço passa a ser anexada pela varanda, e além da cozinha externa – voltada ao trabalho pesado –, uma cozinha interna é acoplada à área de lazer das casas senhoriais.

É com o processo de urbanização brasileira, de 1850 a 1918, que a cozinha e o banheiro assumem o interior das residências de famílias nucleares e o discurso sanitarista e eugenista chega aos cortiços – onde as trabalhadoras domésticas residiam no pós-Abolição – e ao seu local hegemônico de trabalho – nas cozinhas –, com manuais de higiene e “modernização” que as colocaram em permanente vigilância (Gicovate, 2020).

O que permanece inalterado em todas essas configurações das cozinhas na arquitetura colonial escravista que perdura até hoje, por meio da construção de “quartos de empregada” em

residências de elites brasileiras, é a perversidade racializada e generificada que informa a fruição de poderes na casa e na sociedade:

A cozinha permaneceu nos fundos da casa, próximo do acesso ao quintal e da escada, sem ter contato direto com outros cômodos que não fossem uma dispensa ou copa. Era justamente a distância da cozinha, o local tradicional da mulher, principalmente a indígena e negra, na distribuição espacial dos ambientes que carregava a legitimação do *status* de poder do chefe de família (Gicovate, 2020, p. 271).

É a partir de um convite feito pela intelectual negra bell hooks (2019) que se enfocará a relação historicamente estabelecida entre as mulheres negras, os lares e as cozinhas. A autora afro-americana, que viveu num contexto de segregação racial, relata como o lar se constitui como espaço de resistência e luta por libertação. À medida que as mulheres negras se dedicavam ao serviço fora de suas casas, famílias e redes de parentesco, ao limpar as casas e cuidar das crianças brancas, regressavam aos seus lares e se dedicavam ao cuidado dos seus, estabelecendo um processo de humanização de crianças, mulheres e homens negros, sem deixar de desnaturalizar os trabalhos domésticos como exclusivamente femininos:

Ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção de uma casa, ainda que frágil e simples (a cabana de escravizados, o barraco de madeira), tem uma dimensão política radical. Apesar da brutal realidade do *apartheid* racial, da dominação, o lar de uma pessoa era o único lugar onde ela podia enfrentar livremente a questão da humanização, onde ela podia resistir. **As mulheres negras resistiram constituindo lares onde todos os negros pudessem se empenhar em ser sujeitos, não objetos; onde pudéssemos encontrar conforto para nossos pensamentos e nosso coração apesar da pobreza, das dificuldades e privações; onde pudéssemos restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público** (Hooks, 2019, p. 106, grifo nosso).

As coordenadoras nacionais do MTST, por ocasião dos vinte anos do Movimento, registraram no prefácio do livro comemorativo que a luta por moradia é mobilizadora para as mulheres sem teto, pois abarca a possibilidade de sobrevivência e autonomia afetiva, uma vez que para elas, “o lar não é um teto, uma renda, uma propriedade, mas a possibilidade de uma vida mais feliz” (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 10-11).

Se a luta pela conquista do lar é, essencialmente, uma luta por libertação das famílias sem teto, as cozinhas comunitárias dos movimentos sociais que lutam por reforma urbana se reconfiguram como centros da vida coletiva. Em artigo sobre a Ocupação 9 de julho e a Ocupação Mauá, localizadas no centro de São Paulo, Márcia Gobbi, Cleriston dos Anjos e Juliana Pito (2020) propõem um “feminismo na e da cozinha”.

As atividades concernentes ao preparo e à distribuição dos almoços dominicais se somam a oficinas de artes e festas com as crianças das ocupações. Dessa forma, sujeitos até então alijados do seu direito à cidade – mulheres e crianças – passam a ser protagonistas de suas comunidades e lançam mão da reciprocidade como fundamento das relações e de formas cooperativas e participativas de construção do espaço urbano (Gobbi; Anjos; Pito, 2020).

A cozinha é o lócus primordial que alimenta a luta: sedia desde a preparação e a distribuição dos alimentos até as formações políticas, reuniões de coordenação e assembleias que coletivizam informes sobre as negociações com o poder público. É nos arredores das cozinhas que as crianças compartilham também o brincar.

Quando indagada sobre a importância das cozinhas nas ocupações, Jurailde pontua que as cozinhas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto sempre foram promotoras de segurança alimentar e nutricional, já que, na ausência do Estado, foi o movimento social que garantiu três refeições diárias às famílias acampadas (café da manhã, almoço e janta), possibilitando que famílias em situação de vulnerabilidade social não tivessem de se desdobrar para alimentar seus filhos:

A importância da cozinha no Movimento? É muito importante, porque muitas pessoas que vai acampar, a gente chega lá do zero. Às vezes não tem nada. Tem pessoas que não têm nada, pessoas que mora na rua, que acha aquele refúgio ali, aquele acampamento, tem gente que entra ali, faz seu barraco e continua praticamente morando ali até o acampamento sair. Então, a cozinha foi muito importante porque tinha o café da manhã, tinha a janta, o almoço. Então, nesse meio-termo, é importante para as pessoas, para aquelas que não têm condições de comprar alimentos e estão ali no Movimento, na ocupação. Já é bom que tenha as refeições todinhas. Não precisa se preocupar de correr atrás porque o filho tá passando fome. Tinha família que tinha criança, ali atrás do Tatico, que realmente morava, que não tinha nada, nada, para comer dentro de casa. Então foi muito importante a cozinha nas ocupações do Movimento (Jura).

Ana, organizadora nacional das Cozinhas Solidárias, aduz que a cozinha para o movimento social vai além da estrutura física que possibilita a instalação do acampamento, já que cumpre um papel central na socialização, ressocialização e acolhimento das famílias sem teto:

É, olha, eu posso dizer que depois do simbolismo todo que a gente tem pensado das cozinhas solidárias, a cozinha dentro de uma ocupação ela é o coração e pode-se dizer que ela é o cérebro também. Sem cozinha você instiga violência. A fome é isso: apatia, violência, briga. Ninguém com fome consegue raciocinar, nem fazer nada. Sempre foi uma preocupação do MTST ter ao menos uma cozinha na ocupação. A cozinha é um espaço de recuperar as energias, é um espaço de ressocialização, de socialização, de troca. Então é muito importante pra manter a militância em pé, pro combate, pras atividades,

mas também é o espaço onde vai acolher. Toda vez que a gente faz uma ocupação, a primeira estrutura montada é a cozinha, para quando raiar o sol ter um café da manhã pra quem passou a madrugada ali. A cozinha não é só uma estrutura, ela também é a parte fundamental de iniciar uma ocupação. Ela acabou se tornando esse símbolo, e a gente nem imaginava que ia se tornar uma organização, quase uma organização por si (Entrevista 05 - Ana).

Ao traçar um paralelo com as pesquisadoras da Teoria da Reprodução Social, que apontam a indissociabilidade dos trabalhos reprodutivos e trabalhos produtivos para o capitalismo, afirmam-se as cozinhas das ocupações como espaços de reposição de energias para a luta social. É preciso que haja alimentação para manter a vida e, por conseguinte, para que as famílias sem teto formulem suas estratégias de organização social, bem como tenham forças para travar vias, ocupar áreas da especulação imobiliária e lançar mão de todo o seu repertório a fim de construir o direito humano à moradia adequada.

#### **2.4 “É a própria comunidade quem faz, quem come da mesma comida”: das *Ollas* e Comedores Populares às Cozinhas Comunitárias e Solidárias do MTST**

No contexto da América Latina, as mulheres destacam-se entre as organizadoras e beneficiárias de iniciativas coletivas de produção e distribuição comunitária de alimentos em resposta à insegurança alimentar decorrente do aumento do desemprego e do custo de vida.

Com o surgimento das *ollas*, *comedores populares* e cozinhas solidárias, observa-se o protagonismo das mulheres amefricanas na produção de comuns que, ao se reapropriarem e reorganizarem o trabalho reprodutivo em comunidade, lastreiam-se em estratégias ancestrais de cooperação para a subsistência forjadas na diáspora negra e na resistência dos povos ameríndios nos quilombos, nas aldeias e nas periferias urbanas.

##### **2.4.1 *Cozinhas Comunitárias: resistência ao desmonte social do Governo Temer***

O trabalho comunitário está no DNA dos movimentos de bairros e favelas latino-americanos. É por meio de um intercâmbio na Argentina, realizado por um integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que a experiência das *ollas* e *comedores populares* transcende os bairros pobres e periféricos da Argentina e chega até São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2017.

Duas razões se sobrepunham para obstar a consolidação do trabalho comunitário de moradia na região: o desmonte das políticas habitacionais pelo Governo Temer e a disputa do

território com facções e milícias. Foi a primeira Cozinha Comunitária que permitiu a inserção do MTST no território:

**As Cozinhas Solidárias não são um projeto vindo da pandemia. As Cozinhas Solidárias surgem das Cozinhas Comunitárias do MTST, que era um modelo, uma experiência interna nossa que veio da problemática da violência urbana.** A primeira cozinha vem de 2017, já após o golpe contra a Dilma, quando o Temer joga todos os nossos projetos fora. Muitos processos que levaram anos pra gente construir ele simplesmente jogou fora e a gente, numa situação muito difícil em São Gonçalo, no RJ, um lugar na região metropolitana muito deflagrado de tráfico, milícia, polícia e tudo mais, nosso projeto de moradia vinculado ao governo federal foi jogado fora. Um companheiro nosso foi pra Argentina, tava voltando de um intercâmbio lá, quando ele conheceu os comedouros na Argentina, que hoje é uma política pública desde a época dos piqueteiros, de várias cozinhas distribuídos em bairros periféricos e pobres de Buenos Aires. Então por que num ambiente tão hostil, que é a periferia de São Gonçalo, a gente não monta uma cozinha, como eles fazem lá? Porque aí faz trabalho comunitário e consegue agregar quem tava na luta por moradia e quem tá na vizinhança ali num espaço comunitário. Aí a gente fez, e se tornou um sucesso (Ana, grifo nosso).

A experiência gonçalense, que se iniciou numa associação de moradores, foi se expandindo para outros estados, como Alagoas e Sergipe, onde a violência urbana também obstava a luta por moradia. Com forte apelo popular, a iniciativa se tornou uma linha de ação permanente do MTST de trabalho comunitário no combate à fome.

Igualmente anterior à pandemia é a experiência da Cozinha Solidária Maria da Penha, no Distrito Federal, que data de 2018. A coordenadora Zezé assevera que se trata de um espaço coletivo que já existia na Ocupação Maria da Penha Resiste, que desde 2015 organiza a luta de famílias sem teto por moradia em Planaltina. Houve negociação com o Estado para a saída pacífica do albergue da Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) e as famílias reivindicaram suas moradias e a manutenção dos espaços coletivos que havia na ocupação, como a Cozinha e a Escolinha Maria da Penha. Por meio de um mutirão de bioconstrução foi viabilizada a construção das casas e da Cozinha Solidária Maria da Penha:

**Quando em 2018 o Estado garantiu o direito à terra, ele garantiu apenas o direito à terra pras famílias que já viviam há três anos numa ocupação, comendo em uma cozinha coletiva. Então, como é que as pessoas iam, em três meses, construir qualquer edificação?** Então, mais uma vez, o Movimento, junto com apoiadores e aliados, fez mais uma vez o trabalho do Estado para construir a cozinha e as casas de bioconstrução em forma de mutirão para as famílias não perder o lote delas, porque se em três meses não ocupa, perde e nunca mais é contemplado. Então a questão da pandemia eu acredito que ela ficou muito mais exposta e mostrou mais e mais ainda para o Estado, que não quer ver a desigualdade que existe, porque a pandemia não fez nada além de expor pra quem tem olho e quiser ver o quanto é desigual o Brasil e Brasília (Zezé, grifo nosso).



As *ollas populares* que inspiraram as Cozinhas Comunitárias do MTST encontraram diversos formatos ao longo da história. Foram mobilizadas de forma temporária nos casos de greves e piquetes de trabalhadores e ocupações de territórios no campo e na cidade que reivindicavam acesso à terra e à moradia. Contudo, é no pós-golpe de Pinochet, no Chile, que ganham caráter permanente nos bairros pobres e periféricos. Isso porque se tem uma junção do aprofundamento da exclusão econômica com o aumento da perseguição política às reivindicações de trabalhadores e com a vertiginosa queda do investimento do Estado em serviços públicos, resultando na concentração urbana da pobreza.

O que se observa é que as desigualdades são aprofundadas sem que haja a manutenção dos benefícios sociais, dos empregos e da legalidade sindical para defender os salários diante do aumento da inflação (Hardy, 2020, p. 50-51).

A princípio, imediatamente após o golpe de 1973, as primeiras iniciativas de promoção comunitária de segurança alimentar são os *comedores infantiles*, para atender crianças e adolescentes. Com a permanência e o aprofundamento da crise, de 1976 em diante, há um processo de expansão numérica dos *comedores*, que se voltam a alimentar e nutrir o núcleo familiar completo. No começo de 1976, funcionavam em Santiago 263 *comedores*, apoiados majoritariamente por instituições religiosas, que atendiam 25 mil pessoas. Em dezembro de 1977, este número salta para 323 unidades, que atendiam 31 mil pessoas.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, há um processo de redução dos *comedores*, com o funcionamento impulsionado por organizações externas à comunidade, e sua substituição progressiva pelas *ollas populares*, organizadas pela própria vizinhança, que divide os recursos materiais e humanos disponíveis para cozinhar junto e se alimentar em tempos de alta dos preços dos alimentos ocasionada pela inflação:

Na verdade, o comedouro, embora tentasse resolver um problema central na vida da população, não atingiu plenamente os seus objetivos: à medida que a situação econômica precária se estabilizou em grandes setores populares, as respostas mais orientadas para o bem-estar (como o comedouro) não se revelaram as mais adequadas. É aqui que entram em jogo as tradições organizacionais: as experiências mantidas do passado podem servir para recuperar iniciativas organizadas de maior participação da população na resolução dos seus próprios problemas alimentares. Lentamente, os comedores foram substituídos por cozinhas comunitárias. Ou seja, as pessoas progressivamente deixaram de ir comer em locais onde boa parte da responsabilidade recaía sobre alguma instituição externa (principalmente, o

apoio da igreja) e passaram a empregar seus próprios esforços na tarefa de se alimentar (Hardy, 2020, p. 57-58, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Além da experiência chilena, na década de 80 também se destaca a produção e a distribuição coletiva de alimentos na Argentina e no Peru. Neste país se instalaram *comedores populares* organizados pela Cáritas, bem como experiências geridas por mulheres preocupadas com a alimentação de seus filhos. No que tange à institucionalização das iniciativas, os programas *Vaso de Leche* e *Comedores Populares* contaram com o apoio estatal na distribuição de porções de leite a 1 milhão de crianças em mais de 7.500 comunidades peruanas e de subsídio à produção e distribuição de outras refeições (Pereyra Cousiño, 2016).

#### 2.4.2 *Cozinhas Solidárias: enfrentamento à pandemia e ao genocídio no Governo Bolsonaro*

O apoio estatal a essas iniciativas, contudo, não é a regra. “*Estado ausente: olla presente*” e “*Cozinhas solidárias: fazendo o que o governo não faz*” determinam, por meio de *slogans* dos movimentos sociais uruguaio e brasileiro, a prevalência do enfrentamento comunitário aos efeitos da pandemia de covid-19, especialmente com o avanço do novo coronavírus, da fome e da violência doméstica, na América Latina.

O contágio em massa de covid-19 encontra, nos países da região, sistemas de saúde públicos precarizados. A decretação de isolamento social preventivo desacompanhada de medidas estatais que garantam acesso a renda, saneamento básico e moradia, protege exclusivamente os segmentos sociais mais abastados, que dispõem de condições para se manter em teletrabalho, sem prejuízos à sua qualidade de vida.

No Uruguai, segundo levantamento realizado pela Universidad de la República (Rieiro *et al.*, 2021), 6 mil mulheres, em sua maioria jovens e desempregadas, juntaram-se para alimentar suas comunidades desde março de 2020, por meio da organização de 700 *ollas* e *merenderos populares*. Entre março e julho de 2020, as *ollas* e *merenderos populares* uruguaios

---

<sup>1</sup> Tradução nossa para: “*En efecto, el comedor aunque intentaba abordar un problema central en la vida poblacional, no lograba plenamente sus objetivos: al estabilizarse la precaria situación económica en amplios sectores populares, las respuestas más asistencialistas (como el comedor), no resultan ser las más adecuadas. Es aquí cuando entran a jugar las tradiciones organizativas: las experiencias mantenidas del pasado pueden servir para recuperar iniciativas organizadas de mayor participación poblacional en la solución de sus propios problemas alimentarios. Lentamente los comedores pasaron a ser sustituidos por las ollas comunes. Es decir, progresivamente la gente dejó de ir a comer a un lugar en el que buena parte de la responsabilidad recaía en alguna institución externa (principalmente, el apoyo de la iglesia) y empezó a desplegar sus propios esfuerzos en la tarea de alimentarse*” (Hardy, 2020, p. 57-58).

distribuíram 8 milhões de pratos de comida e de merendas, em resposta a uma urgência comum: a fome.

Assim, as relações de vizinhança, os comércios locais, sindicatos e cooperativas foram mobilizados como uma rede de ajuda mútua e economia solidária, na qual “o tecido familiar ou comunitário estende-se para apoiar quem passa por um momento de necessidade. Ampliam-se casas, mesas, famílias; comunidade é gerada” (Rieiro *et al.*, 2021, p. 70, tradução nossa)<sup>2</sup>.

No Brasil, o extermínio negro caminhou a passos largos durante a pandemia de covid-19, seja entre as principais vítimas de mortes por contágio pelo novo coronavírus, seja entre aquelas assassinadas a bala pelo próprio Estado, por incursões policiais em territórios periféricos, pelo aumento da violência doméstica contra as mulheres e pelo legado colonial que permeia as relações trabalhistas precárias das trabalhadoras domésticas até hoje:

Faremos menção a um caso que precisa, como os demais, ser registrado por ser representativo das complexas e perversas camadas de violência que separam a cidade branca da cidade negra. Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos, foi morador de uma das cidades negras do Recife. Miguel é filho de Mirtes Renata Santana de Souza, mais uma empregada doméstica obrigada a submeter a si e ao próprio filho (já que as creches estavam fechadas) ao risco do contágio e à morte no período da pandemia. **Se a primeira morte por covid-19, no Rio de Janeiro, foi de uma empregada doméstica, no Recife, foi o filho de uma negra doméstica que perdeu a vida durante a pandemia** (Flauzina; Pires, 2020, p. 87, grifo nosso).

O fechamento das escolas e centros de atenção à infância, como uma das primeiras medidas de contenção do contágio de covid-19, impôs às mulheres trabalhadoras uma série de dificuldades. Uma delas relacionada, justamente, à insegurança alimentar decorrente da suspensão da merenda escolar, já que as famílias mais pobres dependem das instituições escolares para alimentar seus filhos e ficaram desassistidas no momento de maior necessidade.

As coordenadoras da Cozinha Solidária Sol Nascente destacam que, de um lado, houve prejuízo no ensino-aprendizagem das crianças diante da ausência de acesso à internet e a equipamentos eletrônicos no Sol Nascente; de outro, os custos com a alimentação da família aumentaram substancialmente devido à maior presença das crianças nas casas:

É um ruim que ficou assim pior, ele interrompeu as aulas e ele falou pras crianças estudar em casa. Mas só que ele não lembrou que as crianças estuda em casa. **Mas quem ia estudar em casa? Só aquelas que tinha celular, tinha notebook, tinha computador. Mas ele esqueceu desse detalhe: que**

---

<sup>2</sup> Tradução nossa para: “*La trama familiar o comunitaria se extiende para sostener a quien pasa por un momento de necesidad. Se amplían las casas, las mesas, las familias; se genera comunidad*” (Rieiro *et al.*, 2021, p. 70).

**muitas criança que mora no Sol Nascente não tem acesso a internet, nem a celular** (Jura, grifo nosso).

Foi difícil, porque além dos quatro, tem o meu neto, né, então são cinco crianças dentro de casa. **Não foi fácil segurar todo mundo em casa. Aumentou a comida, aumentou tudo, né? Porque os meus ficava integral, então tudo isso diminuía o meu gasto.** Tem também que arrumar entretenimento pra eles, e alimentação. Não foi fácil (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

Como resposta emergencial da sociedade civil à fome e à pandemia, inúmeras redes de solidariedade brasileiras realizaram a distribuição de kits de higiene, cestas básicas e/ou cestas verdes – compostas por frutas e verduras cultivadas pela agricultura familiar –, desde março de 2020, para a mesa do povo brasileiro. Destacam-se entre as ações nacionalizadas a doação de mais de 6 mil toneladas de alimentos cultivados por assentados da reforma agrária, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e a Campanha “Se tem gente com fome, dá de comer”, da Coalizão Negra por Direitos, que arrecadou R\$ 21 milhões revertidos em alimentos destinados a 222.895 famílias em extrema pobreza.

Em março de 2021 são inauguradas em São Paulo (Brasilândia) e Maceió (Benedito Bentes) as duas primeiras Cozinhas Solidárias durante a pandemia de covid-19. Iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) inspirada nas *Ollas Populares* e *Comedores Populares* latino-americanas, são instaladas em territórios onde o senso de coletividade da vizinhança já era mobilizado no curso da luta por moradia e reforma urbana brasileira. Se no início da pandemia o movimento social distribuía cestas básicas, progressivamente, nota-se que o aumento do custo de vida também alcançou o gás de cozinha e, portanto, o acesso aos meios materiais necessários para cozinhar os alimentos:

Porque até então a gente entregava cesta básica no começo da pandemia. **O Movimento começou a entregar a cesta básica. Só que não estava sendo suficiente. As pessoas não tinham gás, a comida se perdia porque não tinha como cozinhar.** Outros não têm traquejo de fazer fogão a lenha. Tem gente que por mais que conheça, não consegue sobreviver assim. O pessoal de São Paulo então começou a cozinhar. E aí começou o projeto. Logo depois começou a ter cozinha no país todo. A entregar a comida pronta pra comer mesmo (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

À promoção do direito à alimentação saudável e nutricional soma-se a coletivização do preparo dos alimentos. “Num momento de pandemia e crise, a distribuição de refeições prontas beneficia diretamente mulheres, crianças e idosos”, já que o trabalho de preparo dos alimentos é partilhado pela própria comunidade.

As coordenadoras do MTST e as cozinheiras das Cozinhas Solidárias Maria da Penha (Planaltina-DF) e Sol Nascente (Ceilândia-DF), quando indagadas sobre o perfil de quem diariamente busca as Cozinhas Solidárias para almoçar, relatam ser, principalmente, a população negra.

Jurailde, ao mirar a fila de entrega das refeições, vê pessoas negras retintas como a maioria do público atendido: “tem negro, mais escuro; é muito raro você ver uma pessoa branquinha na fila”. Mulheres e crianças, população em situação de rua, idosos, pessoas desempregadas nas periferias, trabalhadores que vivem “de bico” e trabalhadores de aplicativos nos centros urbanos são a maioria.

O perfil sempre é: são pessoas da periferia. Quanto às cozinhas que são no Centro, tem mais população de rua. São Paulo, Cozinha da Lapa no RJ e Cozinha da Azenha em Porto Alegre são cozinhas centrais. Aí é mais população de rua, muito idoso, garis que trabalham na região, porque é muito caro comer na rua, gente que mora na rua mesmo, o pessoal que faz catação de resíduos, tudo que você imaginar. Motoristas de aplicativo. Tem muito motorista de aplicativo na Azenha. As cozinhas que são na periferia geralmente são moradores do entorno. Então algumas cozinhas são perto de ocupação do MTST e tem gente da ocupação que vai pra lá. E tem outras que não vai ninguém do MTST, mais moradores do entorno mesmo. Aí vão mulheres, com crianças: a proporção é 70% de mulheres com filhos e 30% homens, maioria de pessoas negras, são pessoas jovens, de vinte, vinte e poucos anos, muita mulher grávida. É um perfil de gente que tá sem conseguir emprego (Entrevista 06 – Juliana).

Ana e Biza também atestam a presença de população em situação de rua nas periferias brasileiras, o que antes se verificava quase exclusivamente nos grandes centros urbanos:

E quem frequenta é a população do mesmo bairro. O que a gente tem hoje, na periferia, é uma população que a gente pode dizer que é uma população de rua também na periferia. Antes, há dez anos, a população de rua concentrava nos centros das cidades, mas isso não existe mais. Das Cozinhas de São Paulo a gente só tem uma no centro, que é a Cozinha da Sé; o restante são cozinhas periféricas, e todas elas têm moradores que são população de rua. Então é esse o perfil. E muita criança que se alimenta depois ou antes de ir pra escola. Muita mulher, mas muito homem também. Tem muito idoso também. Muitas pessoas que já não tão mais procurando emprego, pessoas que estão numa situação de abandono (Entrevista 05 - Ana).

No que diz respeito às organizadoras, isto é, às cozinheiras das Cozinhas Solidárias do MTST, são mulheres vinculadas de alguma forma ao movimento social, sejam elas militantes orgânicas do movimento ou acampadas de ocupações. Toda cozinha conta com pelo menos uma cozinheira e uma ajudante, que recebem uma bolsa de estudos como ajuda de custo e participam

de atividades formativas sobre manejo, reaproveitamento de alimentos e trabalho de base comunitária. Muitas dessas mulheres são negras, mães e estavam sem renda:

As pessoas que trabalham nas cozinhas são militantes do movimento, pessoas acampadas ou lideranças comunitárias. Quando a gente iniciou o projeto, a gente pensou em ter bolsas para essas pessoas que trabalham nas cozinhas. Querendo ou não, são seis horas diárias nas cozinhas. Então a gente chama de bolsa de estudos porque a gente dá formações pra elas também, mas a gente priorizou as companheiras do Movimento, acampadas ou lideranças comunitárias. Mulheres em sua maioria negras, mães também, uma parte de mulheres que são mães solo. A grande maioria é mulher, que recebe a bolsa de estudos como ajuda de custo pra se manter (Entrevista 05 - Ana).

Agora na pandemia eu parei de trabalhar com reciclagem. Depois que eu peguei covid, fiquei doente, também não tinha mais tanta força pra ir. Mas, graças a Deus, veio a cozinha. Então eu vim trabalhar aqui (Entrevista 02 - Biza).

Em pouco mais de um ano de funcionamento, as Cozinhas Solidárias do MTST quase dobraram suas unidades pelo país, saltando de 16 para 31 cozinhas em funcionamento. Para o início de 2023, previu-se a construção de mais dez unidades. A organizadora nacional das Cozinhas, que monitora e dá suporte ao conjunto dessas iniciativas, declarou em entrevista que **até dezembro de 2022 foi distribuído 1 milhão de marmitas e foram atingidas quase 10 mil pessoas. Quanto aos insumos, entre doações e compras a partir da plataforma de financiamento coletivo, foi necessária uma tonelada e meia de alimentos.**

Além da distribuição de alimentos, essas experiências latino-americanas também se atêm a outras urgências da comunidade – seja no que diz respeito aos cuidados em saúde, para prevenir o contágio pelo novo coronavírus, seja em relação ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, que aumentou a nível mundial. Exemplo disso é que as mulheres argentinas, moradoras de bairros periféricos de Buenos Aires, ocuparam-se de estratégias de enfrentamento aos efeitos da pandemia nos espaços públicos e privados:

A ética do cuidado se expressa em diversas estratégias no domicílio, na rua e nas redes sociais que envolvem cuidados especiais na utilização de espaços públicos (como o uso de máscara), compartilhamento de informações por meio de grupos de Facebook e WhatsApp sobre pessoas infectadas, abertura de horários de centros de saúde e dias e locais de distribuição de mercadorias aos mais necessitados, à organização de cozinhas populares e intervenção em casos de dependências ou violência de gênero. (Aparicio *et al.*, 2021, p. 286).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Tradução nossa para: “*La ética del cuidado se expresa en variadas estrategias en la casa, en la calle y en las redes sociales que implica desde cuidados especiales a la hora de utilizar el espacio público (como el uso de barbijo), compartir por grupos de Facebook y WhatsApp información sobre personas contagiadas, horarios de atención de los centros de salud y días y lugares que reparten mercadería*”

A ética do cuidado coletivo, inaugurada por essas iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional, também se verifica de diferentes formas nas Cozinhas Solidárias. Na Cozinha Solidária Maria da Penha, ocorreram atividades de prevenção às violências de gênero e raciais durante a pandemia, bem como a organização do Coletivo Negro Raiz da Liberdade para a formação de lideranças sem teto negras, a fim de ocupar os “espaços de fala, de poder e de decisão”:

Já teve roda em parceria com a assessoria jurídica sobre violência contra as mulheres na pandemia, teve o aniversário de um ano da Cozinha Solidária, o lançamento do Coletivo Negro, que já vai fazer um ano e surgiu a partir da base do MTST. Quando Boulos se candidatou à Presidência, a ideia era construir coletivos negros, indígenas, de mulher, LGBT, e aí eu falei que queria pegar e construir o de negros. A ideia não é só fazer um coletivo, organizar um Movimento de dança afro, de manifestação e de multidão. A gente quer isso tudo e, principalmente, formar as pessoas pretas pra que possam ocupar espaço de fala, de poder e de decisão (Entrevista 01 – Maria Zezé).

Na Cozinha Solidária Sol Nascente são realizados mutirões de plantio e manejo de horta urbana. Além de garantir hortaliças sem veneno para o prato das pessoas que frequentam a cozinha, também fornece itens medicinais, administrados por Jurailde, coordenadora responsável pelo Setor de Hortas, a quem se encontra enfermo. Para ela, a horta é um espaço de cuidado, vida e promoção de saúde da população:

O setor de hortas surgiu na época da Cozinha Solidária. **Eu acho que todo lugar, eu creio que pra mim, toda esquina era pra ter uma horta, toda esquina.** Então fico andando assim. Eu fico pensando no espaço. Aqui bem que podia ser uma horta, né? **Então a horta para mim hoje é vida. É uma forma tão especial de você cuidar da população, cuidar do pessoal. Além de plantar alface, cheiro- verde, plantar couve e outras coisas pra cozinha, eu planto remédio também.** Remédio que muitas pessoas vêm pedir, principalmente quando eu tive covid. O que eu tomava quando eu tive covid, eu plantei aqui para as pessoas, quando “ah, eu tou passando mal”, eu tento ver qual é o tipo que é melhor deles tomarem. Então a horta para mim é fundamental, é vida (Jura, grifo nosso).

Onde não há horta comunitária, como é o caso da Cozinha Solidária Maria da Penha, as hortaliças e os legumes são doados por movimentos do campo. Outros insumos também vêm em cestas básicas doadas pela Ação da Cidadania e pelo Comitê de Combate à Fome e à Miséria:

---

*para los más necesitados hasta organización de comedores populares e intervención en casos de adicciones o violencia de género” (Aparicio et al., 2021, p. 286).*

A maior dificuldade é o gás e a mistura (a carne). Arroz, feijão e macarrão, a gente tem parceria com o Comitê de Combate à Fome e à Miséria, que desde 2016 contribui muito com a alimentação nas ocupações e na Cozinha Solidária. Há uns quatro meses já que a gente tá tendo de comprar arroz, feijão, porque eles tiveram que doar pro pessoal que perdeu tudo nas enchentes. **Mas a Cozinha foi mantida por muito tempo por arroz, óleo e feijão do Comitê de Combate à Fome e hortaliças da Nós do Cerrado, que são mulheres do MST que tem uma Comunidade que Sustenta a Agricultura, e uma vez por semana chega legumes e hortaliças aqui. A gente tem um bom diálogo com o MST. É essa questão desse debate, desse grito de ordem: “Quando o campo e a cidade se unir, a burguesia vai cair”.** De fato, a luta precisa ser unida; sem o rural o urbana não tem alimento. É fundamental que tenha terra pros sem-terra e moradia pros sem-teto (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

No Sol Nascente, há, ainda, atuação de projetos de extensão vinculados a Universidade de Brasília e ao UniCEUB, que atuam nas áreas de nutrição e arquitetura junto à comunidade, e espaços autogestionados do movimento (as brigadas). O MultiplicaSSAN realiza cursos de educação popular sobre soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e o Panã – Arquitetura Social realiza capacitação em construção civil para a autoconstrução das moradias. O movimento, por sua vez, conta com brigadas multidisciplinares voltadas à atenção em saúde – composta por médico, psicólogo e assistente social – e voltada à atenção à infância e ao protagonismo de crianças e adolescentes.

À época da pesquisa de campo, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-DF) realizava atividades semanais com as crianças da Cozinha Solidária Sol Nascente. E, além da dimensão pedagógica, que contribui para o desenvolvimento dos sem-tetinhos, a atividade estimulada pelo CEDECA-DF também promovia a segurança alimentar, ao fornecer mais uma refeição para as crianças e adolescentes que frequentam a Cozinha Solidária – o lanche:

Além da distribuição da comida, **a gente tem o Panã, que é o grupo de arquitetura que está ajudando a gente a capacitar nosso povo para construir sua própria moradia.** E, acredito eu que se o governo, o Movimento, acredito que se o governo vem aqui, que o povo consegue construir sua própria casa, então eu acho que facilita mais eles entregar a moradia. **Porque tem gente que ganha e continua morando no barraco e não é uma situação boa, né?** A gente quer que o governo dê lote e a gente consiga construir. Desde a base da casa até o telhado.

Temos também o CEDECA, que acompanha os jovens, adolescentes, crianças e adolescentes que o projeto começou. Tem pouco tempo que, mas acho que já desenvolveu muitos. Meus filhos que participam já conseguem até falar em roda de conversa. Eu, que estou no Movimento há cinco anos, não consigo ainda. Eles já estão até conseguindo falar. Eles foram, participaram num



evento. **E aí o Cedeca, começou há pouco tempo, mas vem uma vez por semana e fez muita diferença na vida das crianças aqui, até mesmo com o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e também na questão do lanche. Toda vez que tem o projeto, tem também o lanche das crianças. E, assim, pra eles faz muita diferença. Tem gente que só come um bolo ou toma um suco quando vem aqui.** Tem criança que chega aqui com a pele toda machucada, tem o psicólogo do CEDECA que também atende (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

Em nível nacional, outras iniciativas voltadas à promoção de educação, cultura, esporte e lazer ocorrem, como aulas de dança, xadrez e creches para as crianças. As atividades com crianças e adolescentes possibilitam que seus responsáveis, sobretudo mães solo, desonerem-se pontualmente dos trabalhos de cuidado e possam trabalhar, estudar ou descansar. As atividades, contudo, não são padronizadas; cada cozinha possui uma programação que depende das áreas de atuação das parcerias estabelecidas no território ou dos setores internos do MTST no estado. Em todas elas, o que há em comum é o processo de socialização e politização das periferias a partir do trabalho de base do MTST.

#### 2.4.3 *Solidariedade Sem Teto como ética do cuidado coletivo*

Nas cozinhas das ocupações às Cozinhas Comunitárias e Cozinhas Solidárias do MTST há em comum o envolvimento direto da comunidade na preparação e distribuição dos alimentos: “São as próprias pessoas da comunidade que fazem para pessoas iguais a elas, são pessoas que se alimentam da mesma comida”, frisa Ana.

Zezé vai além e demonstra como as refeições preparadas por mulheres do MTST são “feitas com amor” e, nesse sentido, contrapõem-se ao atendimento que as famílias em situação de vulnerabilidade social recebem nos equipamentos de segurança alimentar e nutricional mantidos pelo Estado – os Rorizões –, em que não raro são tratadas como se animais fossem:

A forma que o alimento é preparado na Cozinha Solidária. Ele é preparado com carinho, com amor. O Rorizão, com todo respeito às pessoas trabalhadoras que estão trabalhando lá, mas, quando as pessoas chegam lá... Eu mesma comi lá várias vezes; eles colocam a comida na bandeja como se tivesse jogando pra um animal ali. Se você já está numa situação de vulnerabilidade, você sai mais arrebitado ainda. Aqui as pessoas que preparam os alimentos geralmente são pessoas que vêm da base e, quando elas são da base, elas só oferecem pro outro o que elas gostariam pra elas. Comida bem temperada, feita com carinho; pode ser simples e tudo, mas é gostosa (Entrevista 01 – Maria Zezé).

É o amor como tempero da comida que dá o tom de uma ética amorosa em que os nutrientes são a conexão e o comprometimento com o outro, como rompimento do ciclo de

perpetuação de dores e violências sofridas. Parafraseando bell hooks (2020), a família sem teto assume a forma de família extensa e alimenta a vida – não as famílias nucleares, nem o “casal”, e tampouco a dureza individualista. Ela observa, ainda, que o capitalismo e o patriarcado supremacista branco fazem “hora extra” para destruir vínculos mais amplos de parentesco e substituir a comunidade por uma unidade autocrática menor e mais privada, onde os abusos de poder, sobretudo contra mulheres e crianças, ocorrem (Hooks, 2020, p. 161-164).

O diálogo entre bell hooks e Lélia Gonzalez, numa perspectiva de amefricanizar o amor, proposta por Laysi Zacarias (2021), possibilita vislumbrar a agência negra para a liberdade na diáspora. A categoria da amefricanidade evidencia uma unidade político-cultural em que mulheres negras e indígenas são protagonistas na luta por resistência, resgate e reinvenção, impulsionando seu deslocamento para o “locus de sujeitos políticos antagonizando assim com o lugar de objeto/*commodities* que a supremacia branca e escravocrata historicamente renegou a essas figuras” (Zacarias, 2021, p. 93).

As Cozinhas Solidárias são uma expressão desse processo mútuo do protagonismo de mulheres negras na humanização do povo negro e periférico, e de recriação e nutrição de comunidades no enfrentamento imediato às consequências do empobrecimento e da desproteção social. Indo além da alimentação, as Cozinhas Solidárias se consolidam como verdadeiros centros da vida coletiva (Federici, 2019). Para Ana, o objetivo da iniciativa é construir a maior referência comunitária do bairro de luta e mobilização para garantia de direitos:

Eu acho que esse trabalho comunitário que a gente tá fazendo hoje tem essa capacidade de conseguir transformar ali em um centro do bairro, sabe? Um centro que todo mundo busque a cozinha como uma referência do bairro. A cozinha ser essa ponte entre a população e a política ou o trabalho comunitário. Seria como era uma associação de bairro, mas hoje tá muito desgastado esse modelo de associação de bairro, mas as cozinhas têm só os bônus de uma associação de bairro, de um centro de apoio, como se fosse um CRAS. **Quando a Cozinha Solidária conseguir ser a maior referência de cada bairro, eu acho que a gente vai atingir o que é uma cozinha dentro de uma ocupação** (Entrevista 05 - Ana, grifo nosso).

Como visto, na América Latina são as mulheres as principais organizadoras e usuárias de cozinhas comunitárias e coletivas. No caso das Cozinhas Solidárias brasileiras, em especial as mulheres negras, trabalhadoras domésticas ou informais que protagonizam há 25 anos a luta por direito à moradia e direito à cidade (Simões; Campos; Rafael, 2017).

A mobilização se inicia por questões práticas, que giram em torno da subsistência de suas famílias (da casa, da comida no prato, do atendimento pelos serviços públicos de saúde,

educação e assistência social), e carrega o potencial de questionamento das estruturas que causam a exploração e a opressão. Isso a difere das iniciativas de cunho assistencialista.

As *Ollas Populares* e as Cozinhas Solidárias, diante da ausência de garantia estatal ao direito humano à alimentação e nutrição adequada, são uma organização do povo para o povo, a fim de enfrentar a urgência da fome e promover outros direitos, por meio do resgate e da promoção de vínculos de cooperação e cuidado entre as pessoas.

Por ser o neoliberalismo construído “de cima para baixo” e “de baixo para cima”, essas experiências carregam em si a reivindicação de que o Estado viabilize o acesso aos bens materiais e imateriais para concretizar o princípio da dignidade humana e contribua para a conversão do *homo economicus* no “sujeito comum”, ao conceber a comunidade como impulsionadora de iniciativas de solidariedade ativa:

Nenhum comum é possível a menos que nos recusemos a basear a nossa vida e a nossa reprodução no sofrimento dos outros, a menos que nos recusemos a nos enxergar como separados deles. De fato, se a ideia de “tornar comum” tem algum sentido, deve ser a produção de nós mesmos como um sujeito comum. É assim que devemos entender o *slogan* “não há comuns sem comunidade”, mas não uma “comunidade” entendida como uma qualidade de relações, um princípio de cooperação e responsabilidade: uns com os outros, com a terra, as florestas, os mares, os animais (Federici, 2019, p. 317-318).

A Solidariedade Sem Teto, protagonizada pelas mulheres negras coordenadoras do MTST, apresenta-se como uma ética do cuidado coletivo. E, além da comida no prato das comunidades de Planaltina e Sol Nascente, expande-se para ações de solidariedade diversas, impulsionadas por quem é da comunidade e conhece as necessidades de cada um/a:

São pessoas que se apropriam do espaço da cozinha como um espaço de importância. São pessoas que se sentem valorizadas ali. Você vai ver que, na hora da distribuição da comida, todo mundo sabe do nome das cozinheiras, todo mundo sabe e se relaciona com elas. Elas sabem quem ficou desempregado, quem tá doente... Há outras ações que não são planejadas, que vão além da comida. **Então assim, a ação de solidariedade, para além da comida, parte muito das cozinheiras que conhecem todo mundo e sabem das suas necessidades. O menino de quem tá doente, quem tá sem escola, quem tá sem remédio, quem tem tempo que não vai na escola, quem tá com luz cortada, quem tá batendo a laje. Elas criam uma rede delas, uma rede de solidariedade própria de cada cozinha** (Entrevista 06 - Juliana, grifo nosso).

O envolvimento majoritário de mulheres amefricanas nessas iniciativas de cooperação mútua para a subsistência, ao coletivizar os trabalhos reprodutivos, questionar o modelo econômico posto e os responsáveis pela precarização de suas vidas, consolida-as na linha de

frente da resistência antineoliberal e pode impulsionar sociedades pautadas por relações colaborativas entre os povos e a natureza.

A ética feminista do cuidado lança as bases de um horizonte antipatriarcal, antirracista, antiextrativista e anticapitalista. Isso, longe de ser uma invenção de um novo modelo, é a recriação cotidiana das resistências negras e ameríndias no nosso continente.

### **3 DIREITO À ALIMENTAÇÃO EM PRETUGUÊS: O PROJETO DE SOBERANIA ALIMENTAR PERIFÉRICA DO MTST**

Por fim, esta dissertação de mestrado se debruça sobre a análise dos marcadores sociais da diferença – gênero, raça e classe – na vivência da fome e em sua observância nas políticas públicas de promoção de segurança alimentar e nutricional.

Como ponto de partida, a fome é caracterizada como escolha política e humana diante e herança da monocultura agroexportadora e escravocrata que, desde o período colonial, promoveu a desterritorialização de povos e de suas alimentações tradicionais.

Na sequência, é resgatado o conceito de “soberania alimentar”, formulado pela Via Campesina, para contribuir no debate do campo sobre a urbanização e periferização do conceito a partir da práxis das Coordenadoras do MTST, dotadas de capacidade instituinte de direitos.

#### **3.1 “Quando a máscara de tecido incomoda, pensem o que a máscara de ferro não fez”: Colonialidade alimentar e o sistema mundo moderno-colonial de gênero**

A invasão europeia nas Américas impactou significativamente na ocupação das terras, produção, distribuição e consumo de alimentos. Com a colonização, veio a destruição dos biomas, a expulsão de povos ancestrais de seus territórios e a consolidação de um sistema agroalimentar dependente, no qual as colônias passaram a cultivar monoculturas não para alimentar seu povo, mas para exportar *commodities* para as metrópoles.

Nesse processo, a fome foi produzida socialmente como destino das trabalhadoras na América Latina e mobilizada como castigo colonial contra quem se insurgisse ou denunciasse as opressões vivenciadas nos plantios de cana-de-açúcar ou dentro das casas dos senhores de engenho (Azevedo, 2022; Achinte, 2010).

Maria Zezé, ao realizar seu discurso na inauguração da Cozinha Solidária Maria da Penha Resiste, em 10 de abril de 2021, reivindica a história de resistência de Anastácia. Princesa africana do povo Bantu, Anastácia nasceu de um estupro sofrido por Delmira, mulher negra escravizada que dedicou parte de sua vida a auxiliar escravos fugidos a irem em busca de sua liberdade. Assim como Delmira, Anastácia foi vítima de violência sexual por homens brancos. Por resistir aos assédios sexuais, foi perseguida e torturada, tendo de utilizar por anos a fio uma máscara de ferro, que só era removida quando se alimentava (MNCR, 2013):

Não é à toa que hoje eu vesti essa camiseta. **Eu tô vestida de Anastácia, porque Anastácia também foi amordaçada injustamente. Então, quando a máscara de tecido incomoda, reflita e pense o que uma máscara de ferro não faz. O que uma máscara de ferro não fez aos meus irmãos pretos que trabalhavam e tinham que ficar amordaçados e morrendo de fome. Então todos ainda conseguem respirar e comer, então é tempo de reparar, para que ninguém precise ficar na máscara de ferro** (Observação participante – Maria Zezé, grifo nosso).

Indo ao encontro da fala da liderança do MTST, Grada Kilomba (2019) anota que as máscaras foram impostas no período colonial, como um instrumento de silenciamento e tortura contra pessoas negras escravizadas, para que não pudessem falar (questionar) e comer o que cultivam nas terras dos senhores:

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado. Nesse cenário específico, a **boca também é uma metáfora para a posse**. Fantasia-se que o sujeito negro quer possuir algo que pertence ao senhor branco: os frutos, a cana-de-açúcar e os grãos de cacau (Kilomba, 2019, p. 33-34, grifo nosso).

O açúcar revelou-se a maior *commodity* do período colonial, pois era cultivado e manufaturado internamente e destinado para fora, especialmente para a Europa. Isso estimulou a manutenção do mercado transatlântico de pessoas negras escravizadas e a exportação de itens alimentícios das colônias às metrópoles. A monocultura agroexportadora, portanto, desde o período colonial não alimentou o povo brasileiro.

O café, a pecuária e a produção de proteína animal e de biodiesel a partir, respectivamente, da soja e da cana-de-açúcar brasileiras são exemplos sucessivos da permanência de um *modus operandi* que produz desigualdades e fome no Sul Global para abastecer o Norte Global (Azevedo, 2022; Porto-Gonçalves; Alentejano, 2009).

Seguindo sua elaboração política, a Coordenadora Maria Zezé relaciona a solução da fome dos dias de hoje à necessária reparação da dívida histórica que advém do período escravocrata e colonial mencionado, que injustamente amordaçou trabalhadoras/es negras/os e concentrou terras e riquezas nas mãos de uma elite branca:

Pra gente, e principalmente pra mim enquanto mulher, preta, periférica, esse momento é um momento histórico de afirmação e reafirmação de que a luta apenas começou. **A nossa luta não pode ter fim, porque enquanto existir um trabalhador sem teto e com fome, nossa luta vai seguir. A gente precisa fazer reparação. É necessário fazer uma reparação histórica. Todos os brancos são culpados pela escravidão, Zezé? Não, mas todos os brancos usufruem de riquezas que foram construídas em cima de sangue**

**e suor preto.** Essa dívida precisa ser reparada e acertada. A gente segue nessa luta também pelo direito à cidade, direito à moradia e pelo direito à terra, pra que cada um tenha um pedaço de terra pra plantar e pra morar, porque a terra é que é dona de nós, não tem ninguém que é dono da terra (Observação participante – Maria Zezé, grifo nosso).

A consolidação da concentração de terra por pessoas brancas passou por arcabouços jurídico-políticos, tais como a Lei de Terras de 1850, que estabeleceu a compra como meio de aquisição de propriedade e transformou a terra em mercadoria com o objetivo de restringir a aquisição de terras pela população negra no pós-abolição da escravatura. Isso é ilustrativo de como agem as elites brancas brasileiras: à medida que conservam os negros pobres na ilegalidade, apropriam-se ilegalmente da maior parte do patrimônio em terras públicas (Maricato, 2014, p. 101). Sucedeu à Lei de Terras de 1850 a política de Estado que promoveu, com recursos públicos, a importação de mão de obra europeia para o embranquecimento da população brasileira.

Para além da dimensão material, o acesso à terra é importante para a reprodução cultural e espiritual de povos e comunidades tradicionais. As remoções forçadas advindas com a colonização afetaram as cosmovisões indígenas e africanas, que guardam relação direta com a natureza e a ancestralidade. Sendo a alimentação um ato essencialmente político-cultural, suas escolhas coletivas do que comer e de como preparar e consumir os alimentos foram impactadas.

É o caso do consumo da quinoa andina por um público consumidor euro-estadunidense, que busca usufruir da riqueza nutricional do grão e valoriza a exotização em relação à sua dieta alimentar, para encarecê-la e gourmetizá-la. Esse processo de globalização do grão faz com que as comunidades locais que cultivam não consigam consumir e sejam obrigadas a substituir seus hábitos alimentares.

Da observação da apropriação do consumo de quinoa por mercados globais, a pesquisadora Herrera-Miller (2016) criou o conceito de colonialidade alimentar. Produzida pela associação da concentração de terras e de rendas com a destituição da autonomia dos povos, a colonialidade alimentar coloca em xeque a soberania alimentar, tendo em vista que resulta no controle do alimento em todo o seu processo – produção, consumo e distribuição – e na hierarquização de práticas alimentares por meio da racionalidade moderno-colonial.

Nesse processo, os hábitos alimentares europeus são universalizados, de modo a serem alçados a um padrão alimentar mundial. Dá-se a apropriação de insumos alimentares americanos como a quinoa e o chocolate, desprezados seus preparos originais, e também a apresentação da cozinha europeia como ciência – na forma de “alta cozinha” ou gastronomia. Isso se estende, igualmente, às pessoas que trabalham no preparo desses alimentos.

Exemplo disso é que a já mencionada política estatal de embranquecimento da mão de obra no Brasil, ao longo do século XX, chega às cozinhas. Enquanto as mulheres negras são consideradas “cozinheiras” e expostas a condições de trabalho degradantes e mal remuneradas em casas e espaços privados do período escravocrata à pós-abolição, os “chefes de cozinha” são homens europeus, especialmente franceses e italianos, que passam a ocupar espaços de prestígio e alta remuneração ao cozinhar em hotéis e servirem pratos para o consumo de famílias mais abastadas (Machado, 2022; Achinte, 2010).

Originalmente, o conceito de colonialidades foi uma criação de Aníbal Quijano (2005), que as definiu como estruturas de poder e subordinação que sobrevivem à administração colonial e passam a ser reproduzidas por mecanismos do sistema-mundo capitalista moderno-colonial.

Para o sociólogo peruano, a primeira categoria instituída pela modernidade foi a raça, em torno da qual foram redefinidas as formas prévias de dominação, em especial entre sexos, “etnicidades”, “nacionalidades” e “culturas”, provendo a distribuição de papéis e das relações associadas a eles – no trabalho, nas relações sexuais, na autoridade, na produção e no controle da subjetividade (Quijano, 2005, p. 20).

A colonialidade do poder implicou, e segue implicando, uma verdadeira invisibilização dos povos não europeus, ou seja, da imensa maioria da população da América Latina, em relação à produção de subjetividades, formas de viver e produzir conhecimentos. A racionalidade moderna europeia produziu e fundamentou a dominação dos povos não europeus a partir de uma racialização enquanto raças inferiores e culturalmente arcaicas (Quijano, 2005, p. 24-25).

Ainda no bojo das colonialidades, Maria Lugones, filósofa argentina, aponta para a constituição mútua entre a colonialidade do poder e a colonialidade do gênero, à medida que a modernidade conceituou raça de forma engendradora e gênero racializado, incidindo de formas diferentes entre os europeus/brancos e as gentes colonizadas/não brancas (Lugones, 2014, p. 34-35).

O sistema moderno/colonial de gênero, ao passo que historicamente caracterizou as mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e fisicamente frágeis, em oposição, caracterizou as mulheres colonizadas, não brancas, incluindo aquelas removidas forçadamente de seus territórios e escravizadas, como sexualmente perversas e suficientemente fortes para suportar qualquer tipo de trabalho (Lugones, 2014, p. 37).

Assim como Lugones (2014), compreende-se a indissociabilidade entre as colonialidades do poder e do gênero, razão por que, diferentemente de representações da



colonialidade alimentar como fruto apenas da colonialidade do poder, defende-se que seria resultante das colonialidades do poder e do gênero, já que não há que se falar sobre alimentação sem imprimir a devida centralidade aos saberes e fazeres das mulheres negras e ameríndias ao cozinhar os alimentos.

Foi justamente a exploração da mão de obra negra e indígena que possibilitou concentrar terra e riqueza nas mãos das elites brancas – seja em âmbito rural ou urbano. As juristas Ana Flauzina e Thula Pires (2020) aduzem que a mão de obra escravizada ergueu as casas, igrejas e instalações públicas dos primeiros núcleos urbanos do país.

Sem poder comprar terra em meio rural para desenvolver a agricultura de subsistência, pessoas negras libertas no pós-abolição da escravatura foram morar nas cidades. O amálgama entre a violência física perpetrada pelas forças do Estado e a gestão racializada do espaço urbano deu-se inicialmente no Rio de Janeiro, capital do Império, com seu adensamento populacional em cortiços, e é vivenciada ainda hoje no Brasil que segrega socioespacialmente os corpos negros nomeados como abjetos (Flauzina; Pires, 2020, p. 81).

As autoras vislumbram na política de Estado que relega à população negra brasileira a habitação em locais inseguros, precários e desassistidos, um padrão genocida voltado a potencializar os riscos à própria vida. Ao traçar um paralelo com as categorias de cidade do colono e do colonizado de Franz Fanon, propõem as categorias de “cidade branca” e “cidade negra” (Flauzina; Pires, 2020, p. 82).

Se a cidade branca é marcada pela proteção da vida pelo Estado e pelo gradeamento, característico dos condomínios fechados que a apartam da convivência com a diversidade social e alimentam o bem-viver do mundo branco, a cidade negra é permeada pela imposição da violência cotidiana pelo poder público (Flauzina; Pires, 2020, p. 83-84, grifo nosso):

Como os corpos das mulheres negras, as periferias são os territórios que podem sofrer todo o repertório de violência: da penetração das incursões policiais homicidas, passando pelo toque de recolher que impede a circulação das pessoas, até as torturas dos jovens negros nas dinâmicas da guerra às drogas. Todas essas mazelas devem ser suportadas sem a possibilidade de denúncia efetiva e de reconhecimento público. Assim, um dos principais aportes da geografia urbana genocida é o de fazer a cidade negra agonizar em seus redutos fechados [...]. **Considerando-se as políticas de terror deflagradas contra esses territórios, pode-se concluir, portanto, que a cidade, em seus redutos negros, é um substantivo feminino.**

Nesse mesmo sentido, faz-se um convite para racializar e generificar a representação de dois sistemas agroalimentares – o agronegócio e a agroecologia – e seus elementos constitutivos. Ao passo que o agronegócio branco é constituído pela monocultura

agroexportadora e lança mão de um processo de mecanização da agricultura que resulta na produção em larga escala e no uso de agrotóxicos e transgênicos, produzindo a destruição dos biomas, fome e doenças, a agroecologia é afroindígena, pois fomenta a agricultura familiar para alimentar a população nacional, valoriza conhecimentos ancestrais que regeneram biomas e produzem alimentos saudáveis e sazonais a partir da associação e rotação de culturas, da adubação verde e de uma relação de cuidado e harmonia estabelecida entre a humanidade e a natureza. Assim, em seus redutos afroindígenas, a agroecologia é substantivo feminino.

A consolidação do agronegócio enquanto sistema agroalimentar hegemônico está intimamente relacionada com o planejamento estratégico e geopolítico do mundo pós-colonial. A Revolução Verde foi mobilizada para conter insurgências rurais no Terceiro Mundo por meio da implementação de programas de modernização rural (Vradis *et al.*, 2021, p. 190-192).

À época da Guerra Fria, o “Primeiro Mundo” ou “mundo desenvolvido” era marcado por um elevado grau de industrialização e urbanização, e a periferia do capitalismo, ou “Terceiro Mundo”, era predominantemente rural. A Revolução Verde foi essencialmente um programa de “modernização” da própria ruralidade, em suas formas de vida e de (re)produção, que chamou atenção da governança ocidental no período de descolonização, pois as populações rurais adquiriram importância geopolítica e eram um terreno propício para a organização de insurgências. O que se objetivava era transpor o conceito de aldeia – forma socioespacial majoritária no “Terceiro Mundo” e que parecia impermeável à lógica do capital – para o de cidade – forma socioespacial proeminente no “Primeiro Mundo”, sob a égide do desenvolvimento capitalista (Vradis *et al.*, 2021, p. 235-246).

Os autores do livro “Favela, resistência e luta pela soberania alimentar” (Vradis *et al.*, 2021), pesquisa-ação realizada no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, propõem olhar para a fome em periferias urbanas brasileiras como um produto da Revolução Verde no país. Isso porque se propunha a superação dos métodos tradicionais de plantios e cultivos, no mundo pós-colonial, por métodos tecnológicos, para que a capacidade finita da terra acompanhasse o ritmo demográfico e pudesse alimentar a crescente população mundial.

Isso resultou na proliferação de métodos de cultivo industrializados, monocultores e massivamente impulsionados pelo uso de pesticidas, herbicidas, fertilizantes e grandes projetos de irrigação. A implementação dos programas de modernização rural da Revolução Verde teve início no México – em razão da proximidade geográfica estratégica com os Estados Unidos –, migraram para o continente asiático e tiveram, no Brasil, uma experiência piloto na América do Sul.

Embora esses programas fossem vendidos como “novidade”, nada mais eram que atualizações de tecnologias coloniais que produziram os fenômenos da pobreza e da fome, como resultado de séculos de acumulação capitalista, cercos, gestão colonial, desterritorialização de populações tradicionais e transformação abrupta de agricultores de subsistência em pequenos empresários e migrantes internos; estes passaram a formar o excedente urbano nas cidades brasileiras.

Assim, não só a fome, mas também as favelas brasileiras são um resultado socioespacial direto da Revolução Verde. As favelas não advêm da mera aceleração do processo de urbanização, mas sim da produção dessa informalidade e da precariedade das formas de morar e viver nas cidades. Como visto, a Revolução Verde no Brasil aumentou a concentração de terras e beneficiou exclusivamente as elites agrárias, representando para a maioria da população o aumento das necessidades alimentares e uma maior insegurança alimentar para as populações de periferia urbana (Vradis *et al.*, 2021, p. 256-279).

Do Rio de Janeiro a Brasília, as periferias urbanas constituem expressões contemporâneas e socioespaciais de como grupos subalternizados, suas culturas e hábitos se redinamizam em novas formas urbanas. A maioria de sua população residente é formada por pessoas negras – em menor proporção, também indígenas e brancas de origem camponesa – que as tornam “territórios espacial e historicamente complexos de convergência de formas de vida quilombolas, indígenas, camponesas e da classe trabalhadora” (Vradis *et al.*, 2021, p. 129).

Não à toa as coordenadoras do MTST Planaltina, sujeitos da presente pesquisa, relatam que suas trajetórias na luta coletiva por direitos foram marcadas por experiências de ocupações rurais e urbanas, reivindicando a destinação de terra para reforma agrária e reforma urbana popular nos arredores da capital do Brasil. Ainda no primeiro capítulo desta dissertação, observou-se que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem sua gênese na ruralidade e, portanto, é “cria” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para além da solidariedade de classe que une os projetos político-societários desses dois movimentos populares, evidencia-se a convergência das sujeitas em movimento – diante de uma periferia urbana que é expressão territorial da diáspora negra e do êxodo rural.

Além de descortinar o papel da colonialidade alimentar na desterritorialização – e por que não no “despejo” – de pessoas negras e indígenas e na destituição de suas formas de vida e hábitos alimentares tradicionais, cumpre imprimir centralidade na agência de mulheres negras nesse processo secular de resistência. Precisamente, sistematizar o conteúdo político das falas de coordenadoras do MTST, que revelam seus saberes e fazeres na luta por moradia digna, soberania alimentar e bem-viver nas periferias do Distrito Federal.

### **3.2 “Uma mãe que trabalha o dia inteiro, aí ela chega em casa cansada e faz miojo”: a fome na periferia é negra, mãe solo e infantil**

O legado de Josué de Castro, médico e geógrafo pernambucano que se consolidou como um dos maiores pensadores do mundo a investigar a fome, segue atual. Especialmente no que diz respeito a relacionar a fome ao subdesenvolvimento imposto pela manutenção de fórmulas neocoloniais e a refutar soluções neomalthusianas racistas que impunham às massas famintas a responsabilidade pela sua própria fome. Preconizava-se que a solução passava por reduzir drasticamente a taxa de natalidade entre os mais pobres, já que as populações cresceriam em progressão geométrica enquanto a produção de alimento se daria em progressão aritmética, causando escassez de alimentos.

Em “Geografia da Fome”, Josué de Castro (2022) refutou essas teses, que ganharam corpo no pós-Segunda Guerra Mundial, ao asseverar que elas manteriam inalterados os padrões de consumo nos países desenvolvidos, beneficiários da produção de alimentos no Terceiro Mundo, e que não adentrariam em soluções estruturais como a necessidade de reforma agrária para que a agricultura intensiva de subsistência ganhasse espaço numa estrutura fundiária que privilegia a agricultura extensiva de produtos exportáveis e não põe comida na mesa do povo. Ainda que a industrialização e mecanização pudessem expandir a produção de alimentos, não seriam as massas famintas as beneficiárias desse progresso.

Josué de Castro apontou para a necessidade de desvelar a agenda de interesses econômicos por trás do modelo neocolonial de desenvolvimento, de tal forma que a fome seria produzida socialmente, e não fruto de condições naturais adversas insuperáveis, a exemplo das secas no sertão nordestino. Para ele: “A fome é, conforme tantas vezes tenho afirmado, a expressão biológica de males sociológicos. Está intimamente ligada com as distorções econômicas, a que dei a designação de subdesenvolvimento” (Castro, c2021).

No caso brasileiro, a fome é indissociável de um modelo de desenvolvimento predatório e colonial calcado na destruição dos nossos biomas e na exploração de nossa mão de obra para benefício externo:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais [...] quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada

em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração de borracha e, finalmente, o da industrialização artificial [...]. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando toda sua riqueza potencial – a riqueza do seu solo e de sua mão de obra – por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso (Castro, 2022, p. 286-287).

Para o autor, o Brasil era a expressão de um país de contrastes. Que construía uma nova capital em tempo recorde, instalava indústria pesada e indústria automobilística, mas seguia convivendo com o dilema do pão ou do aço, pois não era toda a população beneficiária do desenvolvimento econômico recente:

Contrastes como esse de possuímos uma indústria de alto padrão moderno e uma agricultura de índole feudal, apegada à rotina, a mais conservadora. Assim é o Brasil. Assim se explica por que, apesar de todos os nossos surpreendentes sucessos no campo do progresso econômico, de nossa indústria pesada, de nossa indústria de automóveis, de Brasília e de outras marcas surpreendentemente alcançadas, ainda somos um país de fome, ainda somos uma das grandes áreas da geografia universal da fome (Castro, 2022, p. 294).

Como então, nos marcos de um capitalismo patriarcal-racista dependente (Gonzalez, 2020), pensar a fome no Brasil contemporâneo sem vislumbrar a centralidade epistemológica de gênero, raça e classe? Sendo as mulheres negras a figurar na base da pirâmide social brasileira, cumpre entender os impactos de ocuparem os *quartos de despejo* das cidades e da proteção justrabalhista, auferindo seu sustento e o de suas famílias nos trabalhos de cuidados remunerados e noutras ocupações informais e juridicamente desprotegidas (Santana, 2020), assim como no tocante à segurança alimentar e nutricional. Estariam as famílias chefiadas por essas mulheres negras periféricas em maior risco de insegurança alimentar?

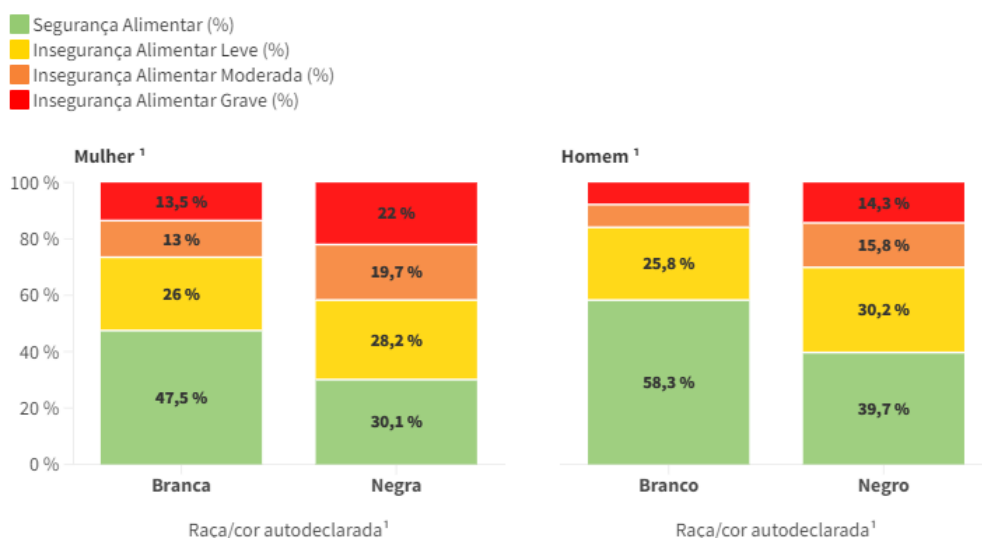
A segurança alimentar e nutricional é verificada quando todos os moradores de um domicílio acessam de forma regular e permanente alimentos em qualidade e quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades especiais. Os graus de insegurança alimentar e nutricional são mensurados pela perda da qualidade da alimentação – nível leve –, instabilidade no acesso à alimentação – nível moderado – e experiência da fome – nível grave (Brasil, 2014).

De acordo com o “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil: II VIGISAN” (PENSSAN, 2022), a partir de coleta de dados realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, quatro em cada dez famílias chefiadas por

mulheres negras brasileiras convivem com insegurança alimentar moderada ou grave. A fome, ou seja, a mais severa expressão da insegurança alimentar e nutricional, é vivenciada por duas em cada dez famílias com essa configuração. Em contrapartida, as famílias chefiadas por homens brancos são as que registram maior segurança alimentar: seis a cada dez delas se alimentam de forma regular, sem que haja prejuízo da quantidade ou da qualidade das refeições ou de outras necessidades básicas.

Figura 5 – Percentual de domicílios segundo condição de Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA), por sexo e raça/cor autodeclarada da pessoa de referência

**Percentual de domicílios segundo condição de Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA), por sexo e raça/cor autodeclarada da pessoa de referência**



Fonte: O Joio e o Trigo (Hermanson, 2022), com dados do II VIGISAN – SA/IA e covid-19, Brasil 2021/2022.

Não obstante as famílias chefiadas por mulheres negras estarem mais vulnerabilizadas quanto à experiência da fome, a presença de crianças menores de dez anos no âmbito familiar agrava o quadro.

No que tange à temática, o II VIGISAN destaca que:

A fome dobrou nas famílias com crianças menores de dez anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atinge 25,7% dos lares. Já nos domicílios apenas com moradores adultos a segurança alimentar chegou a 47,4%, número maior do que a média nacional.

No período em que se vivenciou a pandemia de covid-19, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que a taxa de ocupação feminina no Brasil regrediu em

trinta anos (Pinheiro; Tokarski; Posthuma, 2021). O caso mais alarmante teria sido o das trabalhadoras domésticas remuneradas, setor que emprega mais de 6 milhões de mulheres – em sua maioria, negras – e que registrou redução em torno de 25% em 2020. Isso evidencia que tão maior é a fome quanto maior é o desemprego de quem chefia a unidade familiar.

Nesse desafio de pensar a fome no Brasil a partir da centralidade epistemológica de gênero, raça e classe, a contribuição da intelectual negra brasileira Carolina Maria de Jesus é indispensável. No livro autobiográfico “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 1960), a autora retrata de forma contundente a vivência da fome, nos idos de 1950, na Favela do Canindé, em São Paulo. Mulher negra retinta, Carolina era mãe solo de três filhos; para sustentá-los, trabalhou inicialmente como empregada doméstica e, após o desemprego, ingressou na catação de materiais recicláveis.

Os escritos de Carolina são, portanto, contemporâneos ao pós-Segunda Guerra Mundial, quando as soluções neomalthusianas se apressaram em culpar o aumento populacional dos famintos pela existência da fome e os Estados Unidos preparavam a Revolução Verde para conter insurgências no campo. Carolina, contudo, que viveu a fome e pôde ver de perto sua cor – amarela –, classificou-a como criação daqueles que comem e expressão atual da escravatura:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos [...]. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair [...]. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. **E assim, no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!** (Jesus, 1960, p. 26-27, grifo nosso).

O relato de Carolina Maria de Jesus vai ao encontro do conceito de *nutricídio*, cunhado por Llaila Afrika (2013) para descrever o genocídio alimentar e nutricional em curso contra a população negra. Para o médico norte-americano, uma vez que a alimentação fruto da colonização é diametralmente oposta à alimentação pré-colonial no continente africano, é possível afirmar que a colonização implicou um genocídio alimentar à população negra em diáspora, produzindo efeitos nocivos nos aspectos físico, mental e espiritual.

Diante das desigualdades sociais e raciais, é a população negra que tem menor poder aquisitivo e adquire alimentos mais baratos e de pior qualidade nutricional, a exemplo dos ultraprocessados. O resultado é a maior ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis – como diabetes e hipertensão –, ocasionadas por múltiplos fatores, como a má alimentação e a falta de acesso a atendimento em saúde. No Brasil, a *diabetes mellitus* (tipo II) atinge mais

homens negros do que brancos – com 9% de diferença – e 50% mais mulheres negras em relação às brancas (Desigualdade [...], 2021). Os registros de hipertensão arterial de igual forma são altos entre homens e mulheres negras.

Além de gerar doenças, Afrika (2013) aduz que a colonização da dieta africana menosprezou os saberes ancestrais africanos em torno de ervas, destinando-as a usos alheios como temperos e especiarias.

A desterritorialização de povos tradicionais em favor do agronegócio branco, isto é, da manutenção da hierarquia entre as raças e da ampliação dos lucros da classe capitalista, tem limitado a disponibilidade de terras e a biodiversidade necessária à reprodução social de povos indígenas e afrodescendentes (Almeida, 2023). Nesse contexto, são as mulheres amefricanas e ameríndias as mais impactadas, pois, sob o sistema mundo moderno-colonial de gênero, recai sobre elas a quase totalidade dos trabalhos reprodutivos.

A fome experienciada por mulheres trabalhadoras é de forma e intensidade diferente do que o é pelos homens da mesma classe social. Uma vez que sobre elas recai a sensibilidade/responsabilidade de alimentar primeiro os maridos e filhos e se alimentar das sobras do seu núcleo familiar. Como resultado, elevam-se os índices de mortalidade materna e infantil no Brasil em razão da desnutrição materna (Melo; Rego, 2022; Freitas, 2003).

São mulheres negras como Carolina Maria de Jesus que se veem diante da aflição de não só não terem do que se alimentar, como também não acessarem comida para colocar no prato de seus filhos. Em “Agonia da Fome”, Maria do Carmo Freitas (2003) retratou, por meio da antropologia alimentar, a sobrevivência de pessoas famintas numa periferia de Salvador, registrando a prática, passada de cuidadora em cuidadora, de fazer sopa de papelão para “enganar” a fome dos filhos (Freitas, 2003, p. 73):

Teve época que eu fazia sopa de papelão. Um dia os meninos estavam tudo chorando, e eu precisava fazer uma coisa. Aí uma comadre me ensinou. Lavei o papelão que eu estava catando pra vender e botei na panela com água, botei um salzinho. Eles pensaram que era comida e comeram. Depois, uma amiga me ensinou a botar um pedacinho de caldo de galinha, uns pedacinhos que vende na venda (Maggi), umas folhinhas de coentro, pra ficar igual canja de galinha. Aí fui fazendo assim, até os meninos ficarem grandinhos eu ainda fazia. Depois deixei porque eles não quiseram mais. Fui fazendo mais pirão e eles foram me ajudando pra comprar farinha.

A sobrevivência diária de milhares de famílias como esta é possibilitada pela catação dos restos descartados por terceiros, que nem sempre estão em condições adequadas para o consumo humano, seja por não se tratar de itens alimentícios – como o caso do papelão –, seja



pela ausência de refrigeração e armazenamento. Ainda assim, há vezes em que aquilo que se coloca à mesa para alimentar os filhos é insuficiente para saciar a fome:

Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: – Muito bem, Carolina. **Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos. Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais [...].** Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto e prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois se divorcia do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade [...]. **Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que haviam encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: – Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.** Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse: – É que eu tinha fé no Kubitschek. – A senhora tinha fé e agora não tem mais? – Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos (Jesus, 1960, p. 32-33).

O diálogo entre Carolina Maria de Jesus, as coordenadoras do MTST e as usuárias das Cozinhas Solidárias em Planaltina e Sol Nascente possibilita identificar pontos de encontro entre suas trajetórias sociais: a maior parte delas já trabalhou como empregada doméstica, parte delas foi catadora de materiais recicláveis quando se viu desempregada, e a alimentação de seus filhos é sua principal preocupação.

Por ocasião da “Oficina Gente é pra Brilhar, Não pra Morrer de Fome”, as mulheres presentes na Cozinha Solidária refletiram sobre a inacessibilidade econômica de frutas e legumes em seus territórios. Diante disso, resulta o frequente consumo de alimentos de baixo custo e valor nutricional, como é o caso dos “miojos”. Assim como a farinha, que pouco cresce em termos de nutrientes para quem a consome, os macarrões instantâneos são alimentos fritos, com conservantes químicos para aumentar sua durabilidade, temperados com sachês de temperos com alto teor de sódio. Uma das participantes relata que nem mesmo os miojos podem hoje ser considerados alimentos baratos, pois custam em média R\$ 2,50:

Juliana: Uma mãe que trabalha o dia inteiro, aí ela chega em casa cansada do dia e faz miojo. Quem aqui faz miojo?

Participante 1: Todo dia.

Juliana: Mas o que tem no miojo?

Participante 1: **Eu gosto de miojo. Eu acho que a gente compra porque é rápido.**

Juliana: **E é barato?**

Participante 2: **Barato não é não. Já foi. Hoje tá 2,50. Depende da marca, mas é por aí.**

J: A maioria das comidas que a gente come hoje a gente não sabe como é feita. Eu também gosto de miojo, meus filhos adoram miojo. Miojo é algo que é rápido, mas não tem nada de nutritivo.

Participante 2: Nada mesmo. E ainda traz doença.

Juliana: Aquele pozinho ali... é uma delícia, mas não tem muita coisa. Na verdade, tem um monte de comida boa, mas não chega pra gente. A comida boa é cara. Hoje em dia você vai na feira e é caro. Aí você leva a comida pra sua casa, pra cozinhar, e ainda tem que comprar o botijão de gás.

Algo que permaneceu inalterado, no entanto, é a facilidade de se preparar o miojo. O que é estratégico quando se tem em tela que o capitalismo patriarcal-racista dependente precisa reduzir os custos com a reprodução da vida dos/as trabalhadores/as para aumentar os lucros da classe capitalista. Interessa ao neoliberalismo, que promove o enxugamento do investimento em serviços públicos, privatizar o cuidado para as famílias por meio do trabalho doméstico não remunerado e da contratação de mulheres negras para desempenhá-lo a baixos custos nas casas de famílias brancas e ricas.

As mulheres negras pobres são aquelas que cuidam das casas e dos filhos da branquitude. Quando retornam às suas casas, têm de dar conta de seus próprios trabalhos domésticos e de cuidado com seus filhos. Por isso o tempo é recurso escasso e é desejável poupá-lo, seja cozinhando alimentos “instantâneos”, seja acessando políticas públicas que realizam a distribuição de refeições prontas.

Ao tratar sobre o consumo de miojo, a coordenadora Juliana prossegue o diálogo com as famílias sem teto e trata do que se convencionou chamar de “segurança alimentar”. Para ela, o direito à alimentação adequada abrange a promoção da saúde por meio de uma alimentação balanceada, nutritiva e sem veneno.

Juliana: Pois é... Vocês já ouviram falar em segurança alimentar? É um direito que todo mundo tem, de comer comida suficiente, mas não só suficiente de encher a barriga. Porque, por exemplo, miojo vai encher a barriga, mas não vai te nutrir. Segurança alimentar é comer comida suficiente, que nutre a gente, e sem veneno. Que a comida que tá na sua casa seja saudável. Por isso nas cozinhas a gente tenta fazer a horta.

No tocante à segurança alimentar e nutricional, o Distrito Federal não foge à regra nacional: a fome urbana na capital do país é negra e mãe solo. Além da proporção três vezes maior do registro de insegurança alimentar em famílias chefiadas por mulheres negras em comparação a homens brancos (Araújo, 2023) – de 31,9% a 11,5%, respectivamente –, o déficit habitacional por ônus excessivo com aluguel foi apontado como fator de risco para a fome (IPEDF, 2023). A pesquisa “Segurança Alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico” (IPEDF, 2023) mostrou que 43% dos domicílios que gastam mais de 30%

da renda domiciliar com aluguel estão em algum grau de insegurança alimentar. Isso decai para 23,3% entre as famílias cujo aluguel é inferior a 30% da renda domiciliar.

Resta provado que a fome aflige as famílias sem teto do Distrito Federal, com ênfase naquelas chefiadas por mulheres negras e compostas por crianças menores de dez anos de idade, o que explica o caráter mobilizador da luta por moradia para as sujeitas da pesquisa. A luta pela moradia digna não deixa de abarcar a luta por alimentação e nutrição, uma vez que “sair do aluguel” é, em verdade, lutar por melhores condições de vida para a sua família e possibilita romper definitivamente com a cruel escolha entre pagar o aluguel e comprar comida para colocar na mesa.

### 3.3 “Comida sem sabor não alimenta também”: Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Durante a pandemia de covid-19, foi o avanço da vacinação pela rede pública de saúde que possibilitou que a promoção de segurança alimentar e nutricional pelo MTST inaugurasse uma nova etapa: além da distribuição de alimentos, o movimento social pôde retomar a realização de oficinas e rodas de conversa nas ocupações urbanas e nas Cozinhas Solidárias que surgiam em cada estado onde havia MTST. A Coordenadora Juliana conta que, em São Paulo, em uma dessas oportunidades, uma brigadista da área da saúde, escreveu a seguinte frase: **“toda pessoa que morre de fome é assassinada”**. Ao retomar essa frase, Juliana pergunta o que as frequentadoras e os frequentadores das Cozinhas Solidárias acham a respeito:

Juliana: Essa roda de conversa foi feita por nós da horta e pelo pessoal da saúde, a gente montou pra fazer nas ocupações, logo que a gente começou a se vacinar e a voltar pras ocupações. Aí a gente viu que o pessoal tava passando muito perrengue nas ocupações também. Quando começou a pandemia, a primeira coisa que a gente fez foi pensar na cesta básica pro nosso povo, a gente fez uma campanha muito grande, comprava as cestas e levava na casa das pessoas. Mas aí o gás ficou alto e as pessoas não conseguiam cozinhar. Alguns estados já tinham cozinhas nesse formato, e a gente achou que valia fazer cozinhas assim em todo estado que tinha no MTST. Temos 32 e vai reinaugurar uma, porque a gente não quer nenhuma cozinha fechada. **Aí a Rhaiza, que é coordenadora lá da saúde, colocou uma frase assim “toda pessoa que morre de fome ela foi assassinada”. O que vocês acham disso?**

Participante 1: Não deixa de ser.

Juliana: Você concorda com isso?

Participante 1: Eu concordo.

Juliana: Por que você concorda?

Participante 1: **Porque é muito imposto né, e a gente não ganha muito.**

Participante 2: **É morta pelo sistema, né? Porque quem matou ela foi a fome né, e tem comida.**

Juliana: **Então foi a fome, mas também foi a falta de cuidado com ela, né?**  
 Participante 3: **Eu vejo assim... essa pessoa não teve oportunidade e quem teve oportunidade não olhou por ela.**

Juliana: **Mas quem tem que dar oportunidade? Quem tem essa obrigação?**

Participante 3: **Acho que o Governo, né?**

Juliana: É verdade. O governo tem que garantir direitos básicos, quando alguém morre porque não tem comida, é porque quem tá matando é o governo.

As significações atribuídas à morte pela fome nomeiam uma ausência presente: a do Governo/Estado. Tendo a colonização impactado, sobremaneira, na **importação das esferas públicas e privadas como organizadoras da vida em sociedade e do Estado moderno-colonial como instituição político-administrativa** (Segato, 2014), é necessário realizar uma aproximação crítica à atuação estatal. Pois, não raro, são criadas leis para proteger segmentos vulnerabilizados pelo mesmo Estado que destruiu as instituições e tecidos comunitários que os protegia.

Extraímos das falas acima, de frequentadoras das Cozinhas Solidárias do DF, que o Estado deveria se incumbir de políticas públicas que cuidassem da população. Contudo, a humanidade de quem morre de fome é negada por uma violação sistemática de direitos - do direito à terra, ao trabalho, à saúde e à alimentação.

Diante da precarização da vida, são as mulheres negras matrigeradoras e matrigestoras de suas comunidades, que ocupam papéis de liderança espiritual e política (Oyèwùmí, 2021; Ribeiro, 2020). A partir da atuação de mulheres sem teto como lideranças políticas das Cozinhas Solidárias, indagamos: pode o Estado, permanentemente colonial, em diálogo com a construção de poder popular, reconhecer o protagonismo das mulheres negras periféricas na elaboração e no controle de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional?

Antes de adentrar nas possibilidades e limites de políticas públicas de distribuição de refeições prontas, propomos um mergulho no conteúdo e na previsão normativa do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). Em volume do Direito Achado na Rua, em parceria com a FIAN Brasil, Valéria Burity (2021) definem o DHANA como direito individual e social, exercido por uma pessoa ou uma comunidade, quando há acesso físico e econômico ininterrupto à alimentação suficiente, adequada e culturalmente aceitável, de modo a garantir a produção e o consumo sustentáveis e a assegurar alimentos para as gerações futuras.

No âmbito do direito internacional, o Direito à Alimentação está inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), no qual se prevê o reconhecimento pelos Estados Partes do direito de todas as pessoas a um padrão de vida suficiente para si e seus familiares – incluindo a alimentação –, bem como o direito fundamental de não conviver com a fome.

No Brasil, por sua vez, o DHANA foi incorporado em 2010 ao rol de direitos sociais da Constituição de 1988, figurando junto ao direito à moradia, à previdência social, ao trabalho, ao lazer, à proteção da maternidade e da infância, dentre outros. Anteriormente, outras legislações brasileiras, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006a) e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006b) já dispunham a respeito e previam políticas públicas que garantissem condições de produção e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis (Burity, 2021).

A advogada e pesquisadora Valéria Burity (2021) pontua o caráter estrutural que a violência contra as mulheres exerce para a reprodução da pobreza e da fome, impactando, inclusive, as próximas gerações em razão da má nutrição gestacional. Razão pela qual reflete que o DHANA precisa incorporar diretamente o enfrentamento à violência de gênero e raça:

Esse processo de determinação social, cultural e econômico impõe claros limites à autonomia da mulher em diferentes dimensões. Algumas manifestações dessa perda de autonomia são a imposição do trabalho doméstico precariamente remunerado ou não remunerado, o matrimônio infantil, o abuso sexual e a possibilidade de gravidez na adolescência. Esse tipo de violação, por sua vez, tem implicações severas em termos do estado nutricional das mulheres/adolescentes afetadas e de seus filhos/as (baixo peso ao nascer, nanismo, morbidade e mortalidade). Sendo assim, a violência de gênero é também uma causa estrutural de reprodução da pobreza e da má nutrição para as gerações seguintes, pois pode resultar em um estado nutricional deficitário para as crianças ao nascer e ao longo de toda a vida. A promoção dos direitos das mulheres inclui, entre outros aspectos, a autodeterminação e a autonomia, o acesso a uma educação de qualidade, aos recursos produtivos, ao trabalho, à remuneração justa, aos cuidados em saúde e aos serviços e informações sobre direitos reprodutivos. Assim, a busca pela erradicação da fome e da má nutrição deve considerar como fundamental a inclusão da realização integral dos direitos humanos das mulheres como um componente central dos pilares da realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Burity, 2021, p. 43).

É a partir dessa perspectiva de gênero, raça e classe, que passaremos a analisar o atendimento da população por equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Para fins de análise, serão analisados os Restaurantes Populares e as Cozinhas Comunitárias, e traçado um comparativo com as oportunidades que as Cozinhas Solidárias inauguram de avanços para as políticas públicas de mitigação da fome e fortalecimento de rede de cuidados comunitários.

Os registros sobre equipamentos públicos de distribuição de refeições dão conta que a primeira versão de um Restaurante Popular ocorreu em 1939, durante o Estado Novo no Rio de Janeiro. A iniciativa era vinculada ao Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. O atendimento era exclusivo para trabalhadores do setor formal da indústria, comércio e bancários, atendendo um público majoritariamente

masculino. Em 1940, o Ministério do Trabalho da Indústria e Comércio absorveu o restaurante da Praça da Bandeira e ampliou a iniciativa por meio do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em outros centros urbanos. A experiência foi interrompida, no curso da ditadura civil-militar, sob o argumento de que o financiamento dos Restaurantes propiciaria escândalos de corrupção e que esses equipamentos recepcionaram reuniões de “sindicalistas comunistas” (Padrão; Aguiar, 2018).

A partir de 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social incluiu os Restaurantes Populares no bojo da Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, que também contava com a previsão de construção e funcionamento de Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. A cargo do Governo Federal, ficou o financiamento de obras de infraestrutura e instalação de material permanente; competindo aos Estados e Municípios arcar com a operacionalização dos restaurantes e sua manutenção. A cooperação entre os entes federativos objetivou promover o acesso à alimentação adequada em meio urbano, por meio da universalização do acesso a refeições balanceadas e de baixo custo em equipamentos públicos instalados em áreas com acesso via transporte público.

Na Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Restaurantes Populares (Brasil, [2023a]) foram classificados, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender a mais de 1.000 (uma mil) pessoas por refeição, em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes. O valor das refeições não é integralmente repassado aos usuários, haja vista que parte dele é subsidiado pelo Poder Público. No caso do Distrito Federal, com a inauguração, em 2023, da segunda unidade localizada no Sol Nascente, há 15 (quinze) desses equipamentos públicos instalados em Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Sol Nascente/Pôr do Sol. São cobrados R\$: 0,50 por café da manhã e R\$: 1,00 por cada almoço e jantar servido ao público.

A ausência de gratuidade das refeições nos Restaurantes Populares é relatada por Biza, Coordenadora do MTST em Sol Nascente, como uma das dificuldades para o acesso ao equipamento público por mães solas e seus filhos, especialmente em caso de não auferirem renda própria. Nestes casos, os orçamentos familiares seriam duplamente impactados – pelo pagamento de passagem de ônibus e pela aquisição de refeição para a família. De outro giro, a qualidade da alimentação é superior quando comparada àquela servida pela Cozinha Solidária à do Restaurante Popular:

A diferença é que é de graça aqui. **Porque às vezes a pessoa não consegue ter um real, às vezes nem cinquenta centavos.** Então, assim, a diferença é isso, que eu acho. Porque a Cozinha Solidária dá comida de graça. No Rorizão, você tem que pagar, mesmo que seja pouquinho, você paga. Geralmente eles têm a tendência de dizer que quem recebe Bolsa Família é que são carente, vulneráveis, né? Então tinha que ser de graça pelo menos pra essas pessoas. Porque, se recebe, tá na merda, ela não tá fichada, não trabalha, não tem renda nenhuma, né. Era pra ser né, e **melhorasse a qualidade da comida, é um lugar que tem nutricionista, e comida sem sabor não alimenta também.** [...] **Em vez de pagar, eles podem começar a dar comida pro pessoal de família que realmente precisa, que está passando necessidade. E dá a comida pro pessoal mesmo, porque vamos supor, que uma mãe tem cinco filhos. Se ela não tem 1 ou 2 reais, porque ela não trabalha, como é que ela vai conseguir comprar uma alimentação pra dar de comer a todo mundo? Sem falar que paga passagem pra chegar no Rorizão** (Entrevista 02 - Biza, grifo nosso).

A dificuldade de acesso por mulheres negras periféricas também foi constatada pelo Relatório da II Pesquisa de Identificação e Percepção Social dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal (Distrito Federal, 2018). Entre os usuários 65,5% identificaram-se como homens e 71% como pessoas negras. O cruzamento com outros dados coletados possibilitou traçar o público que se alimentava nos catorze restaurantes em funcionamento no ano de 2017: em sua maioria constituído por homens negros, adultos e naturais do nordeste brasileiro, que residiam na mesma região administrativa do equipamento e se alimentavam assiduamente no local – em média, quatro refeições semanais.

A localização dos Restaurantes Populares em centros comerciais das periferias urbanas pode ser estratégica para atender homens negros pobres que trabalham como autônomos ou informais nestas localidades, bem como os que estão desempregados ou em situação de rua. A maior vulnerabilidade socioeconômica das mulheres negras, contudo, as expõe a ocupar a periferia das periferias urbanas e decorre da divisão sexual e racial do trabalho. Os centros comerciais das periferias dão lugar aos ambientes domésticos como espaços habitualmente ocupados pelas mulheres negras para exercer o trabalho doméstico remunerado nas casas de famílias de classe média ou alta e para exercer o trabalho doméstico não remunerado em suas próprias residências.

Dois fatores aproximam as Cozinhas Solidárias das Cozinhas Comunitárias enquanto equipamentos de promoção de segurança alimentar e nutricional: a gratuidade das refeições e a quantidade de distribuição diária por unidade. Já que as Cozinhas Comunitárias (Brasil, [2023b]) são classificadas como estruturas físicas de produção e oferta de refeições com capacidade de atender pelo menos 100 (cem) pessoas por refeição, com funcionamento semanal mínimo de 5 (cinco) vezes, localizadas próximas a equipamentos da rede de assistência social.

As Cozinhas Comunitárias, no entanto, encontraram óbices à sua territorialização. No Encontro Nacional de Combate à Fome, realizado em 2022 (Consequências [...], 2022), o

Coordenador do MTST, Danilo, relata que uma dificuldade se deve à destinação de recursos públicos prioritariamente para a inauguração de equipamentos e não para o abastecimento por insumos alimentares:

Na primeira formulação do Fome Zero, haviam as Cozinhas Comunitárias, que a gente também se debruçou sobre. É um programa que foi exitoso, mas alguns dos seus instrumentos não deram certo. Então foi tentando identificar algumas coisas que aconteceram, né? A primeira delas é que o estímulo para as cozinhas comunitárias, nesse período, era pra estruturar elas, dar aquele empurrão inicial. E a gente percebeu na prática e também nos estudos que foram desenvolvidos sobre elas, a gente percebeu que o que é mais difícil é a manutenção e o abastecimento dessas cozinhas, né? Por isso muitas delas não conseguiram se manter, as doações chegam, mas elas tem um limite. A gente vê Petrópolis, num primeiro momento era tanta roupa que chegava, que não tinha nem pra quem distribuir mais tanta roupa, mas chega um período que as doações ficam escassas, elas acabam. Então é importante, são importantes as doações, mas quando a gente tem um planejamento, uma coisa contínua, mas quando a gente tem um investimento para a manutenção é que você resolve o primeiro gargalo (Danilo).

A Coordenadora Ana, por sua vez, ressalta que a lógica de políticas públicas construídas “para” as periferias e não “com” as periferias gera baixa efetividade, o que vislumbra tanto no Programa Minha Casa Minha Vida, quanto nas Cozinhas Comunitárias. E aduz que o protagonismo do movimento social nessas políticas públicas permite obter melhores resultados levando em consideração as reais demandas da comunidade:

Teve um período muito curto das Cozinhas Comunitárias do Governo Lula. E eu acho que justamente pela falta de apoio de entidades, de **se pensar a cozinha como parte da periferia e não uma coisa vinda de uma estrutura de fora**, né? Eu acho que tem essa ausência de trabalho interno, de capilaridade dentro das periferias (...) de se reaproximar, olhar o que já tem nesses territórios e pensar o que dá pra fazer a partir disso. **Eu acho que é esse o erro quando eles tentam fazer uma política mais externa, tanto pras Cozinhas Comunitárias quanto pro Minha Casa Minha Vida.** O Minha Casa Minha Vida o segundo já teve o auxílio dos movimentos de melhoria, aí já teve melhoria de colocar azulejos, de colocar a casa já mais bem acabada. Porque antes vinha crua e as pessoas ainda tinham que fazer todas as melhorias. Depois veio a melhoria de vir com o tanque, enfim, já veio de uma maneira muito diferente, porque já demonstrava que ali tinha um dedinho de movimento social. E eu acho que se ali a gente pudesse ter tido mais liberdade, casas de mulheres de mães solas já deveriam vir com máquina de lavar, com fogão. Eu acho que isso tem muito movimento inserido na periferia que tem muito a contribuir com um governo que se pretende democrático popular, que quer radicalizar a democracia. Eu acho que as dificuldades que eles tiveram nas Cozinhas Comunitárias a principal foi essa, porque recurso tinha. Acho que é o apoio popular dentro da periferia e contar com as entidades para que



isso fosse uma política de fato efetiva e que desse resultado, né? (Entrevista 05 - Ana, grifo nosso).

Nesse sentido, a proposta das Cozinhas Solidárias serem reconhecidas e formalizadas pelo Estado enquanto política pública advém da experiência do movimento social territorial com a disputa e a participação na formulação dos projetos no Minha Casa Minha Vida – Entidades, em que a participação dos moradores assistidos pela assessoria técnica do movimento possibilitou, com os mesmos recursos destinados às empreiteiras, construir moradia popular de maior extensão e qualidade.

Enquanto equipamentos de segurança alimentar e nutricional de caráter local, as Cozinhas Solidárias se diferem, ainda, das Cozinhas Comunitárias em razão da distribuição dos alimentos ser o meio e não o fim da atuação no território. Em artigo de opinião, a historiadora Denise Sordi (2023a), caracteriza a solidariedade das Cozinhas do MTST como solidariedade de classe, valor social presente nas atividades de formação, organização e mobilização do movimento, que vislumbra estrategicamente o momento em que o sucesso da iniciativa será mensurado pela interrupção da distribuição de refeições, diante da mitigação da fome, e as Cozinhas Solidárias poderão abranger outras reivindicações sociais das sujeitas que se organizam no movimento.

A título ilustrativo, é possível mensurar a prioridade política dos equipamentos da rede pública de segurança alimentar e nutricional por meio da destinação de recursos estatais nos âmbitos federal e distrital. Para tanto foram observadas as metas estabelecidas no Programa Temático 6228 – Assistência Social, Objetivo 076 – Direito à Alimentação Adequada e Saudável, do Plano Plurianual 2020-2023 do Distrito Federal e solicitados esclarecimentos complementares dos gestores públicos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). No período estipulado, o Distrito Federal contava com metas de instalação de novos Restaurantes Públicos e Cozinhas Comunitárias e de fomento para o fornecimento continuado de refeições nesses equipamentos. A finalidade precípua era garantir a universalização do acesso regular e permanente à população de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades especiais, e tendo por base as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural, e sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis.

Em resposta a pedido formulado com base na Lei de Acesso à Informação, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal declarou, em 7 de junho de 2023, que “**apesar**

**da previsão de construção de cozinha comunitária constante do PPA 2020-2023, pág. 453, o projeto não foi implementado”<sup>4</sup>.**

Não obstante a instalação de novas Cozinhas Comunitárias, o Governo do Distrito Federal possuía meta de investimento público para fornecimento de refeições em Cozinhas Comunitárias existentes – com 500 refeições a serem subsidiadas em 2021; 1.000 em 2022 e 500 em 2023 – e, de igual forma, não houve execução de qualquer quantia de verba pública para tanto, não passando de horizonte programático.

Figura 6 – Meta de fornecimento de refeições (PPA 2020-2023 – Distrito Federal)

PPA 2020-2023 – Distrito Federal								
Meta de Fornecimento de Refeições								
	2020		2021		2022		2023	
	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$	Meta	R\$
<b>Cozinhas Comunitárias</b>	0	0	500	1.000.000	1.000	1.000.000	500	1.000.000

Execução de Fornecimento de Refeições								
	Refeições	R\$ liquidado	Refeições	R\$ liquidado	Refeições	R\$ liquidado	Refeições	R\$ liquidado
<b>Cozinhas Comunitárias</b>	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria com dados do Governo do Distrito Federal.

No que diz respeito aos Restaurantes, o GDF informou por meio de pedido de informações via LAI que o custo do almoço para o público é de R\$: 1,00 (um real); e o café da manhã, de R\$: 0,50 (cinquenta centavos). O valor subsidiado, por sua vez, varia de acordo com os contratos firmados entre a Administração Pública e as empresas gestoras, pois a totalidade desses equipamentos tem sua gestão terceirizada. Os valores de subsídio para as refeições de almoço e jantar variam de R\$: 5,24 a R\$: 7,86; e, para café da manhã, de R\$: 0,26 a R\$: 0,62 a depender da região administrativa.

Tendo em vista o número de refeições fornecidas e o custo de cada uma delas por Restaurante, tem-se uma estimativa de R\$: 161.000.000,00 (cento e sessenta e um milhões de reais) destinados apenas ao valor subsidiado pelo GDF entre 2020 e abril de 2023. O Pregão

<sup>4</sup> Para adentrar nas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, a pesquisadora ingressou com pedido de informação, respaldado na Lei de Acesso à Informação, para que o Governo do Distrito Federal (GDF) apresentasse declarações faltantes quanto ao investimento de recursos em equipamentos públicos voltados que servem refeições prontas.

Eletrônico nº 16/2023, que contratou a empresa Refeições Norte Sul LTDA, para preparo, fornecimento e distribuição de refeições em três turnos na segunda unidade de Restaurante Público no Sol Nascente, permite traçar o valor aproximado de recursos públicos pagos às empresas que gerem os 15 (quinze) Restaurantes Públicos do Distrito Federal. Na nova unidade, o valor do contrato foi de R\$: 8.496.000,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais) por ano (Santos, 2023). A título ilustrativo, para o período de três anos a contratação desses valores implicaria um custo total da ordem de R\$: 382.320.000,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, trezentos e vinte mil reais).

Resta nítida a escolha política em priorizar o financiamento multimilionário de um modelo de equipamento de segurança alimentar e nutricional que, em razão da gestão terceirizada, gera prejuízos à qualidade da alimentação fornecida - tanto no tocante à obrigação contratual de servir alimentos saudáveis e provenientes da agricultura familiar, quanto de garantir o controle social da política pública:

**As empresas que atuam como prestadoras de serviço nesse segmento se curvam obedientes aos interesses do lucro, premissa básica para sua sobrevivência frente ao sistema de mercado e forte concorrência. As prioridades das empresas são por ações que diminuam seus custos e aumentem seus ganhos, circunstâncias que definem a escolha de fornecedores e limitam a realização de serviços que concorram para um dispêndio maior de recursos humanos e materiais,** além de que as recomendações em relação à aquisição de alimentos em fornecedores locais e da agricultura familiar nem sempre estão expressas e previstas nos contratos de prestação de serviços. A gestão terceirizada, pelos motivos já elencados, também pode dificultar a participação e o controle social e democrático, que devem pautar uma política pública. As informações que dizem respeito à operacionalização do serviço, pelos conselhos que têm a prerrogativa de fiscalização, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, via de regra, não estão disponíveis, além da pouca transparência nos processos administrativos e técnicos por parte da prestadora de serviços (Padrão; Aguiar, 2018, p. 13, grifo nosso).

Se do ponto de vista distrital o investimento público dos Restaurantes Populares se deu em detrimento do financiamento das Cozinhas Comunitárias e das emergentes Cozinhas Solidárias, sob o Governo Bolsonaro, em contrapartida, o desinvestimento em todos os equipamentos públicos de distribuição de refeições prontas foi a regra. **Não houve a destinação de sequer um real para a construção de Cozinhas Comunitárias no período.** E, mesmo a destinação de verba pública para instalação de Restaurantes Populares foi ínfima: da ordem de R\$: 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O Governo Federal também foi instado a se manifestar quanto ao orçamento da União investido em

É nesse contexto de genocídio alimentar da população negra (Afrika, 2013) brasileira, principal público usuário dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, que as Cozinhas Solidárias emergem enquanto “engenharias de urgência” no curso da pandemia de covid-19. Sem, contudo, se encerrar na dimensão material da crise, posto que são expressão de “formas de encaminhar e criar soluções para os conflitos sociais e mobilizar sujeitos em torno de temas específicos com o objetivo de se inscrever socialmente” (Sordi, 2023b, p. 10-11). Ou seja, são expressão do poder popular objetivado como horizonte estratégico do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

A iniciativa, gestada e nacionalizada pelo MTST, é contraponto direto à lógica do lucro que as empresas terceirizadas perseguem ao gerenciar os Restaurantes Populares. E alça o movimento social ao local de propositor e implementador de política pública de segurança alimentar e nutricional que expressa seu projeto político-societário. A partir do momento em que as Cozinhas Solidárias passam a ser reivindicadas como políticas públicas a serem formalizadas e reconhecidas pelo Estado, o desafio reside na manutenção de seu caráter de mobilização popular territorializada (Sordi, 2023b, p. 21):

O desafio para as Cozinhas Solidárias parece estar localizado em como formalizar essa experiência sem esvaziar a potencialidade da mobilização popular territorializada, isto é, sem inverter completamente a ordem das relações hierárquicas até então formuladas – ‘de baixo’, quando transpostas ao campo institucional – ‘de cima’, que, por sua vez, costuma se valer da ideia de ‘eficiência da gestão’ fincada em critérios técnicos e econômicos – supostamente neutros – para identificar o perfil de trabalhadores ‘pobres a serem atendidos por programas sociais’.

No processo de reivindicação da formalização das Cozinhas Solidárias pelo Estado, o movimento social lançou mão de proposições legislativas em primeira pessoa, posto que protocoladas como iniciativas do primeiro deputado federal sem-teto eleito para a Câmara dos Deputados, Guilherme Boulos (PSOL-SP). O Projeto de Lei nº 491/2023 (Brasil, 2023c) foi o primeiro apresentado pelo seu mandato, com objetivo de instituir o Programa de Cozinhas Solidárias, para a distribuição de alimentação gratuita à população em situação de vulnerabilidade e risco social e promoção dos direitos sociais à alimentação e à assistência social. Tendo por eixos primordiais a integração campo-cidade, a alimentação gratuita e de alto teor nutricional e a geração de emprego e renda com foco nas mulheres negras que atuam nas iniciativas comunitárias:

---

Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias. As duas declarações dos Governos Federal e Distrital foram disponibilizadas na íntegra ao final do trabalho.

1) entrega de comida com alto valor nutricional de graça para quem não tem o que comer; 2) geração de emprego e renda no campo e na cidade, sendo **empregos formais, principalmente, voltados para mulheres negras que são a maioria entre as trabalhadoras de cozinhas coletivas e comunitárias**; e 3) integração do ciclo campo e cidade, onde os alimentos produzidos no campo pela agricultura familiar e pequeno agricultor e das feiras, quintais e hortas urbanas e periurbanas abastecem as Cozinhas Solidárias com alimentação saudável e de alto valor nutricional nas cidades (Brasil, 2023c, p. 9, grifo nosso).

A práxis das Coordenadoras do MTST na geração de emprego e renda e no provimento alimentar para famílias chefiadas por mulheres negras, por meio das Cozinhas Solidárias, é referência para o referido projeto de lei. Inclusive no que diz respeito à manutenção da “parceria da roça com a favela para um apoio mútuo”, pois há a compreensão de que, para fortalecer o trabalho dos pequenos agricultores, é necessário democratizar a alimentação saudável nas periferias urbanas brasileiras (Ribeiro, 2022, p. 197). Razão pela qual o Projeto de Lei nº 491/2023 (Brasil, 2023c) estabeleceu vínculo entre o Programa de Cozinhas Solidárias e a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para garantir, inicialmente, ao menos 30% (trinta por cento) da compra de alimentos da agricultura familiar – com prioridade para assentamentos quilombolas e indígenas, bem como alimentos orgânicos e agroflorestais. A meta de progressividade previa, ainda, que com a retomada das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, as Cozinhas Solidárias fossem abastecidas com 70% (setenta por cento) de alimentos do PAA.

Adiante, o Deputado Federal Guilherme Boulos foi designado relator do Projeto de Lei nº 2920/2023 (Brasil, 2023e), de autoria do Poder Executivo, que recriou o Programa de Aquisição de Alimentos em âmbito nacional. Nessa toada, apresentou emenda substitutiva para aliar a recriação do referido Programa à instituição do Programa de Cozinhas Solidárias (Piovesan; Siqueira, 2023). Em 7 de julho de 2023, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei em regime de urgência constitucional. Desse processo, resultou a publicação da Lei Federal nº 14.628, de 20 de julho de 2023 (Brasil, 2023d), que prevê apoio estatal – antes inexistente – às Cozinhas Solidárias e Cozinhas Coletivas, por meio da destinação de verba para custeio e pessoal e do fomento aos sistemas locais de abastecimento de alimentos, inclusa a aquisição de alimentos da agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana.

Ainda que não seja possível aferir o resultado concreto do apoio estatal às iniciativas, haja vista a publicação recente da legislação que criou o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, é possível inferir que passamos a contar com um equipamento público de segurança alimentar e nutricional com potencial de reconhecer em toda sua cadeia a prioridade de

empregar, gerar renda e alimentar famílias chefiadas por mulheres negras periféricas, na contramão da insuficiência de uma perspectiva universalista de política pública que não considerava os marcadores sociais da diferença de gênero, raça, classe e território para aplacar a fome urbana.

### **3.4 “Pra que cada um tenha um pedaço de terra pra plantar e pra morar”: a Soberania Alimentar Periférica**

A partir da pandemia de covid-19, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto incorpora de forma mais contundente a soberania alimentar ao seu projeto político-societário. Originalmente, o conceito de “soberania alimentar” foi formulado por movimentos sociais do campo, que, em 1990, o cunharam em oposição ao conceito de “segurança alimentar”, que vinha sendo amplamente difundido por organismos multilaterais.

A compreensão desenvolvida pela Via Campesina, nessa oportunidade, foi a de apontar que os códigos do liberalismo no contexto da alimentação e da nutrição fornecem uma gestão permanente na fome, sem contribuir para sua erradicação. Dito isto, “segurança alimentar/adequação nutricional/equilíbrio calórico” contribuíram somente para adiar a promessa do fim da fome. Ao passo que a soberania alimentar seria “o direito de ter direitos sobre o sistema alimentar”, de forma a promover a liberdade de um povo e também de visibilizar os sujeitos – camponeses, povos originários e tradicionais - que produzem esses alimentos. (Vradis *et al.*, 2021)

A definição cunhada pela Via Campesina, contudo, possui limites para tratar sobre a realidade urbana. Pois resume as moradoras da cidade ao papel de “consumidoras” ou de “populações que devem participar de escolhas políticas agrícolas” – como cidadãs. Desconsidera a integração rural-urbana existente em práticas de agricultura urbana, no apoio a comunidades que sustentam agricultura e na produção e distribuição de refeições em periferias. (Vradis *et al.*, 2021, p. 126)

A necessidade de urbanizar e perifericizar o conceito de soberania alimentar perpassa a compreensão do alimento como direito humano, e não como mercadoria, de modo que a reforma agrária e a reforma urbana são pressupostos para garantir o acesso à terra e, a partir disso, fomentar sistemas agroalimentares que conectem campo e cidade no plantio, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. De modo a promover vínculos cooperativos e colaborativos que enfrentem as desigualdades sociais e seus efeitos vivenciados no campo e na cidade.

Por meio de Boletins das Cozinhas Solidárias, o MTST difunde seu acúmulo sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada com quem frequenta seus espaços comunitários. No Boletim nº 03 é possível extrair seu conceito de soberania alimentar, que compreende:

O direito de toda a população de ter acesso a alimentos saudáveis, de forma regular e sustentável, valorizando a produção e o mercado locais, a autossuficiência, a sustentabilidade e a autonomia das comunidades. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável (MTST, [2021a]).

O material destaca, ainda, a importância da agricultura familiar para alimentar o nosso país, uma vez que é responsável por 70% dos alimentos consumidos. E destaca que a luta por uma alimentação rica em nutrientes, balanceada e completa é “pra valer”.

Figura 7 – Boletim das Cozinhas Solidárias nº 3

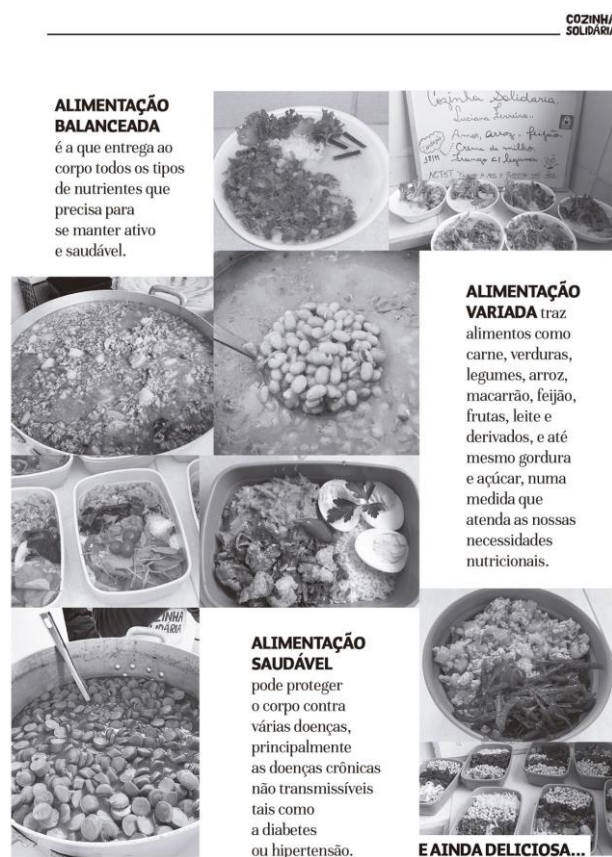


Fonte: material cedido pelo MTST ([2021a]).

Na sequência, o Boletim nº 4 classifica a alimentação balanceada – rica em nutrientes e promotora de saúde –, a alimentação variada – que diversifica alimentos nas refeições incluindo

carnes, verduras, legumes, arroz e feijão –, e a alimentação saudável – aquela que previne doenças crônicas transmissíveis como diabetes ou hipertensão.

Figura 8 – Boletim das Cozinhas Solidárias nº 4



Fonte: material cedido pelo MTST ([2021b]).

Além de conceituar soberania alimentar e enunciar os elementos de uma alimentação adequada, o movimento social utilizou os boletins para informar a população sobre o desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional no Governo Bolsonaro - a exemplo do fim do Programa de Aquisição de Alimentos, da extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e dos Bancos de Alimentos.

Na “Oficina Gente é pra Brilhar, não pra Morrer de Fome”, o tema do Banco de Alimentos ressurgiu ao se pontuar a inacessibilidade econômica a alimentos nutritivos e inerentes à cultura alimentar brasileira pela maioria da população, como é o caso do arroz e feijão:

Juliana: Qual que é a comida básica do brasileiro? Feijão e arroz. A gente só não tem uma desnutrição maior no Brasil, porque a gente come arroz e feijão, mas tá 25 reais. E vai dar pra um mês ou um pouco mais, dependendo do tamanho da família.

Orador: Dá não...



Juliana: Pois é, tem uma comida que é nossa comida, que é do nosso prato desde sempre, que é nutritiva, que é o arroz e feijão, mas muita gente não tá conseguindo comer. Antigamente tinha um banco regulador, que segurava o preço desses alimentos, pra você poder comprar o arroz a 7 reais. Quando tinha uma seca, uma chuva muito grande e se perdia a safra, o governo tinha um estoque que era do governo, aí ele colocava no mercado e conseguia regular o preço. Hoje em dia esse estoque tá vazio. Não se garante mais a segurança alimentar, tá meio que cada um por si.

As Cozinhas Solidárias, progressivamente, foram incorporando outras iniciativas de produção e democratização do acesso a alimentos saudáveis, como é o caso das hortas urbanas do MTST. A produção de verduras, legumes e hortaliças sem veneno possibilitou o plantio e o preparo de alimentos orgânicos para a comunidade. De modo que as doações de cestas verdes de movimentos do campo deixaram de ser a única fonte de acesso a esses alimentos e o intercâmbio de experiências campo-cidade fomentou a agricultura urbana agroecológica associada às Cozinhas Solidárias.

Figura 9 – Boletim das Cozinhas Solidárias nº 8



**VOCÊ JÁ CONHECE AS HORTAS URBANAS DO MTST?**

Junto com as Cozinhas Solidárias, também estão sendo criadas e desenvolvidas hortas comunitárias! Elas já existem em São Paulo, Maceió e Brasília, e a ideia é expandir também este projeto pelo Brasil, num trabalho pioneiro, voltado para a agroecologia e sustentabilidade, multiplicando pontos de luta por uma alimentação mais saudável e acessível para todo o povo.

As hortas produzem verduras, legumes e hortaliças, através do trabalho da comunidade, e contam com o Núcleo de Tecnologia do MTST para aprimorar mecanismos e recursos que facilitem os processos e aumentem ainda mais a qualidade dos alimentos. Ah, e eles são orgânicos, sem agrotóxicos! Porque aqui a luta é 100% coletividade e 0% veneno!

**Março: um ano de Cozinha Solidária!** Um ano do início de uma caminhada de afeto, acolhimento e resistência pelo direito à alimentação básica! **PARABÉNS A TODOS E TODAS QUE FAZEM O QUE O GOVERNO NÃO FAZ!**

Fonte: material cedido pelo MTST ([2022]).

Os saberes e fazeres das mulheres sem teto, nas Cozinhas Solidárias do MTST, lançam as bases para a tradução do direito humano à alimentação e nutrição adequada (DHANA) em

pretuguês (Pires, 2017). No âmbito da Constituição Federal, a inscrição do DHANA no artigo 6º, incorpora duas dimensões indivisíveis, quais sejam o direito a não ser acometido pela fome e de se alimentar de forma saudável e adequada às necessidades e culturas alimentares.

A jurista Thula Pires (2017), referência nos estudos sobre Teoria Crítica da Raça e Direito propõe que a Amefricanidade, de Lélia Gonzalez, impregne a concepção de direitos humanos a fim de propiciar a superação do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento, por meio de um diálogo intercultural que, a partir de epistemologias afrodiaspóricas e indígenas, expressem a multiplicidade de corpos e formas de viver que compõem a pluralidade do tecido social brasileiro e são negligenciadas pelas concepções abstratas e ahistóricas de direitos humanos.

Nessa toada, retoma que os direitos humanos, em sua história hegemônica, datam do século XX na Europa, quando foram conceituados enquanto legado dos direitos naturais de origem iluminista, privilegiando uma perspectiva universalista que produziu um padrão de humanidade incapaz de acessar as múltiplas possibilidades de ser, mesmo dentro das fronteiras europeias. A condição humana de viés moderno é, em suma, europeia, masculina, branca, cristã, heteronormativa, detentora dos meios de produção e sem deficiência (Pires, 2017, p. 3).

De igual sorte, importa frisar que a retórica dos direitos humanos não é mobilizada de forma desvinculada das estruturas de poder e da intencionalidade política eurocêntrica sob o sistema mundo moderno-colonial de gênero. Tem-se, em verdade, a continuidade de uma perspectiva de imposição de um modelo de desenvolvimento e de civilização a expensas dos implementados nas Américas, África e Ásia a partir de seus povos:

A eleição de direitos como liberdade, igualdade, segurança, felicidade e dignidade pelo projeto moderno europeu, precisa ser contextualizada com o desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de uma estrutura de dominação de matriz colonial escravista imposta pelo mesmo projeto moderno europeu às Américas, África e Ásia. A partir do discurso dos direitos humanos, o centro europeu pretendeu salvar do destino primitivo, selvagem, subdesenvolvido e pré-moderno a que estavam fadados aqueles por eles atribuídos como periferia (Pires, 2017, p. 3).

Ocorre que a universalidade, enquanto resposta ao relativismo cultural, reproduz também a hierarquização entre seres humanos, saberes e cosmovisões (Pires, 2017, p. 03), pois inexistente concepção de humanidade e de modo de vida neutra. A igualdade formal entre todos anunciada, portanto, encobre a garantia ao direito à diferença e mantém intocado o desenvolvimento do projeto de dominação colonial.

No campo das Teorias Críticas dos Direitos Humanos, Joaquin Herrera Flores (2009) apresenta importante contribuição para romper com o binômio de exclusão mútua entre

universalidade e relativismo cultural. Para o autor espanhol, os direitos humanos são compreendidos como produtos culturais, como conquistas históricas, forjadas nas lutas sociais e nas reivindicações de sujeitos de direito. A busca pela dignidade decorre do acesso a bens materiais e imateriais para se viver de forma digna, de modo que os direitos virão depois das lutas por acesso aos bens (Flores, 2009, p. 34).

Enquanto produtos culturais, os direitos humanos são resultados sempre provisórios das lutas sociais por dignidade e esta, por sua vez, é fim material que se concretiza no acesso igualitário e generalizado aos bens que fazem com a que a vida seja digna de ser vivida. São os processos de luta que reivindicam, constituem e efetivam verdadeiramente os direitos humanos, que não se resumem a sua positivação pelo Estado ou organismos internacionais multilaterais (Flores, 2009, p. 37).

O universalismo abstrato é rejeitado, uma vez que desconsidera o contexto cultural em que os direitos humanos estão inseridos (Flores, 2009, p. 208). E, nessa recusa ao universalismo abstrato/universalismo a priori, o autor não sucumbe ao relativismo cultural, pois propõe a contextualização do universalismo a partir das situações que permitem identificar aspectos comuns e generalizantes de direitos (Flores, 2009, p. 22-23).

Dotado de contextualização, o universalismo a posteriori/universalismo de chegada, que Herrera Flores (2009) elabora, é decorrente da interculturalidade e do convívio interpessoal como meio impulsionador de um poder constituinte difuso que resulte em generalidades compartilhadas e não em exclusões (Flores, 2009, p. 164).

É em diálogo com as Teorias Críticas dos Direitos Humanos, em especial com a perspectiva emancipatória e historicizada de universalismo de Herrera Flores e da dimensão política dos direitos humanos de Costas Douzinas, que Thula Pires reconhece a importância de

Não apenas determinar os direitos humanos a partir de seres concretos e plurais como atentar para que não sirva de pretexto para legitimar novas violações. No lugar de ideias que escamoteiam a realidade e retiram da esfera do político as instituições centrais do capitalismo global neoliberal, a dimensão política é reabilitada e radicalizada (Pires, 2017, p. 5).

A autora brasileira compreende que a disputa pelos direitos humanos perpassa, em verdade, pela negociação de quais humanidades encontram amparo nos modos de governar e quais são excluídas ou permanentemente sujeitas a violações de direitos. É necessário, portanto, despir os direitos humanos do universalismo abstrato e da pretensa neutralidade, para construir meios de politização sobre o que está em jogo na humanidade reivindicada, as inclusões, exclusões e formas de conviver, que desconstruam/reconstruam as subjetividades da ordem da

branquitude, masculinidade e eurocentrismo. Afinal, na tradição moderno colonial, é o sujeito soberano (branco, masculino, heterossexual, cristão e sem deficiência) que é base do conceito de humanidade (Pires, 2017, p. 8).

Pensar a construção de direitos humanos na e a partir da América Latina propicia, em síntese, uma abertura epistêmica às múltiplas formas de ser, estar e bem- viver, questiona a produção de centro e periferia e o local geográfico e social que os rostos e corpos amefricanos ocupam e “ajuda a compor uma noção de direitos humanos que consiga dar conta das múltiplas possibilidades de ser humano e estar na natureza” (Pires, 2017, p. 13).

Na explosão criativa da experiência amefricana e ameríndia que resistiu historicamente às incursões coloniais e escravagistas em seus modos de vida e territórios, se tem a potência da redefinição dos direitos humanos:

Nesses termos, acredita-se que a categoria de amefricanidade pode oferecer novas possibilidades para redefinir os direitos humanos. **Tomando a noção de liberdade a partir das experiências de resistência amefricana e ameríndia no continente latino-americano, pode-se oferecer conteúdos que ultrapassem uma visão individualista e liberal do conceito**, oferecendo respostas alternativas a problemas como: política de drogas, violência doméstica e maternidade no cárcere, para dar alguns exemplos. (...) Ainda nessa linha, a **presença marcadamente feminina e negra nos seculares processos de luta por moradia no Brasil oferece também conteúdos muito mais amplos para esse direito, assim como é capaz de interpelar a noção de propriedade para além da dimensão liberal- capitalista** a que continua circunscrita (Pires, 2017, p. 10, grifo nosso).

Salta aos olhos que, em que pese não se proponha a pensar aplicações específicas da categoria político-cultural de amefricanidade para os direitos que exemplifica, Thula Pires (2017) destaca o direito à moradia e o direito à cidade no rol de direitos sistematicamente negados à população negra brasileira. E oferece pistas de que, além de demonstrar a ineficácia ou mesmo a violação do direito humano à moradia adequada e à cidade perpetrada pelo Estado de herança moderno-colonial escravista, as experiências de resistências amefricanas e ameríndias propõem reconceituar o próprio conceito de propriedade, rompendo com a dimensão liberal-capitalista.

A organização coletiva das mulheres negras no movimento social de moradia inaugura uma capacidade instituinte de múltiplos direitos humanos às suas comunidades. Em pesquisa realizada sobre a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil, a partir de estudo de caso de lideranças femininas negras em Gamboa de Baixo (Bahia), Keisha-Khan Perry observa a prevalência de trabalhadoras domésticas nas mobilizações de lutas do bairro:

Trabalhadoras domésticas são cruciais para o desenvolvimento da liderança feminina como resultado do conhecimento obtido como “outsiders-within”. Essas mulheres têm interesses comuns enquanto trabalhadoras; **sua experiência de trabalho afeta a subsistência dos seus lares. Mais importante, as mulheres negras pobres escolhem se organizar como moradoras do bairro, ao invés de como trabalhadoras, porque entendem que a dominação no trabalho doméstico, opressiva por si mesma, não deve ser preservada.** Em seu movimento social para melhorar seu bairro, elas demandam melhorias em suas condições sociais, principalmente, por acesso à educação que as preparará para outras áreas de emprego. As ações políticas descritas neste livro são corajosas, mas, **difficilmente são o que se espera de mulheres que trabalham principalmente como domésticas e babás. Desafiando expectativas, elas são invisíveis no trabalho doméstico, mas visíveis nas associações de bairro.** Assim, o trabalho doméstico oferece o conhecimento e a sabedoria necessários para entender o racismo sexista antinegro e sistêmico, assim como para organizar a luta contra a expulsão das terras do bairro. **O bairro, e não o local de trabalho, oferece possibilidades de libertação.** Relacionado a isso está a centralidade do candomblé como uma força política e social nas comunidades negras, particularmente, a importância espiritual atribuída ao meio ambiente (Perry, 2022, p. 205-206, grifo nosso).

A observação da autora vai ao encontro da principal ocupação exercida pelas mulheres sem teto no Distrito Federal. Trabalhadoras domésticas e dos cuidados, elas optaram por se organizar no movimento de luta por direito à cidade, sem experiência prévia com atuação em sindicatos ou associações de trabalhadoras domésticas. Sua luta é, portanto, para cuidar e ser cuidada por sua própria comunidade.

Diante das omissões estatais, são as cozinhas e as hortas urbanas mantidas pelas mulheres sem teto que alimentam as comunidades de Planaltina e Sol Nascente. Desta forma, enquanto as mulheres amefricanas são as sujeitas dessas iniciativas comunitárias, as cozinhas e as hortas são os espaços privilegiados de suas lutas por dignidade e reivindicação do acesso a bens materiais e imateriais para uma vida digna de ser vivida. De outro giro, verifica-se uma subversão do estereótipo racista da “mãe preta” e uma reinvidação direta da humanidade das lideranças e do povo negro em geral que constrói e se alimenta a partir dessas iniciativas comunitárias. O direito humano à alimentação e à nutrição adequada é produzido, nesse contexto, não a partir da positivação do direito pelo Estado, mas sim a partir da reivindicação de sua concretização no território (Flores, 2009; Pires, 2017).

O que é mediatizado pelo reconhecimento das cozinhas e das hortas como espaços de territorialidade e ancestralidade feminina negra. Ao realizar estudo sócio-histórico sobre o trabalho de cozinheiras negras brasileiras, a socióloga Taís de Sant’anna Machado (2022) destaca a agência de mulheres negras no trabalho culinário doméstico e profissional, com foco no “enxergar o cozinhar como ferramenta de ação social e política de mulheres negras de diferentes formas” (Machado, 2022, p. 253). A autora vislumbra a formação de redes de

sociabilidade, afeto e apoio entre essas cozinheiras e as suas comunidades, que passaram a ser alvo de violências em âmbito doméstico e criminalização ao ocupar o espaço público:

As condições de intimidade monstruosa do trabalho doméstico ou o controle e a repressão estatal das atividades comerciais nas ruas também tinham como objetivo romper e criminalizar laços de solidariedade entre essas mulheres, como os da população negra em geral (Machado, 2022, p. 278).

Exemplos de estratégias de sobrevivência geridas por essas mulheres em torno do ato político e cotidiano de cozinhar são a sociabilidade negra e o contato com os quilombos por meio da troca de bilhetes nos tabuleiros das ganhadeiras que ocupavam os primeiros núcleos urbanos; a troca de dicas entre as trabalhadoras domésticas sobre como se portar em um ambiente de trabalho eminentemente opressor; e a estratégia de fazer mais comidas nas casas em que trabalham para levar as sobras das refeições e alimentar seus filhos, driblando a fome em suas residências (Machado, 2022).

Mulherizar, racializar e periferizar o conceito de soberania alimentar é desvelar a agência feminina negra presente em diversas fases dos sistemas alimentares que produzem “comida de verdade” na cidade. A “comida de verdade”, por sua vez, é aquela produzida em harmonia com a biodiversidade e os biomas locais, com protagonismo das mulheres, respeito à ancestralidade negra e indígena, de modo a promover o diálogo intercultural entre as memórias alimentares que constituem a alimentação da população brasileira (PACS, 2019).

No caso da agricultura urbana, muitas mulheres utilizam seus quintais para cultivar hortas, plantas medicinais e pequenos animais, motivadas por preocupação com a saúde e a alimentação de suas famílias. São linha de frente de iniciativas locais que, embora não sejam inicialmente reivindicadas como “agroecológicas”, guardam diversas semelhanças com os princípios agroecológicos. O papel das mulheres no cultivo e no preparo de alimentos que possibilitam a vida em sociedade não pode ser olvidado:

É importante reconhecer que a cozinha também se constitui em um importante espaço de resistência das mulheres frente às iniciativas de mercantilização, padronização e desterritorialização da comida, à medida que resgata e preserva o nosso rico patrimônio alimentar, salvaguardando as memórias, os saberes e as identidades (PACS, 2019, p. 28).

No caso da Horta da Cozinha Solidária do Sol Nascente, como vimos, a iniciativa partiu da coordenadora Jurailde que vislumbrou no plantio de ervas medicinais uma forma de prevenir o contágio pela covid-19 e de cuidar de sua comunidade. Quando a coordenadora diz que “a horta é vida! Eu planto alface e planto remédio também”, ela dispõe à comunidade do Sol Nascente seus conhecimentos de plantio de hortaliças – que promoverão refeições balanceadas,

variadas e saudáveis –, assim como de ervas que foram destituídas de seus usos medicinais e terapêuticos.

A proposição de um Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada em Pretuguês dialoga diretamente com a necessidade de superar o colonialismo – que produz a um só tempo a colonialidade alimentar (Herrera-Miller, 2016) e o colonialismo jurídico (Pires, 2019) – e descolonizar os saberes e sabores. No plano normativo, o empreendimento colonial se traduz em um sujeito de direito branco, cisheteronormativo, proprietário e cristão e promove a exclusão material, subjetiva e epistêmica de povos subalternizados.

Ao retomar a fala da coordenadora Maria Zezé, na inauguração da Cozinha Solidária de Planaltina, vislumbramos uma concepção de direito à terra e à cidade que transcende o viés liberal-capitalista e assume contornos coletivistas comunitários, que partem de uma relação harmônica entre a humanidade e a natureza à qual pertencemos e vislumbra no direito à terra a realização de outros direitos:

A gente segue nessa luta também pelo direito à cidade, direito à moradia e pelo direito à terra, **pra que cada um tenha um pedaço de terra pra plantar e pra morar, porque a terra é que é dona de nós, não tem ninguém que é dono da terra** (Entrevista 01 – Maria Zezé, grifo nosso).

O potencial descolonizador existente na iniciativa das Cozinhas Solidárias do MTST reside, justamente, na constituição de um sujeito coletivo de direito (Sousa Júnior, 2011) que é feminino, negro e periférico como Jurailde e Maria Zezé, e que enfrenta o agronegócio à medida que fomenta a agroecologia urbana, o vínculo entre campo e cidade para a produção de alimentos saudáveis, e a solidariedade de classe em contraponto à mercadorização e desterritorialização dos povos e da alimentação. As mulheres sem teto, portanto, criam um direito humano à alimentação associado à reivindicação de teto para morar, plantar e alimentar sua comunidade, demonstrando a indissociabilidade dos direitos humanos e transpondo a zona do não-ser e das violências epistêmicas (Pires, 2019) a partir da experiência amefricana acumulada na diáspora negra.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: **quais as percepções das Coordenadoras do MTST sobre a influência de gênero, raça e classe na vivência da fome e nas políticas públicas que visam combatê-la?**

Para tanto, se debruçou sobre a trajetória das mulheres sem teto participantes da pesquisa e sua relação com o ingresso na luta coletiva por direitos, sobre os saberes e fazeres dessas mulheres no combate à fome e, por fim, sobre os elementos constitutivos de um projeto de soberania alimentar periférico instituinte do Direito Humano à Alimentação em Pretuguês.

Inicialmente, identificou-se que a totalidade das Coordenadoras do MTST no Distrito Federal já atuaram como trabalhadoras domésticas, sendo registradas também as ocupações de catadoras de materiais recicláveis, trabalhadoras autônomas e informais. Elas relacionam a presença majoritária de mulheres negras no movimento social à sobrecarga de trabalhos de cuidados produtivos e reprodutivos e ao ímpeto de “sair do aluguel” para garantir comida de qualidade e melhores condições de vida para si e seus filhos.

Antes mesmo da pandemia, as Coordenadoras afirmam que o movimento social já era produtor de segurança alimentar e nutricional, tendo em vista que fornecia três refeições diárias aos acampados – café da manhã, almoço e jantar. E, para além de um espaço de alimentação, as cozinhas assumiam o papel de recepcionar as reuniões de coordenação e de assembleias do movimento, sendo territorialidade da racionalidade afetiva e do fazer político de mulheres negras e, portanto, “coração e cérebro” do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

Inspirada nas cozinhas das ocupações, as Cozinhas Solidárias surgem na pandemia de covid-19 como equipamentos de distribuição de almoço grátis e realização de rodas de cuidado em saúde, profissionalização, reforço escolar, dentre outros. Naquelas cozinhas instaladas em centros urbanos, o público atendido é a população em situação de rua e os trabalhadores de aplicativos – com predomínio do atendimento de homens negros –, nas cozinhas instaladas nas periferias, por sua vez, a presença de mulheres negras, mães solas, idosos e crianças se intensifica.

No tocante às políticas públicas, as Coordenadoras apontam um baixo atendimento de mulheres negras chefes de família e seus filhos nos Restaurantes Populares. O que se deve à precarização de suas vidas, que as impossibilita de arcar com os custos do transporte público até à proximidade dos centros comerciais onde estão instalados e de arcar com os custos das refeições de si e de seus filhos.



Não somente a ausência de gratuidade das refeições difere um Restaurante Popular – nomeado popularmente como “Rorizão” no DF – das Cozinhas Comunitária e Solidária. Já que a maior proximidade aos serviços socioassistenciais ou, no último caso, do local de residência da população, amplia o acesso por usuárias deste perfil social.

As Cozinhas Solidárias, contudo, superam as Cozinhas Comunitárias no viés do protagonismo social da comunidade. Não se tratam de iniciativas gestadas por indivíduos externos à comunidade, mas sim por quem vive na mesma quadra e come da mesma comida. Razão pela qual a qualidade do alimento é outra, são distribuídas refeições balanceadas, saudáveis e culturalmente adequadas. Bem como são constituídas redes de solidariedade próprias de cada Cozinha Solidária, que alimentam a luta por condições de vida digna e fomentam a mobilização territorial permanente para o acesso a bens materiais e imateriais.

Nesta toada, a presente dissertação desagua no Direito Humano à Alimentação em Pretuguês e desvela seus pressupostos a partir do protagonismo das Coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. A realização desse direito requer, inicialmente, o acesso à terra por meio da efetivação de reformas agrária e urbana, para mitigar a dívida fundiária histórica do Estado brasileiro com a população negra e indígena de nosso país e possibilitar a territorialização das comidas a partir do resgate da territorialização dos povos.

A experiência das Coordenadoras do MTST-DF, portanto, é ilustrativa da importância da territorialização de suas comunidades para a produção de alimentos sem veneno e culturalmente adequados. São seus corpos-territórios, femininos e negros, que enfrentam o genocídio alimentar em curso em nosso país, com prevalência de fome, obesidade, diabetes e hipertensão entre a população negra. São elas que plantam e colhem hortaliças, legumes e ervas medicinais de suas Hortas Urbanas agroecológicas e temperam, com afeto, as refeições servidas de forma gratuita e diária nas Cozinhas Solidárias.

A pressão para que o Estado reconheça a iniciativa como política pública partiu do caráter territorial anticapitalista do MTST na reivindicação de tecnologias ancestrais amefricanas e da própria humanidade de quem as desenvolve. A valorização do trabalho comunitário feminino e negro, porém, não pode vir acompanhada da romantização ou naturalização das desigualdades de gênero, raça e classe que o fundam.

Razão pela qual, além de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as Cozinhas Solidárias do MTST deveriam servir de referência ao Estado para a construção de uma Política Nacional de Cuidados, que envolvesse os homens na distribuição dos trabalhos reprodutivos no seio das famílias e das comunidades, de forma que as mulheres negras periféricas fossem reconhecidas como sujeitas do cuidado para além de cuidadoras.

Ainda que o presente trabalho não tenha se proposto a aprofundar a reflexão sobre políticas públicas de cuidados, o diálogo com as lideranças, a observação participante e as reflexões formuladas a partir delas, permitem afirmar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto luta e cria condições para uma outra reprodução social negra e periférica.

O que as Cozinhas Solidárias possuem de “novo” é somente o reconhecimento estatal. O mesmo Estado que, a partir de suas heranças moderno-coloniais, produz a fome, foi pressionado a reconhecer a soberania alimentar produzida pela reconstrução do tecido comunitário realizada pelo maior movimento urbano brasileiro. Conclui-se que, em cada Cozinha Solidária, pulsa a resistência negra coletiva contra a escravização, o extermínio e a desumanização do povo negro, pobre e periférico, razão pela qual elas se apresentam como forma político-cultural da luta ancestral por libertação negra para plantar, morar, trabalhar e alimentar suas comunidades com dignidade.

## REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. Comida y colonialidad: Tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. **Calle 14**: Revista de investigación en el campo del arte, Bogotá, v. 4 n. 5, p. 10-23, jul./dic. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279021514002>. Acesso em: 15 ago. 2023.

AFRIKA, Llaila. **Nutricide**: Nutritional Destruction of Black People. Pennsylvania: EWorld, 2013.

ALMEIDA, Isadora Helena Alves de. **Territorialidades do nutricídio**: decolonizando o direito à alimentação adequada. 2023. 49 f. Monografia (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

APARICIO, Matías Javier; BILBAO, Sofía; VALENZUELA; María Macarena Saenz; ATTIAS, Taly Barán. Entre barbijos, ollas populares y grupos de WhatsApp: mujeres, salud y cuidados ante el covid-19 en los barrios del Gran Buenos Aires, Argentina 2020. **Tessituras**: Revista de Antropología e Arqueología, v. 8, n. 1, p. 279-301, 2020. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/120478>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ARAÚJO, Valmir. Casas chefiadas por mulheres negras no DF têm insegurança alimentar três vezes maior. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/23/casas-chefiadas-por-mulheres-negras-no-df-tem-inseguranca-alimentar-tres-vezes-maior>. Acesso em: 10 ago. 2023.

AZEVEDO, Elaine. Colonialidade alimentar. *In*: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. p. 309-316.

BERNARDINO COSTA, Alexandre. **Austeridade**: uma prática perigosa. [S. l.: s. n.]: [2023?]. No prelo.

BORGES, Charlene. Maternidade negra, ética do cuidado coletivo e políticas públicas. **Geledes: Justificando**, [s. l.], 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/charlene-borges-maternidade-negra-etica-de-cuidado-coletivo-e-politicas-publicas>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BOULOS, Guilherme. Cozinhas Solidárias: fazendo o que o governo não faz. **IREE**, [s. l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <https://iree.org.br/cozinhas-solidarias-fazendo-o-que-o-governo-nao-faz/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm/). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Brasília, DF:

Presidência da República, 2023d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm/). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Restaurante Popular. **Gov.br**, Brasília, DF, [2023a]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-restaurante-popular>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Cozinha Comunitária. **Gov.br**, Brasília, DF, [2023b]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-cozinha-comunitaria>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 491/2023**. Fica instituído o Programa Cozinha Solidária, que dispõe sobre a distribuição de alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo a população em situação de rua, visando a promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023c. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2235006&filename=PL%20491/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2235006&filename=PL%20491/2023). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2920/2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023e. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2283398&filename=PL%202920/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2283398&filename=PL%202920/2023). Acesso em: 10 ago. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BURITY, Valéria Torres Amaral. Conceito e base legal do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA). *In*: BURITY, Valéria Torres Amaral; ESCRIVÃO FILHO, Antônio; MONTEIRO, Roberta Amanajás; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **O Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas: enunciados jurídicos**. Brasília, DF: FIAN Brasil: O Direito Achado na Rua, 2021. p. 39-50. Disponível em: [https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Enunciados\\_Eletronico\\_.pdf](https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Enunciados_Eletronico_.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

CASTRO, Josué de. A Fome. **Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA**, Juiz de Fora, c2021. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/art\\_fome.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/art_fome.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Todavia, 2022.

CONSEQUÊNCIAS da Fome | Auditório 2. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (210 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uHwHpC3NPxc&list=PL91vr8onFZljssJ2UBzEkvIlepPjhldEw&index=11>. Acesso em: 10 ago. 2023.

COSTA, Deborah Cavalcante Duarte de. **Luta e organização popular: o crescimento do MTST em São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DESIGUALDADE e racismo: fatores de risco para incidência de doenças crônicas na população negra. **ACT Promoção da Saúde**, [s. l.], 25 jun. 2021. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/desigualdade-e-racismo-fatores-de-risco-para-incidencia-de-doencas-cronicas-na-populacao-negra/18954/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DIEESE. **Trabalho doméstico no Brasil**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022. Infográfico. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Relatório da II Pesquisa de Identificação e Percepção Social dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal**. Brasília-DF: SEPLAG/CODEPLAN, maio 2018 Disponível: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/II-Pesquisa-de-Identifica%C3%A7%C3%A3o-e-Percep%C3%A7%C3%A3o-Social-dos-Usu%C3%A1rios-dos-Restaurantes-Comunit%C3%A1rios-do-Distrito-Federal-2018.pdf>.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, António Casimiro. **Política e Sociedade: teoria social em tempo de austeridade**. Porto: Vida Económica, 2016.

FJP. Centro de Estatística e Informação. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil por cor ou raça 2016-2019**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula de Oliveira. **Políticas da morte: covid-19 e os labirintos da cidade negra**. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 75-92, ago. 2020.

FLORES, Joaquin Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da; ALENCAR, Thiago Romão de. **Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social**. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [s. l.], v. 6, n. 10, p. 317-338, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.717>. Disponível em: <http://costalima.ufrjr.br/index.php/RTPS/article/view/717/1026>. Acesso em: 4 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA, 2003.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GICOVATE, Gaya Maria Vazquez. “Lugar de mulher é na cozinha”: biopolítica no espaço doméstico. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 259-280, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I. dos; PITO, J. D. Sediciosas formas de viver: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 184-208, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6896. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6896>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GÓIS, Tainã. **Teoria da Reprodução Social e Movimentos Sociais**: imbricando gênero, raça e classe para revalorizar as lutas sociais no campo da reprodução. *In*: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO, 15., 2021. **Anais [...]**. NIEP-Marx: Niterói, 2021. Disponível em: [https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC9\\_3.pdf](https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC9_3.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART, Débora. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**: Guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDY, Clarisa. **Hambre + dignidad = Ollas comunes**. Santiago: LOM Ediciones, 2020.

HERMANSON, Marcos. 33 milhões passam fome no Brasil, diz pesquisa. **O Joio e o Trigo**, [s. l.], 8 jun. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/06/33-milhoes-passam-fome-no-brasil-diz-pesquisa/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HERRERA-MILLER, K. De/colonialidad alimentaria Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. **Razón Y Palabra**, [s. l.], v. 20, n. 3\_94, p. 36-53, 2016. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/687/706>. Acesso em: 14 abr. 2022.

HOOKS, Bell. Constituir o lar: um espaço de resistência. In: HOOKS, Bell. **Anseios, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 102-117.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE. **Censo 2022**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2023.

INESC. **Mapa das Desigualdades**. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, abr. 2023. Disponível em: [https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mapa-das-desigualdades\\_Versao-digital.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mapa-das-desigualdades_Versao-digital.pdf). Acesso em: 10 maio 2023.

IPEDF. **Segurança alimentar no Distrito Federal**: um panorama sociodemográfico. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, jul. 2023. Disponível em: [https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/2023.07.21\\_SE-SegurancaAlimentar.pdf](https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/2023.07.21_SE-SegurancaAlimentar.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro   feminino. **LabCidade**, [s. l.], 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso 5 maio 2023.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No dilacerar do concreto: as histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de Joanesburgo (1955 – 1971)**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.

LIMA, Rafael Luz de. **A emergência do movimento dos trabalhadores sem-teto como novo sujeito coletivo de direitos em Brasília**. 2014. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

LOPES, Juliana Araújo. **Constitucionalismo brasileiro em pretuguês**: trabalhadoras domésticas e lutas por direitos. 2020. Disserta o (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y G nero: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). **G nero y descolonialidad**. Ciudad Aut noma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 13-42.

MACHADO, Bárbara Araújo. **A Formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (1978-2000)**: Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. **Lutas Sociais**, [s. l.], v. 22, n. 40, p. 23-35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46647>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46647>. Acesso em: 16 set. 2023.

MACHADO, Taís de Sant’anna. **Um pé na cozinha**: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil. São Paulo: Fósforo, 2022.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINS, Karoline Ferreira. **O direito que nasce da luta**: a construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

MEIRELES, Marina. ‘Juntas’, cinco mulheres estreiam mandato coletivo na Assembleia Legislativa de PE. **G1 Pernambuco**, Recife, 8 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/juntas-cinco-mulheres-estreiam-mandato-coletivo-na-assembleia-legislativa-de-pe.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

MELO, Ariele França de; REGO, Ferdinanda Fernandes Gurgel. Fome, Gênero e COVID-19: uma análise teórica e crítica da realidade brasileira. In: SILVEIRA, Jader Luís da (org.). **Demandas e Desafios das Políticas Públicas e Sociais**. Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022. v. 7. p. 121-136.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Anastácia – princesa bantu. **MNCR**, São Paulo, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/martires-da-luta/anastacia-2013-princesa-bantu>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MTST. **Boletim das Cozinhas Solidárias**, n. 3, [2021a]. Material impresso cedido.

MTST. **Boletim das Cozinhas Solidárias**, n. 4, [2021b]. Material impresso cedido.

MTST. **Boletim das Cozinhas Solidárias**, n. 8, [2022]. Material impresso cedido.

MTST. **Cartilha de princípios**. [S. l.]: MTST, 25 set. 2013. Disponível em: [https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst\\_cartilha](https://issuu.com/mtsemteto/docs/mtst_cartilha). Acesso em: 10 out. 2022.

MTST. Cozinhas solidárias do MTST. **MTST.org**, [s. l.], [2021c]. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MTST. Cozinha Solidária. **MTST.org**, [2021d]. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 14 abr. 2022.



NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Em torno de um pensamento oxunista: Ìyá descolonizando lógicas de conhecimento. **Revista de Filosofia Aurora**, [s. l.], v. 33, n. 59, p. 382- 397, 2021.

NUN, José. Superoblação relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 180-225, 1969. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/f2192af6-f657-4596-876a-a2e1ad3e84ed>. Acesso em: 16 set. 2023.

OCDE. **Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities**. OECD Publishing: Paris, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africanos para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Matripotência: Ìyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas [iorubás]. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **What Gender is Motherhood?: Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity** (Gender and Cultural Studies in Africa and the Diaspora). Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 57-92. Tradução para uso didático. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

PACS. **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2019.

PADRÃO, Susana Moreira; AGUIAR, Odaleia Barbosa de. **Restaurante popular**: a política social em questão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. e280319, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GhMHmCN6cTkmVhM9VGrZyRS/>. Acesso em: 16 set. 2023.

PAIXÃO, Cristiano. **30 anos**: crise e futuro da Constituição de 1988. **Jota**, [s. l.], 3 maio 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/30-anos-crise-e-futuro-da-constituicao-de-1988-03052018>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PATERNIANI, Stella. **Morar e viver na luta**: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2016.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil**: II VIGISAN - relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PEREYRA COUSIÑO, Brenda. Los significados del comedor popular: entre los intereses estratégicos y prácticos. In: JORNADAS DEL CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGACIONES EN GÉNERO, 4., 2016. **Actas** [...]. Ensenada: Universidad Nacional de La Plata, 2016.

PERRY, Keisha-Khan Y. **Daqui não saio, daqui ninguém me tira**: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil. Tradução de Arivaldo Santos de Souza. Salvador: EDUFBA, 2022.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília, DF: IPEA; OIT, 2021.

PIOVESAN, Eduardo; SIQUEIRA, Carol. Relator apresenta parecer sobre projeto que recria o Programa de Aquisição de Alimentos. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/973512-relator-apresenta-parecer-sobre-projeto-que-recria-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Direitos humanos traduzidos em pretuguês**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935\\_ARQUIVO\\_Texo\\_completo\\_MM\\_FG\\_ThulaPires.pdf](https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935_ARQUIVO_Texo_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf). Acesso em: 4 maio 2022.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Latin American Studies Association**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 69-74, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no Campo Brasil**, [s. l.], v. 1, p. 109-117, 2009.

PRIMEIRA deputada empregada doméstica lança Frente Parlamentar em defesa dos direitos da categoria. **AleSp**, São Paulo, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?26/04/2023/primeira-deputada-empregada-domestica-lanca-frente-parlamentar-em-defesa-dos-direitos-da-categoria>. Acesso em: 10 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula. Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. p. 195-198.

RIEIRO, Anabel; CASTRO, Diego; PENA, Daniel; VEAS, Rocío; ZINO, Camilo. Tramas solidarias para sostener la vida frente a la COVID-19. Ollas y merenderos populares en Uruguay. **Revista de Estudios Sociales**, [s. l.], v. 78, p. 56-74, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/pdf/50534>. Acesso em: 4 maio 2022.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. **Cult**, [s. l.], 27 jan. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>. Acesso em: 4 maio 2022.

RODRIGUES, Douglas; BENEVIDES, Gabriel. Brasília completa 63 anos com a maior favela do país. **Poder 360**, [s. l.], 21 abr. 2023. <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-completa-63-anos-com-a-maior-favela-do-pais/>. Acesso em: 10 out. 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTANA, Raquel Leite da Silva. **O trabalho de cuidado remunerado em domicílio como espécie jurídica do trabalho doméstico no Brasil**: uma abordagem justrabalhista à luz da trilogia literária de Carolina Maria de Jesus. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

SANTOS, Cynthia. Contratada empresa para refeição no restaurante comunitário do Sol Nascente. **Secretaria de Desenvolvimento Social**, Brasília, DF, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/contratada-empresa-para-refeicao-no-restaurante-comunitario-do-sol-nascente/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SEGATO, Rita Laura. **Que cada povo teça os fios da sua história**: O pluralismo Jurídico em diálogo didático com legisladores. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 65-92, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24623>. Acesso em: 16 set. 2023.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST, 20 anos de história**: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SORDI, Denise de. As Cozinhas Solidárias como política de combate à fome e à pobreza. *Brasil de fato*, [s. l.], 12 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/12/cozinhas-solidarias-como-politica-de-combate-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SORDI, Denise de. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023a. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e92392. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/92392>. Acesso em: 17 set. 2023.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade**: O direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Movimentos sociais. A emergência de novos sujeitos – o sujeito coletivo de direitos. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB, 13., 1990. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Conselho Federal da OAB, 1990. p. 307-315.

SOUZA, Lene. **Pé no Barro**. São Paulo: Editora Funilaria, 2021

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar**: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18219/1/2014\\_IsisDantasMenezesZornoffTaboas.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18219/1/2014_IsisDantasMenezesZornoffTaboas.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675–1975. **Theory and Society**, Amsterdam, v. 4, p. 479-504, 1977. Disponível em:

[https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/43656/11186\\_2004\\_Article\\_BF00187423.pdf](https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/43656/11186_2004_Article_BF00187423.pdf). Acesso em: 16 set. 2023.

VÈRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VRADIS, Antonis *et al.* **Favela, resistência e a luta pela soberania alimentar**. Tradução: Timo Bartholl. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2021.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZACARIAS, Laysi da Silva. **Amefricanizando o amor: diálogos entre Bell Hooks e Lélia Gonzalez**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) –Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

## APÊNDICE A– ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

### 1) Apresentação da dinâmica e pactuação de regras de convivência

A facilitadora abrirá o grupo com uma breve fala que informa sobre: i. a realização da pesquisa, seus objetivos e benefícios que poderão advir; ii. o uso não individualizado do material qualitativo coletado; iii. o caráter voluntário da participação; iv. a não existência de respostas “certas” ou “erradas”; v) o pedido de permissão para gravar e tomar notas para viabilizar a coleta de dados.

### 2) Rodada de apresentação

Perguntas norteadoras: i. nome, idade, onde você nasceu; ii. há quanto tempo você atua no MTST ou frequenta a Cozinha Solidária;

### 3) Participação das mulheres no MTST e na Cozinha Solidária Maria da Penha

Perguntas norteadoras: i. por que vocês ingressaram na luta por moradia?; ii. qual o perfil (gênero, raça, idade, ocupação etc) das pessoas que constroem o movimento?; iii. o que mudou na vida de vocês com o ingresso na luta coletiva por direitos?; iv. Por que a luta por moradia é importante para as mulheres?; v. qual a importância da Cozinha Solidária para vocês?

### 4) Efeitos sociais da pandemia

Perguntas norteadoras: i. quais as principais dificuldades que vocês enfrentaram durante a pandemia?; ii. as tarefas domésticas se mantiveram, aumentaram ou diminuíram durante a pandemia, por quê?; iii. o desemprego se manteve, aumentou ou diminuiu durante a pandemia, por quê?; iv. a fome se manteve, aumentou ou diminuiu durante a pandemia, por quê? v. de quais formas a suspensão das aulas impactou as suas famílias?; v. qual a importância de ter uma Cozinha Solidária na comunidade de vocês?

### 5) Histórico das lutas coletivas

Perguntas norteadoras: i. quem aqui já conquistou a moradia?; ii. o que a conquista da moradia proporcionou na vida de vocês e suas famílias? iii. como vocês decidiram os nomes das

ocupações e da Cozinha Solidária?; iv. por que escolheram homenagear mulheres como Maria da Penha e Anastácia nesses espaços?; v. por que decidiram construir uma Cozinha coletiva nesse espaço?; vi. qual a importância de manter espaços coletivos após a conquista da moradia das famílias do MTST?

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

### **1) História de vida**

Perguntas norteadoras: i. Fale um pouco mais sobre você; ii. Onde você nasceu, em quais lugares já morou, se já mora em casa própria ou aluguel; iii. Qual sua idade, raça, orientação sexual, se tem filhos, se é casada ou solteira; iv. Quais empregos ou atividades já desenvolveu para sustentar a si ou a sua família?

### **2) Trajetória no MTST**

Perguntas norteadoras: i. Quando e como você conheceu o MTST? E o que te motivou a lutar por moradia?; ii. Qual a importância das Cozinhas nas Ocupações do Movimento?; iii. Como foi seu processo de atuação no MTST até entrar para a Coordenação do Movimento e/ou da Cozinha Solidária?; iv. Quais tarefas você tem atualmente no movimento?; v. Como é para você conciliar as tarefas no movimento e as tarefas domésticas (cuidado com a casa e familiares)?

### **3) Histórico das Cozinhas Solidárias do MTST-DF**

Perguntas norteadoras: i. Como e por quê foram idealizadas as Cozinhas Solidárias?; ii. Você considera que a Cozinha Solidária tem semelhanças com as cozinhas das ocupações que você participou? Por quê?; iii. Como foram escolhidos os lugares de instalação das Cozinhas Solidárias?

### **2) Percepções sobre fome e pandemia**

Perguntas norteadoras: i. Num país com tantas terras, como o Brasil, por que pessoas passam fome e não têm onde morar? Quem são os responsáveis por isso?; ii. De quais formas a pandemia impactou as condições de vida da sua comunidade? iii. Como a pandemia impactou sua vida, em relação às tarefas no movimento e em casa?

### **3) Práticas sociais das Cozinhas Solidárias durante a pandemia de COVID-19**

Perguntas norteadoras: i. quantas refeições são distribuídas diariamente pelas Cozinhas Solidárias? ii. qual o perfil das pessoas que trabalham na Cozinha (gênero, raça, idade etc)? Qual o perfil das pessoas que se alimentam nas Cozinhas (gênero, raça, idade etc)?; iii. São

realizadas outras atividades nas Cozinhas além da distribuição de alimentos? Fale um pouco mais sobre elas; iv. Qual a importância das atividades desenvolvidas nas Cozinhas para as comunidades atendidas?

#### **4) Cozinha Solidária, Luta Política e Políticas Públicas**

Perguntas norteadoras: i. Quais as principais dificuldades para manter as Cozinhas Solidárias?; ii. As Cozinhas Solidárias contam com apoio do Estado para funcionar (doação de alimentos e/ou verba para contratação de pessoal)?; iii. Há semelhanças ou diferenças entre as Cozinhas Solidárias e os “Rorizões” (Restaurantes Populares)? iv. O que o Estado pode aprender com a Cozinha Solidária do MTST?; v. As Cozinhas Solidárias deveriam reconhecidas e apoiadas pelo Estado como política pública?



## ANEXO A – RESPOSTA VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – GDF



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional  
Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

Despacho - SEDES/SEEDS/SUBSAN/CSAN

Brasília-DF, 26 de maio de 2023.

À Ouvidoria,

1. Faz-se referência ao Memorando Nº 281/2023 - SEDES/GAB/OUVIDORIA (113263919), acerca da Solicitação de Informação LAI-008305/2023 (113263872), enviada a Ouvidoria por meio do Sistema do Serviço de Informação ao Cidadão SIC-DF, no dia 22/05/2023. O cidadão requer acesso a várias informações referentes a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme tópicos discriminados abaixo.
2. Cabe destacar que a maioria das informações em apreço encontram-se disponíveis no Portal de Transparência do Distrito Federal ou no sítio eletrônico desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES).
3. Isto posto, seguem abaixo os questionamentos realizados e as respectivas respostas ou sítios eletrônicos onde as informações encontra-se disponíveis para consulta pública.

a) Quantas refeições foram fornecidas pelos Restaurantes Comunitários entre 2020 e 2023? Especificar o número de cafés da manhã, almoço e jantar por Restaurante Comunitário. Segue abaixo a média:

Restaurante Comunitário	Descrição (Qtde)	2020	2021	2022	2023
		Total	Total	Total	Janeiro a Abril
Brazlândia	Almoço	509.504	597.394	616.485	212.987
	PSR	-	1.001	6.068	4.382
	Café	50.783	55.073	65.164	21.034
	<b>Total</b>	<b>560.287</b>	<b>653.468</b>	<b>687.717</b>	<b>238.403</b>
Ceilândia	Almoço	725.699	758.242	828.898	25.7968
	PSR	98	19.594	78.842	38.308
	Café	-	24.556	142.097	46.994
	<b>Total</b>	<b>725.797</b>	<b>802.392</b>	<b>1.049.837</b>	<b>343.270</b>
Estrutural	Almoço	425.206	545.333	587.799	174.677

	PSR	196	3.785	8.504	7.682
	Café	-	18.730	83.101	32.662
	<b>Total</b>	<b>425.402</b>	<b>567.848</b>	<b>679.404</b>	<b>215.021</b>
Gama	Almoço	509.181	536.741	540.794	167.909
	PSR	3.701	38.096	96.058	31.120
	<b>Total</b>	<b>512.882</b>	<b>574.837</b>	<b>636.852</b>	<b>199.029</b>
Itapoã	Almoço	425.522	475.349	565.736	183.706
	PSR	-	1.064	4.527	2.114
	<b>Total</b>	<b>425.522</b>	<b>476.413</b>	<b>570.263</b>	<b>185.820</b>
Paranoá	Almoço	406.522	452.096	487.638	165.028
	PSR	286	3.104	21.094	15.009
	Café	34.181	43.843	54.785	25.895
	<b>Total</b>	<b>440.989</b>	<b>499.043</b>	<b>563.517</b>	<b>205.932</b>
Planaltina	Almoço	746.059	726.904	870.931	282.733
	PSR	-	6.524	34.246	29.034
	Café	-	-	91.362	31.443
	<b>Total</b>	<b>746.059</b>	<b>733.428</b>	<b>996.539</b>	<b>343.210</b>
Recanto das Emas	Almoço	456.439	551.664	616.090	202.635
	PSR	1.601	6.016	14.705	8.688
	<b>Total</b>	<b>458.040</b>	<b>557.680</b>	<b>630.795</b>	<b>211.323</b>
Riacho Fundo II	Almoço	500.736	573.561	542.321	178.875
	PSR	-	3.478	7.224	3.732
	<b>Total</b>	<b>500.736</b>	<b>577.039</b>	<b>549.545</b>	<b>182.607</b>
Sambambaia	Almoço	712.245	557.717	896.031	302.871
	PSR	-	1.780	6.749	3.914
	Café	-	18.098	106.966	48.162
	<b>Total</b>	<b>712.245</b>	<b>577.595</b>	<b>1.009.746</b>	<b>354.947</b>
Santa Maria	Almoço	441.430	508.188	453.063	143.439
	PSR	920	3.807	11.720	6.912
	<b>Total</b>	<b>442.350</b>	<b>511.995</b>	<b>464.783</b>	<b>150.351</b>
São Sebastião	Almoço	453.651	543.880	660.251	209.262
	PSR	-	4.220	17.640	13.920
	Café	-	21.967	128.487	47.273
	<b>Total</b>	<b>453.651</b>	<b>570.067</b>	<b>806.378</b>	<b>270.455</b>
Sobradinho II	Almoço	399.052	477.585	552.453	172.378

	PSR	1.433	4.775	7.590	3.672
	Café	-	637	73.264	29.836
	<b>Total</b>	<b>400.485</b>	<b>482.997</b>	<b>633.307</b>	<b>205.886</b>
Sol Nascente	Almoço	424.538	356.019	551.732	170.861
	PSR	-	2.748	5.208	2.408
	Café	-	29.905	131.231	46.039
	<b>Total</b>	<b>424.538</b>	<b>388.672</b>	<b>688.171</b>	<b>219.308</b>

\*PSR: pessoas em situação de rua

b) Quais empresas foram contratadas, entre 2020 e 2023, para gerir cada Restaurante Comunitário do Distrito Federal? Qual o valor contratado dos serviços prestados por empresa?

Tais informações podem ser obtidas no sítio eletrônico da SEDES, nos seguintes links:

- <https://www.sedes.df.gov.br/licitacoes-portarias-e-parcerias-em-2020/>
- <https://www.sedes.df.gov.br/licitacoes-portarias-e-parcerias-em-2021/>
- <https://www.sedes.df.gov.br/licitacoes-portarias-e-parcerias-2022/>

c) Qual o valor de subsídio do Governo do Distrito Federal por refeição dos Restaurantes Comunitários? Quanto do valor da refeição fica a cargo do consumidor final?

De uma forma geral, o custo do almoço para o público é de R\$ 1,00 (um real) e o café da manhã é servido ao custo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

No que diz respeito ao valor subsidiado pelo GDF, este varia de acordo com os respectivos contratos firmados entre a Administração Pública e as empresas especializadas para a prestação do serviço de alimentação para cada Restaurante Comunitário, a saber:

Restaurante Comunitário	Custo da Refeição para o GDF
1 Brazlândia	Café da manhã: R\$ 0,26 Almoço: R\$ 7,86
2 Ceilândia	Café da manhã: R\$ 0,60 Almoço: R\$ 5,80
3 Estrutural	Café da manhã: R\$ 0,60 Almoço: R\$ 6,14
4 Gama	Almoço: R\$ 6,60

5 Itapoã	Almoço: R\$ 7,73
6 Paranoá	Café da manhã: R\$ 0,04 Almoço: R\$ 7,86
7 Planaltina	Almoço: R\$ 5,24
8 Recanto das Emas	Almoço: R\$ 7,29
9 Riacho Fundo II	Almoço: R\$ 7,17
10 Samambaia	Café da manhã: R\$ 0,62 Almoço: R\$ 6,24
11 Santa Maria	Almoço: R\$ 6,32
12 São Sebastião	Café da manhã: R\$ 0,38 Almoço: R\$ 6,15
13 Sobradinho II	Café da manhã: R\$ 0,60 Almoço: R\$ 5,40
14 Sol Nascente	Café da manhã: R\$ 0,55 Almoço: R\$ 6,06

d) Tendo em vista que o Plano Plurianual de 2020-2023 previa metas de investimentos em Cozinhas Comunitárias, quanto efetivamente foi destinado de verba pública distrital, entre 2020 e 2023, para o fomento de Cozinhas Comunitárias, Cozinhas Solidárias e Cozinhas Populares?

Apesar da previsão de construção de cozinha comunitária constante do PPA 2020-2023, pág. 453, o projeto não foi implementado.

e) Quais políticas públicas e investimento orçamentário respectivo o Governo do Distrito Federal direcionou ao enfrentamento à fome no DF durante a pandemia de COVID-19? Especificar por categorias: distribuição de alimentos in natura, distribuição de refeições prontas, auxílio em pecúnia e outros.

Tais informações podem ser obtidas no sítio eletrônico da SEDES, nos seguintes links:

- <https://www.sedes.df.gov.br/programas-de-provimento-alimentardireto/>
- <https://www.transparencia.df.gov.br/#/busca?q=prato%20cheio>
- <https://www.transparencia.df.gov.br/#/busca?q=cesta>

f) Foram inaugurados novos equipamentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional entre 2020 e 2023?

Não. O projeto de construção de três novos restaurantes comunitários em parceria com a Novacap ainda está em andamento. Destaca-se que a previsão para inauguração dos restaurantes comunitários de Arniqueira e Sol Nascente/Pôr do Sol está para julho de 2023.

**g) Houve funcionamento de Conselho Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional entre 2020 e 2023?"**

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) foi reativado em 2020, sendo mantido em pleno funcionamento desde então, inclusive com a realização da 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional em novembro de 2021. Todas as atividades do referido Conselho estão descritas no seguinte link:

- <https://www.sedes.df.gov.br/normativas-e-documentos/>

4. Isto posto, restituímos os autos com as informações prestadas e nos colocamos à disposição caso sejam necessários outros esclarecimentos sobre a demanda.

Atenciosamente,

**CLÁUDIA FRANCO**

*EAS Direito e Legislação*

Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo. Encaminhe-se a Ouvidoria para apreciação e encaminhamentos subsequentes.

**CLAYTON ANDREONI BATISTA**

*Coordenador*

Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

**VANDERLÉA CREMONINI**

*Subsecretária*

Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEA FATIMA CREMONINI - Matr.0281145-6, Subsecretário(a) de Segurança Alimentar e Nutricional**, em 06/06/2023, às 15:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLAYTON ANDREONI BATISTA - Matr.0191756-0, Coordenador(a) de Segurança Alimentar e Nutricional**, em 06/06/2023, às 15:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA - Matr.0281536-2, Especialista em Assistência Social - Direito e Legislação**, em 06/06/2023, às 15:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **113749750** código CRC= **81614F98**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 08 - Lote 275/285 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71205-080 - DF

3773-7277

## ANEXO B – RESPOSTA VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – GOVERNO FEDERAL

Prezada Senhora,

Em atenção ao pedido de acesso à informação, registrado sob o NUP 71003.018619/2023-93, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, informa o que segue abaixo:

**a) Qual orçamento empenhado, liquidado e pago referente ao Programa 5033 "Segurança Alimentar e Nutricional", do Plano Plurianual 2020-2023? Especificar a destinação de recursos públicos para implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos.**

Programa	Ano	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago
5033	2023	R\$ 1.269.149.840	R\$ 65.365.814	R\$ 14.853.523	R\$ 14.770.665
5033	2022	R\$ 1.025.128.041	R\$ 857.736.474	R\$ 218.659.552	R\$ 191.804.232
5033	2021	R\$ 988.931.472	R\$ 570.529.455	R\$ 107.704.898	R\$ 106.309.975
5033	2020	R\$ 1.020.909.823	R\$961.529.761	R\$ 398.349.008	R\$ 327.816.477

**b) Qual a execução orçamentária federal destinada a Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias de 2020 a 2023?**

Equipamento	Equipamento	Período
Cozinha Comunitária	R\$ 0,00	2020 a 2023
Restaurante Popular	R\$ 100.000,00	2020
Restaurante Popular	R\$ 222.857,00	2022

**c) Quais as diretrizes, objetivos e ações previstos, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, para a implementação de uma Política Nacional de Cozinhas Solidárias, Populares e Comunitárias? Quais as providências já adotadas nesse sentido?**

O objetivo é promover a oferta de alimentos e refeições saudáveis para população em insegurança alimentar e nutricional apoiando os Equipamentos Públicos e Sociais de Segurança Alimentar e Nutricional promovendo uma abordagem mais integrada entre acesso à alimentação e inclusão socioeconômica para atendimento das famílias em insegurança alimentar e nutricional.

Este Ministério divulgou em 11 de maio de 2023 formulário para mapeamento das Cozinhas Solidárias e Populares para assim adotar as providências da População em INSAN.

**d) Qual orçamento será destinado para a execução da Política Nacional de Cozinhas Solidárias, Populares e Comunitárias anunciada por este Ministério?**

Não há orçamento destinado para execução de modernização ou implantação dos Equipamentos de SAN. O que o Ministério está realizando, é o mapeamento das cozinhas solidárias com o objetivo de torná-las também aptas para o recebimento dos alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos.

**e) Quais as definições adotadas de Cozinhas Solidárias, Cozinhas Populares e Cozinhas Comunitárias por este Ministério?**

Cozinhas Comunitárias: são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional com capacidade mínima de produção de 100 refeições diárias, funcionamento mínimo de cinco dias na semana e instaladas em locais estratégicos, nas proximidades dos Centros de Referência de Assistência Social e/ou de outros equipamentos da Rede de Assistência Social. Além de garantir acesso a refeições saudáveis e adequadas aos cidadãos vivendo em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional, as Cozinhas Comunitárias desenvolvem ações de inclusão social produtiva e de educação alimentar e nutricional e fortalecem a ação coletiva e a identidade comunitária.

Cozinhas Solidária e Popular: No momento, não temos uma definição para as cozinhas solidárias e populares. Em princípio, o que as diferencia é que as cozinhas solidárias se organizam e tem a gestão a partir da sociedade civil organizada. Importante mencionar que existe um PL tramitando na Câmara dos Deputados que trata especificamente sobre o tema, do Deputado Guilherme Boulos, no qual o MDS já se posicionou favoravelmente.

Cabe informar, que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), disponibilizou no site, **formulário para cadastramento de Cozinhas Solidárias e Populares** até o próximo dia 15.

O objetivo é mapear as iniciativas em funcionamento no Brasil para apoiar o planejamento e o delineamento de ações estratégicas do Ministério.

As ações serão direcionadas às experiências locais de abastecimento e oferta de refeições que atendem pessoas e famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Esclarecimentos adicionais sobre os **Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional** poderão ser solicitados por meio do e-mail [cgep@cidadania.gov.br](mailto:cgep@cidadania.gov.br).

Caso deseje informações complementares ou queira realizar novos questionamentos, orientamos que registre um novo pedido de acesso à informação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, encontrado no endereço: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC  
Ouvidoria Geral/GM  
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS

Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 2º andar, sala 207.  
Brasília/DF